RELATÓRIO ECONÔMICO 2014 & PERSPECTIVA PARA 2015

SISTEMA FARSUL

FARSUL
Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul

SENAR
Rio Grande do Sul

CASA RURAL
CENTRO DO AGRONEGÓCIO

Palavra do Presidente

Caro Leitor

O ano de 2014 não foi um ano fácil. Logo em janeiro tivemos uma escassez de chuvas e calor extremo, comprometendo a produtividade de nossas lavouras de verão, em especial a Soja. Quando o ano virava da metade para o final foi o excesso de chuvas o nosso algoz, determinando perdas em nossas lavouras de inverno que ultrapassaram um milhão de toneladas.

Esse ano também ficará em nossa lembrança pelo aumento do custo de produção concomitante à queda dos preços da maioria dos nossos grãos, achatando a renda do produtor. Este será um ano também de aprendizado quanto a efetividade de políticas econômicas, como a supressão da TEC para o combate à inflação, medida que derrubou nossos preços do trigo e não impediu o aumento em 16% derivados do trigo. E não foi por falta de aviso!

Mas também tivemos acontecimentos positivos. As cotações do boi gordo começaram a reagir e trilhar para uma tendência de justiça a qualidade de nosso produto, reflexo das exportações, como detalhadamente é explicado neste relatório em item “Especial”. Tivemos o nosso Arroz com mais um ano positivo, mostrando a maturidade do setor em encontrar um ponto de equilíbrio na produção e novos mercados.

Esse relatório, que contém quase 100 tabelas e gráficos, além das diversas previsões para o Agronegócio e para as economias gaúcha e brasileira, ainda apresenta análises profundas sobre os mercados, sobre a rentabilidade do produtor, traz dicas que podem contribuir muito com o aumento da lucratividade - como a melhora hora de comprar insumos - e ainda traz estudos especiais. Tudo isso é entregue ao produtor e ao mercado em geral por nossa equipe de economistas que colocaram a FARSUL entre as 89 entidades brasileiras e estrangeiras que participam da pesquisa de Expectativas de Mercado do Banco Central, com previsões para PIB, inflação, taxa de câmbio, juros, etc. Em um espaço dominado por bancos e corretoras a FARSUL ocupa um espaço de alto nível no debate econômico, contribuindo com suas expectativas ao mercado e entregando ao nosso público, o produtor rural, uma informação de qualidade.

ÍNDICE

Palavra do Presidente 1

1. BALANÇO DA AGROPECUÁRIA EM 2014 E PERSPECTIVAS PARA 2015. 9

1.1 Área Plantada 9

1.2 Produção 11

1.3 Valor Bruto da Produção 12

1.4 Pecuária de Corte 14

1.4.1 ESPECIAL: a influência da economia na formação do preço da carne e do Boi: entendendo como a pecuária funciona pela ótica econômica. 16

1.4.2 A influência da economia no consumo interno de carne bovina. 17

1.4.3 Mercado externo: escapando dos fundamentos ruins da economia brasileira. 19

1.5 Análise de Rentabilidade 26

1.5.3 Arroz 26

1.5.4 Soja 29

1.5.5 Milho 34

1.5.6 Trigo 37

1.5.6.1 ESPECIAL: Impasse no trigo: a dicotomia entre quem quer produzir e a baixa qualidade da atuação dos governos federal e estadual 42

1.5.7 Leite 45

1.5.8 Seguro Rural: um grande avanço em 2014 50

1.6 Análise e perspectivas de mercado para a safra 2015 52

1.6.1 Arroz 52

1.6.2 Milho 56

1.6.3 Soja 62

1.6.4 Trigo 67

1.7 Análise do Crédito Rural 73

1.7.1 Análise do Custeio 75
1.7.2 Análise do Investimento 77
1.7.3 Análise da Comercialização 80
2. CONJUNTURA ECONÔMICA 83
2.1 Economia do Rio Grande do Sul 83
2.1.1 PIB Agropecuário 83
2.1.2 PIB Industrial 85
2.1.3 PIB dos Serviços 87
2.1.4 Projeção para o PIB 2014 e Perspectivas para PIB 2015. 90
2.1.5 ESPECIAL: O que temos que aprender com a história recente da nossa economia 91
2.1.6 Finanças Públicas Estaduais 93
2.1.7 Comércio Internacional do Agronegócio 94
2.1.7.1 Comparações das exportações do Agronegócio gaúcho entre os anos de 2014 e 2013. 94
2.1.7.2 Exportações do Agronegócio gaúcho no período acumulado de janeiro até outubro (2013 – 2014) 95
2.1.7.3 Principais parceiros comerciais do RS no período acumulado entre Janeiro e Outubro de 2013 e 2014. 96
2.2 Economia Brasileira 97
2.2.2 PIB 2014 e Perspectivas para 2015 100
2.2.2. Perspectivas para Taxa de Juros 104
2.2.3. Perspectivas para Inflação 105
2.2.4 Perspectivas para Taxa de Câmbio 110
2.2.5 Finanças Públicas Federais 110
2.2.6 Risco de “apagão” no sistema energético 113

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Área Plantada na Produção de Grãos no Rio Grande do Sul, em hectares..... 9
Tabela 2 - Projeção da Área Plantada de Grãos no RS para 2015. (Em hectares) 10
Tabela 3 - Produção de Grãos no Rio Grande do Sul, em toneladas. 11
Tabela 4 - Produção de Grãos do Rio Grande do Sul projetada para 2015. (Em toneladas)..... 12
Tabela 5 - Valor Bruto da Produção Agrícola do Rio Grande do Sul, base outubro de 2014. Valores em R$..... 13
Tabela 6 - Animais abatidos e Valor da Produção de Bovinos de Corte no RS. 15
Tabela 7 - Preços comparativos dos lácteos entre Oceania e Europa..... 47
Tabela 8- Consumo mundial de arroz beneficiado, por países, em milhões de toneladas..... 53
Tabela 9 - Produção mundial de arroz beneficiado, por país, em milhões de toneladas..... 53
Tabela 10 - Fundamentos do mercado brasileiro de arroz em casca, em milhões de toneladas..... 55
Tabela 11 – Produção mundial de milho, por pais, em milhões de toneladas.. 58
Tabela 12 - Consumo mundial de milho, por país, em milhões de toneladas. . 59
Tabela 13 - Fundamentos do mercado brasileiro de milho, em milhões de toneladas..... 61
Tabela 14 –Produção mundial de soja, por país, em milhões de toneladas. ... 63
Tabela 15 - Consumo mundial de milho, por país, em milhões de toneladas. . 64
Tabela 16 – Fundamentos do mercado brasileiro de soja, em milhões de toneladas..... 67
Tabela 17 - Produção mundial de trigo, por país, em milhões de toneladas.... 69
Tabela 18 - Consumo mundial de trigo, por país, em milhões de toneladas.... 70
Tabela 19 - Fundamentos do mercado brasileiro de trigo, em milhões de toneladas..... 71
Tabela 20 - Crédito Rural Tomado pelos produtores do RS até outubro de 2014, por mês e por tipo. (Em milhões de R$)..... 74

Tabela 21 - Crédito Rural Tomado para Custeio no RS no Período de Janeiro a Outubro de 2013 e 2014 75
Tabela 22- Crédito Rural Tomado para Investimento no Período de Janeiro a Outubro de 2013 e 2014. 78
Tabela 23 - Participação das Principais finalidades de Investimento dentro da Carteira do Crédito Rural no Período de Janeiro a Outubro de 2013 e 2014... 78
Tabela 24 - Crédito Rural Tomado para Investimento no período de janeiro a outubro de 2013 e 2014, por finalidade. 79
Tabela 25 - Crédito Rural Tomado para Comercialização no Período de Janeiro a Outubro de 2013 e 2014. 80
Tabela 26 - Números de Contratos de Comercialização Tomados para Arroz, Milho e Trigo no Período de Janeiro a Outubro de 2013 e 2014. 81
Tabela 27 - Valores Tomados para Comercialização de Arroz, Milho e Trigo no Período de Janeiro a Outubro de 2013 e 2014. 82

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparativo do Valor Bruto da Produção 2015 e Projeção para 2015, no RS, Em R$ Bilhões. 14
Gráfico 2 - Relação entre Consumo de Carne Bovina e Renda Per Capita no Brasil (1980-2014) 17
Gráfico 3 - Consumo de carne bovina no Brasil, em Milhões de Toneladas 19
Gráfico 4 - Relação entre a produção e o consumo de carne bovina no Brasil, em milhões de toneladas 20
Gráfico 5 - Exportações Brasileiras de carne bovina. Em milhões de toneladas 22
Gráfico 6 - Preço do Boi Gordo no Brasil (Indicador Esalq/Cepea) R$/@..... 22
Gráfico 7 - Taxa de crescimento do PIB (%) – média 2003 a 2013..... 23
Gráfico 8 - Taxa de inflação (CPI) média acumulada no ano entre 2003 e 2013 24
Gráfico 9 - Custo Operacional Total do Arroz no RS. (Em R$/ha) 26
Gráfico 10 - Custo dos Fertilizantes para Arroz. (Em R$/ha). 27
Gráfico 11 - Preço do Arroz entre Jan-Set. Em R$/sc 50kg. 28

Gráfico 12 - Comparativo entre o custo de produção, receita e margens de lucro cortados em set/2014 contra set/2013 do Arroz no RS. 29
Gráfico 13 - Custo Operacional Total da Soja no RS. (Em R$/ha) 30
Gráfico 14 - Custo dos Fertilizantes para Soja. (Em R$/ha). 31
Gráfico 15 - Preço da Soja entre Jan-Set. Em R$/sc 60kg. 32
Gráfico 16 - Comparativo entre o custo de produção, receita e margens de lucro cortados em set/2014 contra set/2013 da Soja no RS. 33
Gráfico 17 - Custo Operacional Total do Milho no RS. (Em R$/ha) 34
Gráfico 18- Custo dos Fertilizantes para Milho. (Em R$/ha). 35
Gráfico 19 - Preço do Milho entre Jan-Set. Em R$/sc 60kg. 36
Gráfico 20 - Comparativo entre o custo de produção, receita e margens de lucro cortados em set/2014 contra set/2013 do Milho no RS. 37
Gráfico 21 - Custo Operacional Total do Trigo no RS. (Em R$/ha) 38
Gráfico 22 - Custo dos Fertilizantes para o Trigo. (Em R$/ha). 38
Gráfico 23 - Preço do Trigo entre Jan-Set. Em R$/sc 60kg. 39
Gráfico 24 - Comparativo entre o custo de produção, receita e margens de lucro cortados em set/2014 contra set/2013 do Trigo no RS 40
Gráfico 25 - Comparativo entre o custo de produção, receita e margens de lucro do Trigo em 2013 e 2014 no RS, considerando produtividade de 35 sacos por ha. 41
Gráfico 26 - Custo Operacional Total do Leite no RS. (Em R$/litro) 47
Gráfico 27 - Preço do Leite Brasil entre Jan-Set. (Em R$/litro) 48
Gráfico 28 - Preço do Leite Rio Grande do Sul entre Jan-Set. (Em R$/litro).... 49
Gráfico 29 - Comparativo entre o custo de produção, receita e margens de lucro entre 2013 e 2014 (janeiro a setembro) no RS. (Em R$/litro) 49
Gráfico 30 - Comparação entre a indenização devida, por sacos colhidos, entre o sistema antigo e o atual sistema de seguro. 50
Gráfico 31 - Comparação entre produção e consumo mundial de arroz beneficiado, em milhões de toneladas. 52
Gráfico 32 - Estoque final mundial de arroz, em milhões de toneladas. 54
Gráfico 33 - Preço do arroz na Bolsa de Chicago, em R$/sc 50 kg. 55
Gráfico 34- Comparação dos estoques e preços brasileiros de arroz, em milhões de toneladas e R$/sc 50kg. 56

Gráfico 35 - Comparação entre produção e consumo mundial de milho, em milhões de toneladas. 57
Gráfico 36 – Estoque final mundial de milho, em milhões de toneladas. 60
Gráfico 37 - Preço do milho na Bolsa de Chicago, em R$/SC 60kg..... 60
Gráfico 38 - Indicador do milho no Brasil, em R$/sc 60 kg..... 62
Gráfico 39 - Comparação entre produção e consumo de soja no mundo, em milhões de toneladas. 62
Gráfico 40 - Estoque final mundial de soja, em milhões de toneladas. 65
Gráfico 41 - Preço da soja na Bolsa de Chicago, em R$/60 kg..... 66
Gráfico 42 - Indicador de preço da soja no RS, em R$/ sc 60 kg..... 67
Gráfico 43 - Comparação entre produção e consumo mundial de trigo, em milhões de toneladas. 68
Gráfico 44- Estoque final mundial de trigo, em milhões de toneladas..... 70
Gráfico 45 - Preço do trigo na Bolsa de Chicago, em R$/ton..... 71
Gráfico 46 – Indicador de preço do trigo no RS, em R$/ton..... 72
Gráfico 47 - Comparativo do Crédito Rural tomado pelos produtores do RS no ano de 2013 e no período de janeiro a outubro de 2014. (Em milhões de R$) 73
Gráfico 48 - Participação do Custeio, Investimento e Comercialização dentro da Carteira de Crédito Rural tomado no RS em 2013 e 2014..... 74
Gráfico 49- Participação dos Principais Grãos no Custeio da Carteira de Crédito Rural do Estado no Período de Janeiro a Outubro de 2014..... 76
Gráfico 50 - Números de Contratos Tomados para Arroz, Feijão, Milho, Soja e Trigo para o Estado no Período de Janeiro a Outubro de 2013 e 2014. 76
Gráfico 51 - Total dos Valores Tomados para Arroz, Feijão, Milho, Soja e Trigo para o Estado no Período de Janeiro a Outubro de 2013 e 2014 (em R$ Milhões). 77
Gráfico 52 - Comparação da Participação do Arroz, Milho e Trigo na Comercialização da Carteira de Crédito Rural do Estado entre Janeiro e Outubro 2013 e 2014. 81
Gráfico 53 - Taxa de Crescimento Trimestral do PIB Agropecuário no RS em %. (Trimestre contra igual do ano anterior) 83
Gráfico 54 - Variação do VBP Agrícola 2014 e Projeção para 2015. (Em %) .. 84
Gráfico 55 - Índice de base fixa (média de 2012=100) com ajuste sazonal da produção física industrial do RS..... 85

Gráfico 56 - Taxa de Crescimento Trimestral do PIB Industrial no RS em %. (Trimestre contra igual do ano anterior) 86
Gráfico 57 – Variação acumulada entre jan-set de 2014 em relação ao igual período de 2013 da produção industrial. Sem ajuste sazonal. 87
Gráfico 58 - Taxa de Crescimento Trimestral do PIB Serviços no RS em %. (Trimestre contra igual do ano anterior) 88
Gráfico 59 - Variação (%) das vendas do comércio no RS, em relação ao mesmo mês do ano anterior. 88
Gráfico 60 - Variação mensal da Receita dos Serviços no RS, em relação ao igual mês do ano anterior, deflacionado pelo IGP-DI 89
Gráfico 61 - Projeção da taxa de crescimento do PIB do RS 90
Gráfico 62 - Exportações do Agronegócio do RS com relação ao total exportado no Estado nos anos de 2013 e 2014. Em R$ Bilhões 95
Gráfico 63 - Taxa de crescimento do PIB esperada para 2014. Brasil em comparação com vizinho, emergentes e ricos. 98
Gráfico 64 - Taxa de crescimento do PIB esperada para 2015. Brasil em comparação com vizinho, emergentes e ricos. 99
Gráfico 65 - Taxa de crescimento (%) do PIB trimestral, em relação ao igual período do ano anterior, do Brasil. 100
Gráfico 66 - Desempenho trimestral (%) (contra igual período do ano anterior) dos setores da economia brasileira 101
Gráfico 67 - Taxa trimestral (%) de Investimentos (em relação ao igual período do ano anterior) no Brasil 102
Gráfico 68 - Taxa de crescimento acumulado no ano (%) do consumo das famílias e da Administração Pública no Brasil 103
Gráfico 69 – Comparativos das estimativas do Banco Central e da FARSUL para o IPCA em 2014 e 2015 106
Gráfico 70 - Aumento real e estimado dos preços administrados em 2014. .. 107
Gráfico 71 – Comparação entre o resultado nominal do governo e o IPCA ... 108
Gráfico 72 - Comparação entre variação do câmbio e do IPCA. 109
Gráfico 73 - Resultado nominal do Governo Central de 2000 a 2014, em R$ Bilhões 111
Gráfico 74 - Dívida Pública Mobiliária Federal Interna de 2002 até setembro de 2014, em R$ Bilhões 112

1. BALANÇO DA AGROPECUÁRIA EM 2014 E PERSPECTIVAS PARA 2015.

O ano de 2014 foi marcado pela maior área plantada da história do Rio Grande do Sul e também a maior safra. De acordo com o IBGE, a área plantada atingiu 8,467 milhões de hectares e a produção 30,5 milhões de toneladas.

1.1 Área Plantada

A área plantada no Rio Grande do Sul atingiu seu maior patamar histórico, superando a área plantada de 2013 – que tinha sido a maior até então – em 3,5%, chegando 8.467.710 hectares.

Tabela 1 – Área Plantada na Produção de Grãos no Rio Grande do Sul, em hectares.

	PERÍODO		
PRODUTO	Safra 2013	Safra 2014	Var. (%)
Amendoim	3.335	3.182	-4,6%
Arroz	1.085.483	1.114.380	2,7%
Aveia	152.789	143.016	-6,4%
Centeio	1.518	1.100	-27,5%
Cevada	39.637	37.100	-6,4%
Feijão (1ª e 2ª safra)	72.282	76.506	5,8%
Girassol	2.939	3.302	12,4%
Milho	1.013.288	925.634	-8,7%
Soja	4.727.833	4.986.542	5,5%
Sorgo	17.944	12.911	-28,0%
Trigo	1.059.232	1.170.742	10,5%
Triticale	4.884	5.000	2,4%
TOTAL	**8.181.164**	**8.479.415**	**3,6%**

2013: IBGE - Out/2014
2014: Estimativa FARSUL

Nossa estimativa era...: No Relatório Econômico 2013 e Perspectivas para 2014 tínhamos projetado para 2014 uma área plantada de 8.367.911 hectares, ou seja, **nosso erro de estimativa foi de apenas 1,3%.**

Os produtores gaúchos plantaram 286,5 mil hectares a mais do que no ano de 2013, sendo que o maior crescimento foi da Soja, cuja área aumentou em 259 mil hectares. Além da Soja, aumentou também a área de Arroz em 29

mil hectares e feijão com pouco mais de 4 mil hectares. Na safra de inverno tivemos um aumento importante do trigo, onde a área aumentou 98 mil hectares nesta última safra.

O destaque negativo ficou por conta do Milho que teve sua área reduzida em 88 mil hectares, além da Aveia 8 mil hectares a menos e o Sorgo com redução de 5 mil ha.

Para safra 2015 trabalhamos com expectativa de aumento da área plantada em **2,2%**, o que representa um incremento de mais de 190 mil hectares, atingindo 8.669.659 hectares entre lavouras de verão e de inverno. Desse incremento a Soja deverá responder por 86% uma vez que projetamos um crescimento de 3,3% em sua área.

Tabela 2 – Projeção da Área Plantada de Grãos no RS para 2015. (Em hectares)

PRODUTO	PERÍODO		
	Safra 2014	Safra 2015	Var. (%)
Amendoim	3.182	2.991	-6,0%
Arroz	1.114.380	1.130.457	1,4%
Aveia	143.016	163.324	14,2%
Centeio	1.100	1.208	9,8%
Cevada	37.100	33.270	-10,3%
Feijão (1ª e 2ª safra)	76.506	72.856	-4,8%
Girassol	3.302	2.678	-18,9%
Milho	925.634	939.807	1,5%
Soja	4.986.542	5.150.413	3,3%
Sorgo	12.911	11.600	-10,2%
Trigo	1.170.742	1.155.990	-1,3%
Triticale	5.000	5.065	1,3%
TOTAL	**8.479.415**	**8.669.659**	**2,2%**

2014: IBGE - Out/2014
2015: Estimativa FARSUL

O Arroz deverá expandir sua área em 1,4%. Os aumentos de área da Soja e do Arroz representam 95% do crescimento da área neste próximo ciclo. Ainda que o crescimento do Milho seja pequeno, muito menor do que já apresentara, seu crescimento é significativo porque interrompe um ciclo de reduções na área plantada.

1.2 Produção

Devido as grandes perdas no trigo, principal produto da safra de inverno, o Rio Grande do Sul não terá safra recorde em 2014. Espera-se para 2014 queda de 3,2% em relação a 2013, atingindo 29,3 milhões de toneladas, voltando o Estado a produzir abaixo da marca das 30 milhões de toneladas.

Tabela 3 – Produção de Grãos no Rio Grande do Sul, em toneladas.

	PERÍODO		
PRODUTO	Safra 2013	Safra 2014	Var. (%)
Amendoim	5.467	5.352	-2,1%
Arroz	8.097.870	8.240.847	1,8%
Aveia	384.735	329.501	-14,4%
Centeio	2.441	1.956	-19,9%
Cevada	129.530	105.097	-18,9%
Feijão (1ª e 2ª safra)	94.457	111.066	17,6%
Girassol	4.521	5.092	12,6%
Milho	5.349.956	5.389.916	0,7%
Soja	12.756.577	13.041.226	2,2%
Sorgo	53.150	34.675	-34,8%
Trigo (*)	3.351.655	1.990.261	-40,6%
Triticale	13.187	9.606	-27,2%
TOTAL	**30.243.546**	**29.264.595**	**-3,2%**

2013: IBGE - Out/2014

2014: IBGE - Out/2014

2014: (*) Estimativa FARSUL

Nossa estimativa era...: No Relatório Econômico 2013 e Perspectivas para 2014 tínhamos projetado para 2014 uma produção de 30.224.581, ou seja, **nosso erro de estimativa foi de - 3%.**

O diferencial entre a projeção e o dado real foi em razão do trigo que, com perdas superiores a um milhão de toneladas, decorrentes de problemas climáticos, distorceu nossas projeções. Tomando-se o relatório do IBGE antes dos eventos climáticos o erro seria de apenas 0,6%.

A maior safra do Estado é de Soja, que superou a marca dos 13 milhões de toneladas, e ainda foi à safra que mais cresceu neste ano, incrementando 285 mil toneladas a mais. Lembra-se que ocorreram estiagens regionalizadas, que determinaram perdas significativas, assim como janeiro com temperaturas elevadas, calorões estes que trouxeram consigo uma redução da produtividade

em diversas regiões, frustrando as expectativas dos produtores que esperavam produzir acima de 14 milhões de toneladas neste último ciclo.

Para 2015 nossa projeção é que a produção no Rio Grande do Sul atinja 31,6 milhões de toneladas, voltando a apresentar safra recorde. Em relação a 2014 o crescimento deve ser de 8,1%, puxado pela Soja que deve aumentar 7,7%, pouco mais de 1 milhão de toneladas.

Tabela 4 – Produção de Grãos do Rio Grande do Sul projetada para 2015. (Em toneladas)

PRODUTO	PERÍODO		
	Safra 2014	Safra 2015	Var. (%)
Amendoim	5.352	4.697,48	-12,2%
Arroz	8.240.847	8.369.340	1,6%
Aveia	329.501	369.385	12,1%
Centeio	1.956	1.970	0,7%
Cevada	105.097	88.731	-15,6%
Feijão (1ª e 2ª safra)	111.066	93.741	-15,6%
Girassol	5.092	4.127	-18,9%
Milho	5.389.916	5.175.203	-4,0%
Soja	13.041.226	14.050.327	7,7%
Sorgo	34.675	30.601	-11,7%
Trigo (*)	1.990.261	3.438.299	72,8%
Triticale	9.606	11.183	16,4%
TOTAL	**29.264.595**	**31.637.604**	**8,1%**

2014: IBGE - Out/2014
2014 (*): Para trigo utilizou-se dados da Farsul
2015: Estimativa FARSUL

1.3 Valor Bruto da Produção

O Valor Bruto da Produção Agrícola do RS deve fechar o ano de 2014 no vermelho, com **baixa de 2%** em relação a 2013. Em valores absolutos é um recuo no faturamento dos produtores de quase R$ 663 milhões. O principal destaque positivo foi o Arroz, cujo incremento em faturamento supera R$ 1 Bilhão em relação ao ano anterior. Já o grande destaque negativo foi o trigo que deverá ter um faturamento R$ 1,284 Bilhão menor que o ano anterior devido aos problemas de preço e clima. Além da queda exponencial deste grão há também quedas menores percentualmente, mas que em valores absolutos são muito representativas, como é o caso da Soja, do Milho e do Fumo.

Tabela 5 – Valor Bruto da Produção Agrícola do Rio Grande do Sul, base outubro de 2014. Valores em R$.

LAVOURAS (em Kg)	2013	2014	Var.(%)
Arroz (em casca)	5.570.360.033	6.610.569.940	19%
Banana	201.277.585	234.045.096	16%
Batata - inglesa	416.126.610	465.667.187	12%
Cana-de-açúcar	76.454.241	68.192.372	-11%
Cebola	186.080.506	127.297.909	-32%
Feijão (em grão)	276.511.248	262.548.716	-5%
Fumo (em folha)	3.488.377.674	3.404.515.510	-2%
Laranja	478.526.726	475.628.106	-1%
Maçã	1.760.767.972	1.806.931.423	3%
Milho (em grão)	2.456.772.593	2.384.755.075	-3%
Soja (em grão)	12.922.468.572	12.553.554.737	-3%
Tomate	352.874.183	377.662.115	7%
Trigo (em grão)	2.416.037.948	1.131.933.642	-53%
Uva	2.157.044.817	2.193.566.076	2%
Total Lavouras	**32.759.680.709**	**32.096.867.904**	**-2%**

Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA, outubro/2014; FGV, Conab e Cepea/Esalq/USP - Preços Recebidos pelos Produtores média anual para os anos fechados e para 2014 preços médios de janeiro a agosto**; **Para Maçã foram utilizados além dos preços da FGV, também os preços do Cepea/Esalq/USP. **Cebola, foram utilizados além dos preços da FGV, também os preços da Conab. Para Trigo e Fumo foram utilizadas projeções da FARSUL. Elaboração AGE/MAPA e FARSUL

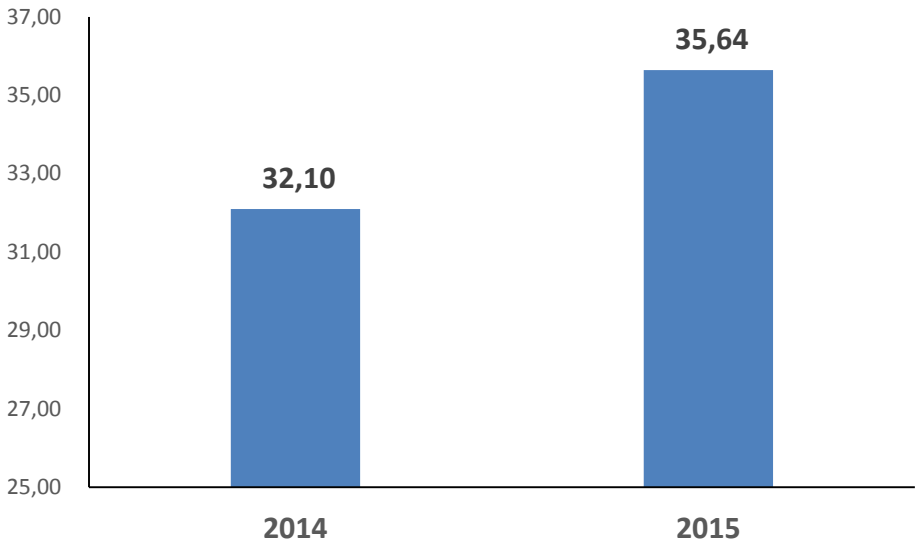
O PIB Agrícola é composto do VBP subtraído o Consumo Intermediário, além dos impostos intermediários. Tendo o VBP caído e o consumo intermediário aumentando, de acordo com nossas estimativas, em 3,59%, acreditamos que o **PIB Agrícola será negativo neste ano em 5,62%[1].**

Para o ano de 2015 projetamos uma recuperação do setor puxado principalmente pela maior safra, mas também por uma melhora nos preços médios recebidos. Nossa projeção aponta para um **crescimento do VBP Agrícola em 2015 de 11,1%**, com destaque para soja, pela proporção que ela obtém no total, mas, sobretudo pela recuperação do trigo que este ano foi extremamente prejudicado.

Em valores absolutos acreditamos que o faturamento agrícola deva ser de R$ 35,64 Bilhões.

[1] Devemos lembrar que o PIB Agrícola não é o PIB Agropecuário. Este último engloba os segmentos Agrícola e Pecuário.

Gráfico 1 – Comparativo do Valor Bruto da Produção 2015 e Projeção para 2015, no RS, Em R$ Bilhões.



Fonte: FARSUL

Para 2014 estimativas preliminares. Para 2015 projeção

Em termos de PIB há muitas incertezas em relação ao consumo intermediário, sobretudo com os problemas políticos e fragilidades institucionais influenciando determinantemente para a cotação da taxa de câmbio. Há também aumentos represados que começam a ser repassados no pós-eleição, como por exemplo, combustíveis e, principalmente, energia elétrica. Há que ser considerado também o risco de se perder o *"investment grade".* Se não houverem mudanças importantes na condução da política econômica e clara indicação de melhora nas finanças públicas deveremos perder o grau de investimento, o que traria um cenário para o câmbio bastante adverso.

Tomando-se um cenário intermediário e que se apresenta mais possível nesse momento, acredita-se em crescimento do **PIB Agrícola em 2015 de 6,15%.**

1.4 Pecuária de Corte

Ainda discute-se muito o avanço da soja sobre os campos utilizados para pecuária de corte. Não sem razão, tendo em vista que o Sistema FARSUL rodou todo o Estado com etapas do Fórum Permanente do Agronegócio dedicadas ao

tema “De onde virão os terneiros?”, que contou com a presença de milhares de pecuaristas de todo o Estado.

Tabela 6 – Animais abatidos e Valor da Produção de Bovinos de Corte no RS.

	ABATE DE BOVINOS		VBP BOVINOS	
Mês/Ano	2013	2014	2013	2014
Jan	143.339	129.430	204.094.669	200.946.547
Fev	128.398	122.901	186.087.221	194.826.352
Mar	133.778	139.551	193.404.192	222.335.444
Abr	142.959	116.772	206.428.507	191.144.087
Mai	122.649	115.068	174.619.061	209.322.500
Jun	96.257	103.209	137.977.672	188.264.569
Jul	119.382	119.001	174.873.141	217.299.396
Ago	126.947	127.928	186.006.553	234.544.474
Set	113.175	157.565	160.177.709	284.565.541
Out*	125.990	126.498	176.959.255	211.789.433
Nov*	121.548	122.038	177.526.931	212.468.843
Dez*	151.352	151.962	230.120.121	275.413.739
	1.525.774	**1.531.922**	**2.208.275.032**	**2.642.920.926,43**

Fonte: FUNDESA

(*) para 2014, dados projetados pela FARSUL

Vê-se claramente que, apesar do aumento da área plantada de soja, não há recuo no número de abates, já os **animais abatidos** neste ano em relação ao ano passado deverão **aumentar em 0,4%**, atingindo 1,5 milhão de cabeças.

Quando falamos no valor da produção os dados são ainda melhores. O faturamento do setor deverá saltar de R$ 2,2 Bilhões de 2013 para R$ 2,6 Bilhões em 2014, um **avanço no faturamento de 19,6%.** Esse bom desempenho da pecuária associada a deterioração no cenário de soja deve fazer com que seja travado o crescimento da soja sobre áreas de pecuária, pelo menos neste ano.

É evidente que o volume de animais abatidos não reflete o ano atual da pecuária, mas o nascimento de terneiros em anos anteriores. No entanto, o faturamento cresceu em razão do momento em que vive a pecuária hoje, e entender como funciona a pecuária em suas relações com a economia é muito importante para que se possa compreender o que está ocorrendo. Para tanto, devido ao destaque que teve a pecuária de corte neste ano, decidimos ampliar seu espaço nesse relatório e contribuir com informações produzidas pelo

Sistema FARSUL para os produtores e demais interessados no mercado de carne bovina.

1.4.1 ESPECIAL: a influência da economia na formação do preço da carne e do Boi: entendendo como a pecuária funciona pela ótica econômica.

Muitos produtores subestimam a importância da economia no seu negócio. Os pecuaristas, quem sabe, de forma especial. Muitas vezes a impressão que temos é que há dois pólos: de um lado o produtor focado na produção, responsável direto pelo seu sucesso ou fracasso e, de outro, o governo, como um responsável indireto. Entre esses dois polos há um espaço que é, sem a menor sombra de dúvidas, o mais importante e o menos conhecido, que é o mercado. Há muitos esforços e iniciativas com a finalidade de entendê-lo, umas muito boas e outras muitas nem tanto.

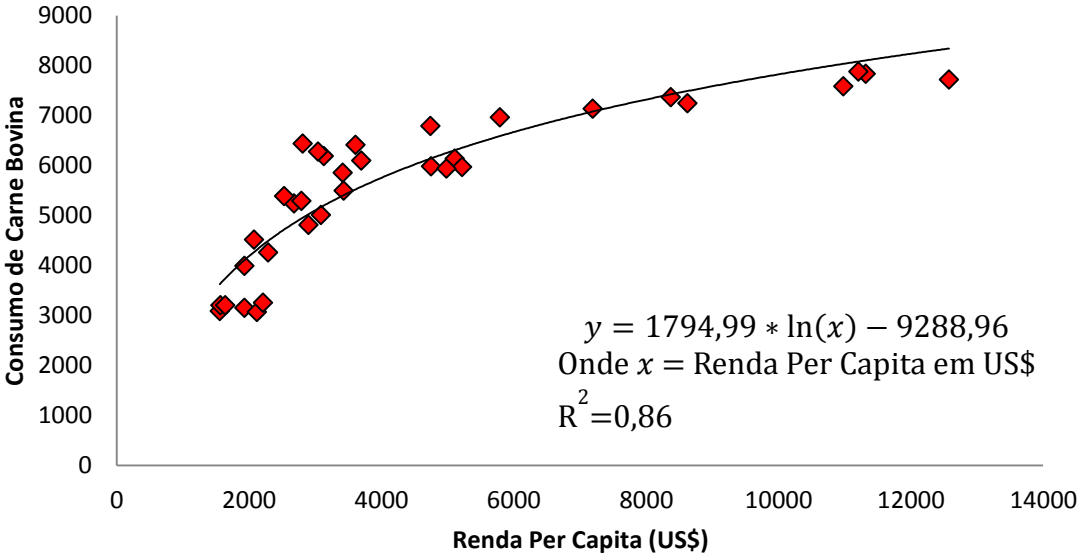
O mercado é como um vasto oceano em que o produtor – como qualquer empresário – conduz sua nau na direção que melhor lhe parece. Ter uma mão firme na condução da sua empresa é fundamental, mas é conhecendo as condições do mar que "navegador" escolhe a melhor rota, desvia de tempestades – quando impossível pelo menos do centro do furacão -, ou então acelera, pois sabe que as condições são as melhores. Em suma queremos dizer que a decisão é sempre do produtor, mas quando se conhece as condições do mar e do tempo, essas decisões são sempre muito melhores.

Com intuito de contribuir para que as decisões dos produtores sejam sempre as melhores possíveis, apresentamos neste estudo inédito, denso e único, que a Assessora Econômica do Sistema FARSUL desenvolveu em 2014, uma espécie de "mapa" da influência da economia no negócio da pecuária. Conhecendo a direção dos ventos e das marés, acreditamos que os pecuaristas poderão, observando as principais variáveis de influência, se é hora de levantar as velas e acelerar a velocidade máxima, ou se é melhor recolhê-las e andar mais devagar. Por incrível que nos pareça, tivemos demanda para apenas uma palestra sobre esse tema neste ano. Quem sabe em 2015 possamos trabalhar melhor esse tema...

1.4.2 A influência da economia no consumo interno de carne bovina.

Primeiramente, analisar-se-á a influência das principais variáveis no consumo de carne, uma vez que é o consumo de carne no Brasil que absorve a maior parte da produção nacional.

Gráfico 2 – Relação entre Consumo de Carne Bovina e Renda Per Capita no Brasil (1980-2014)



Fonte: Sistema FARSUL

Como pode ser visto no Gráfico 2, tomando-se o consumo anual de carne bovina no Brasil entre 1980 e 2014 e confrontando-se com a renda per capita do brasileiro, chega-se na equação $y = 1794{,}99 * \ln(x) - 9288{,}96$. Isso significa, com uma correlação de 86%, que à medida que a renda per capita varia – seja para cima ou para baixo – o consumo de carne também varia, nas proporções apresentadas pela equação acima, substituindo-se o “x” pela renda per capita em dólares. Ou ainda, sabendo-se a renda per capita de 2015 e substituindo-se “x” por esse resultado e nada exógeno acontecer na economia saberemos o resultado da demanda interna por carnes.

Poder-se-á provar, também, através dessa equação que há uma relação logarítmica e positiva entre renda per capita e consumo de carne, ou seja, se a renda per capita aumenta, então o consumo – e consequentemente a demanda – por carne bovina também aumenta. Sendo assim, uma vez que a renda per

capita é o PIB do país dividido pelo número de habitantes, então conclui-se que o consumo de carne bovina cresce à medida que o PIB cresce, logo, **crescimento econômico é fundamental** para o negócio da pecuária de corte.

Para tornar mais simples a compreensão construímos também algumas relações que nós economistas chamamos de log-log, que mostram que para cada 1% de variação de um fundamento, quanto a de variação no item analisado.

Queríamos saber o quanto varia o consumo de carne bovina a partir das três principais variáveis explicativas do consumo de carne bovina, a saber: renda per capita do brasileiro, salário médio do brasileiro e IPCA.

No quadro a seguir demonstra-se de forma resumida – apenas ou resultados finais[2] – a influência da variação de 1% nesses três fundamentos no consumo de carne bovina.

Renda Per Capita: 0,51%

Salário Médio: 0,84%

IPCA: - 0,10%

Fonte: Sistema FARSUL

Em outras palavras pode-se afirmar que, para cada 1% da renda per capita que aumenta no Brasil, tem-se uma expansão na demanda por carne bovina de 0,51%. Mais forte ainda é a relação entre o Salário Médio com o consumo de carne bovina, onde para cada variação de 1% tem-se variação na demanda de 0,84%. O salário médio, é bom se registrar, não é o salário mínimo e não se aumenta por decreto, mas é aquele salário determinado pelo mercado e que reflete, sem dúvidas, as condições da economia.

No sentido inverso temos a relação entre o consumo de carne bovina e a inflação, nesta análise regredida em relação ao principal índice de inflação do IBGE, o IPCA. Verifica-se que há relação inversa, para cada 1% de aumento na inflação, há redução de 0,10% no consumo de carne bovina.

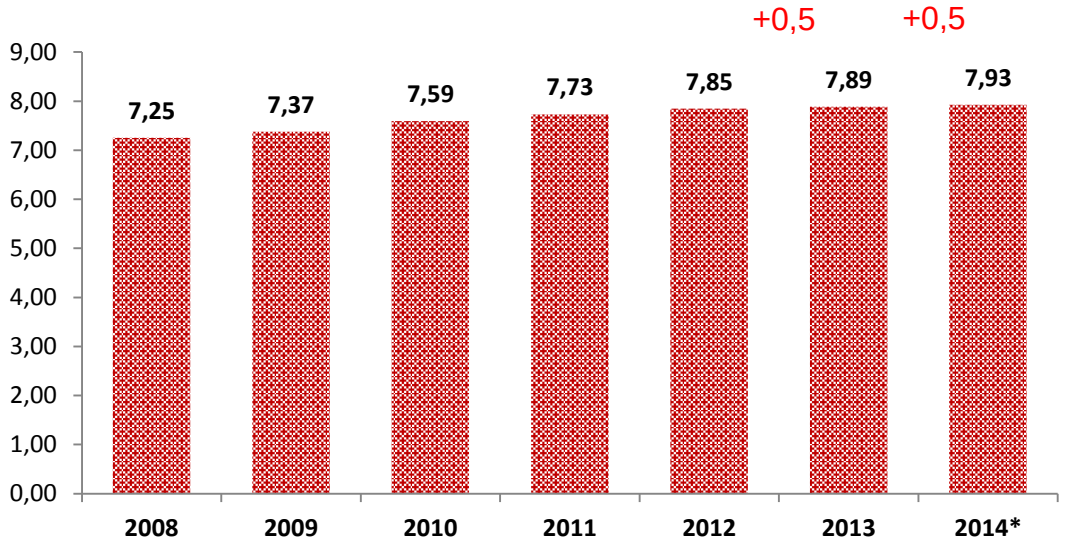
Esses três fundamentos do mercado de carne bovina mostram que a economia é muito importante para o negócio da pecuária, pois o mercado e demanda se expandem à medida que a economia cresce e que a inflação é

[2] Ainda que as equações e demais demonstrações matemáticas estejam a disposição de todos.

baixa. Dessa forma, o pecuarista deve olhar com um olho para o desenvolvimento do gado, para as doenças do rebanho, para a genética, para os custos de produção, etc., mas com o outro olho, deve olhar para a economia, pois é a partir dos parâmetros dela é que a demanda aumentará ou será reduzida no mercado interno e, consequentemente, os preços recebidos pelos produtores.

Conforme pode-se observar no Gráfico 3, o Brasil deverá consumir em 2014 um total de 7,93 milhões de toneladas, crescimento de apenas 0,5%, crescimento este, aliás, igual ao do ano passado.

Gráfico 3 – Consumo de carne bovina no Brasil, em Milhões de Toneladas



Fonte: USDA

Este baixo crescimento no último biênio é resultado do baixo crescimento econômico e da alta inflação em que a economia brasileira esteve submetida no período, resultado esperado quando entendidos os fatores que determinam o nível de consumo.

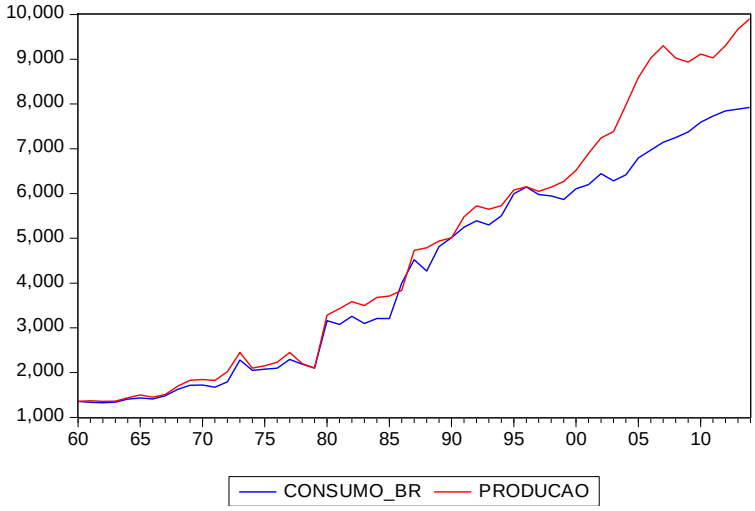
1.4.3 Mercado externo: escapando dos fundamentos ruins da economia brasileira.

O Brasil enquanto conviveu com inflação alta não se viabilizou como um país exportador, produzindo apenas ao nível do consumo interno, como podemos observar no gráfico adiante.

Entre 1960 até 1995, quando a economia brasileira foi estabilizada, os produtores produziam valor semelhante ao consumo, vivendo eventuais e curtos

períodos de exportação, mas sem qualquer sustentação de longo prazo. Essa sustentação veio a partir da estabilização econômica e fez com que, mesmo o consumo interno crescendo a altas taxas a partir de 2005, foi o mercado externo que absorveu a maior parte do crescimento da produção.

Gráfico 4 – Relação entre a produção e o consumo de carne bovina no Brasil, em milhões de toneladas



Nota-se que nos últimos anos o consumo de carne bovina no Brasil cresceu muito pouco, mas por outro lado, a produção teve forte crescimento. Em outros tempos esse desequilíbrio interno geraria importante queda nos preços recebidos pelos produtores, mas não é isso que se verifica, como pode-se ver no **Gráfico 4**.

Apesar do baixo crescimento e da inflação alta, que ocasionaram estagnação no consumo interno, teve-se forte crescimento da produção e também dos preços, que aumentaram cerca de 35% nos últimos 24 meses. Como foi possível? Exportação.

Até o ano passado exportava-se 16% do total produzido no Brasil e, neste ano de 2014, deve-se encerrar o ano tendo exportado 21% do total produzido. Percebe-se empiricamente que quando o volume de exportações aumenta os preços internos também aumentam.

Para se ter certeza de que esse movimento é verdadeiro e não ocasional e para que se pudesse obter equações que determinassem a influência das exportações nos preços recebidos pelo boi gordo, calculou-se as relações logarítmicas cujos modelos e saídas do Eviews demostram-se abaixo.

Figura 1 - Saída do Eviews com relação log-log entre Preço do Boi Gordo recebido pelos produtores em R$/@ e as variações na renda per capita e nas exportações de carne bovina.

Dependent Variable: LN_PRECO_CORRG
Method: Least Squares
Date: 09/30/14 Time: 17:47
Sample (adjusted): 1997 2013
Included observations: 17 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
LN_INCOME_BR	0.373079	0.097579	3.823345	0.0019
LN_EXPORT	0.387652	0.072225	5.367314	0.0001
C	-1.890502	0.760334	-2.486410	0.0261

R-squared	0.849298	Mean dependent var	4.038939
Adjusted R-squared	0.827769	S.D. dependent var	0.434799
S.E. of regression	0.180445	Akaike info criterion	-0.428000
Sum squared resid	0.455844	Schwarz criterion	-0.280962
Log likelihood	6.638000	Hannan-Quinn criter.	-0.413384
F-statistic	39.44928	Durbin-Watson stat	0.699118
Prob(F-statistic)	0.000002		

Renda Per Capita: 0,37%

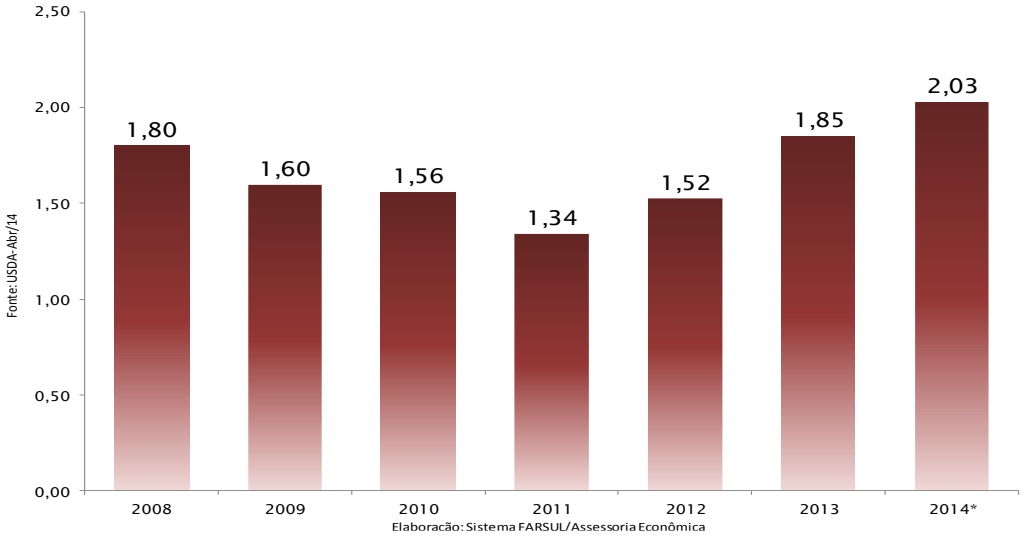
Exportações: 0,39%

Fonte: Sistema FARSUL

Descobriu-se que para cada 1% de aumento na renda per capita, o preço do boi ao produtor aumenta 0,37%. O preço da carne como tinha sido demonstrado anteriormente, cresce 0,51%. Logo, aumentos da renda per capita são importantes para o preço. No entanto, além do crescimento da renda per capita, para cada 1% de crescimento das exportações o preço do boi gordo ao produtor cresce 0,39%, o que indica que as exportações são mais importantes para o aumento do preço ao produtor do que o aumento da renda per capita.

Se a renda per capita tem crescido a taxas bastante baixas nos últimos anos, determinando que o consumo interno ande a passos lentos, além da alta inflação que reduz o mercado interno, o salto das exportações tem compensado o mau momento da economia brasileira e puxando os preços para cima.

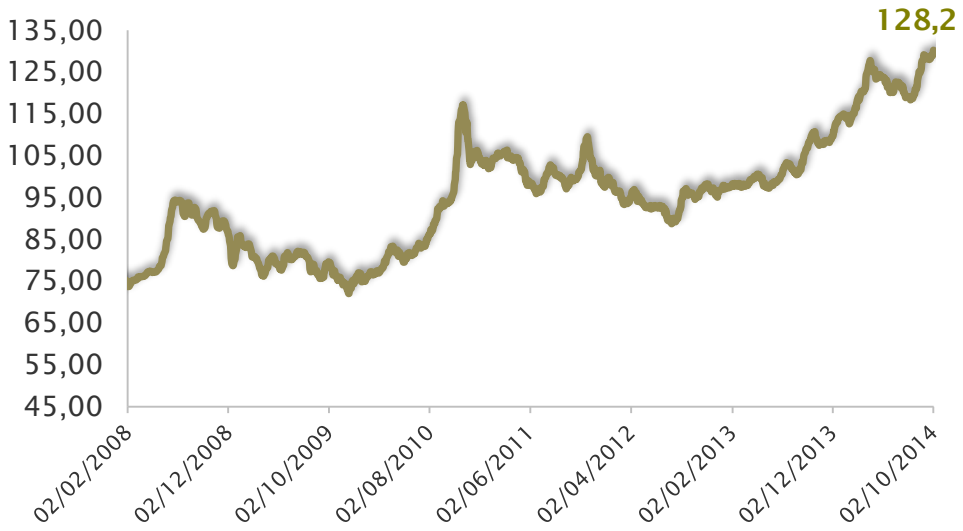
Gráfico 5 – Exportações Brasileiras de carne bovina. Em milhões de toneladas



Fonte: USDA

O aumento das exportações nos últimos é quem tem garantido o aumento do preço recebido pelos produtores. No Gráfico 5 nota-se que, inclusive, o movimento de alta das exportações e dos preços apresentam uma figura gráfica semelhante nos últimos anos, reafirmando o que o modelo logarítmico já demonstrava quando tomado um prazo mais longo.

Gráfico 6 – Preço do Boi Gordo no Brasil (Indicador ESALQ/CEPEA) R$/@

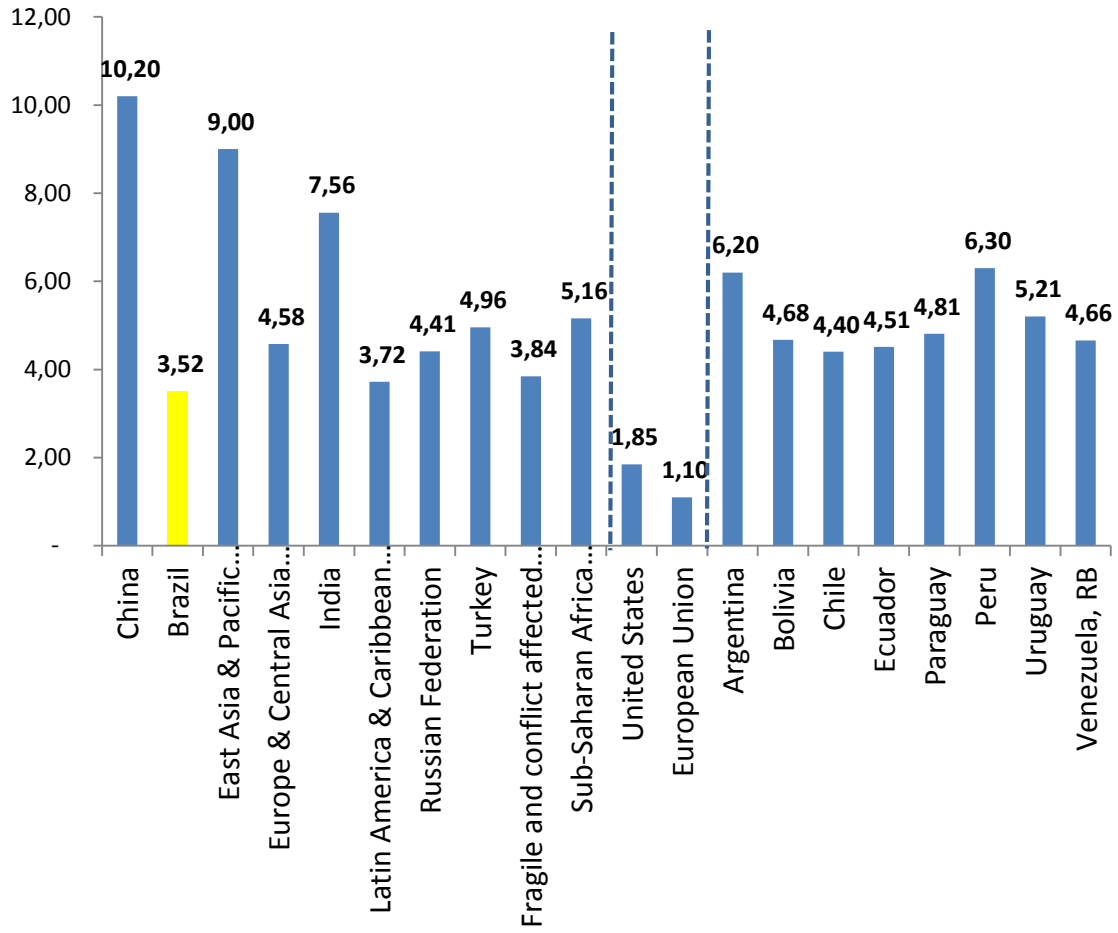


Fonte: ESALQ/CEPEA

A economia vai mal, mas exportações vão bem. Como seria se tudo fosse bem?

O Governo Federal tem sistematicamente apontado para a "crise mundial" como explicação para diversos problemas do Brasil. Não é verdade para nenhum dos problemas apontados, mas em especial destaca-se o mercado de carnes onde são as exportações que tem evitado uma crise interna na ponta ofertante.

Gráfico 7 – Taxa de crescimento do PIB (%) – média 2003 a 2013



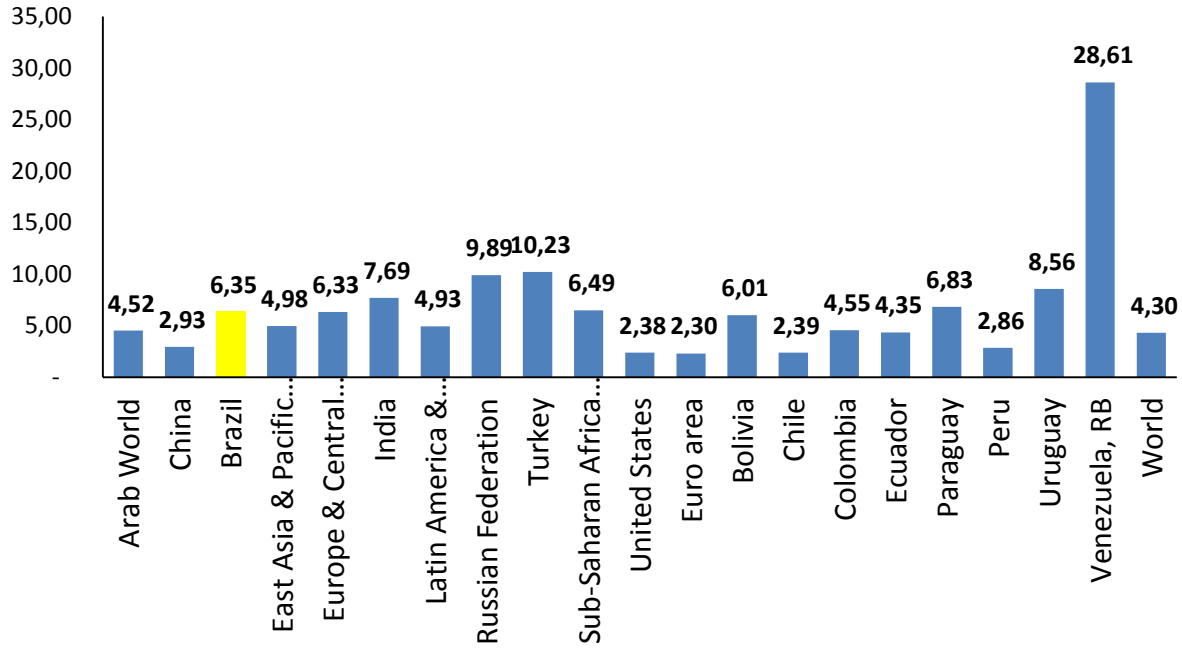
Fonte: World Bank

Vimos que para um bom desempenho da demanda por carnes e também para os preços recebidos pelos pecuaristas – pela ótica do mercado interno – é importante o crescimento do PIB e o controle da inflação. Veja no Gráfico 7 o crescimento médio ao redor do mundo e tire você mesmo suas conclusões quanto "a grave crise internacional" que está afetando as economias.

Nota-se que na média entre 2003 e 2013 o Brasil cresceu a uma taxa média de 3,52% a.a., quando comparado com os países emergentes, notamos que o Brasil cresceu bem menos do que todos. Cresceu menos, inclusive, do que os países emergentes que estão em situação de fragilidade ou em conflito. O Brasil cresce acima dos países desenvolvidos da Europa e EUA – países esses onde a pressão por crescimento é menor, pois já são desenvolvidos – e também cresceu bem menos que os vizinhos da América Latina, sendo o que mais cresceu foi o Peru que cresceu em média 6,3% ao ano.

Olhando pelo lado da inflação, que reduz o tamanho do mercado consumidor como já demonstrado anteriormente, o Brasil também não tem colaborado com nosso mercado.

Gráfico 8 – Taxa de inflação (CPI) média acumulada no ano entre 2003 e 2013



Fonte: World Bank

A maioria dos países em desenvolvimento como Brasil apresentaram taxa média de inflação anual abaixo dos 6,35% médios do Brasil entre 2003 e 2013. Tiveram inflação acima do Brasil entre os países em desenvolvimento à Rússia (9,89%), a Turquia (10,23%) a Índia (7,69%) e os em desenvolvimento localizados na África Subsaariana (6,49%). Nenhum desses países serve de exemplo para o Brasil.

Já os países desenvolvidos apresentaram inflações baixas, como era de se esperar de países civilizados, e na vizinhança da América Latina temos bem desenhados os modelos de gestão econômica: temos de um lado um Chile e Peru, com modelos mais ortodoxos de controle da moeda e de política econômica, etc. com taxas semelhantes aos países desenvolvidos. Temos Colômbia e Equador que o movimento de ajuste é mais recente, mas que já exibem taxas de inflação de dar inveja ao Brasil e, por fim, temos o último grupo formado por países que com modelos desenvolvimentistas de Estado, como Venezuela com uma inflação 28,61% e a Argentina que sequer sua inflação foi considerada pelo Banco Mundial devido à manipulação das informações que ocorrem naquele país.

Por fim, a nossa opinião é que devido à influência da economia brasileira na pecuária de corte ser muito forte, como largamente demonstrado, já que a maior parte da produção é consumida pelo mercado interno, então é determinante que a economia cresça e a inflação seja baixa, ao contrário do que tem acontecido no Brasil. Do contrário, o objetivo deve ser a exportação, mas como todos sabem, no mercado de carnes há certa instabilidade.

O pecuarista deve estar atento para os acontecimentos da economia, pois seu negócio é fortemente afetado. Este deve, também, buscar aumentar o volume exportado, já que há uma influência grande no preço recebido.

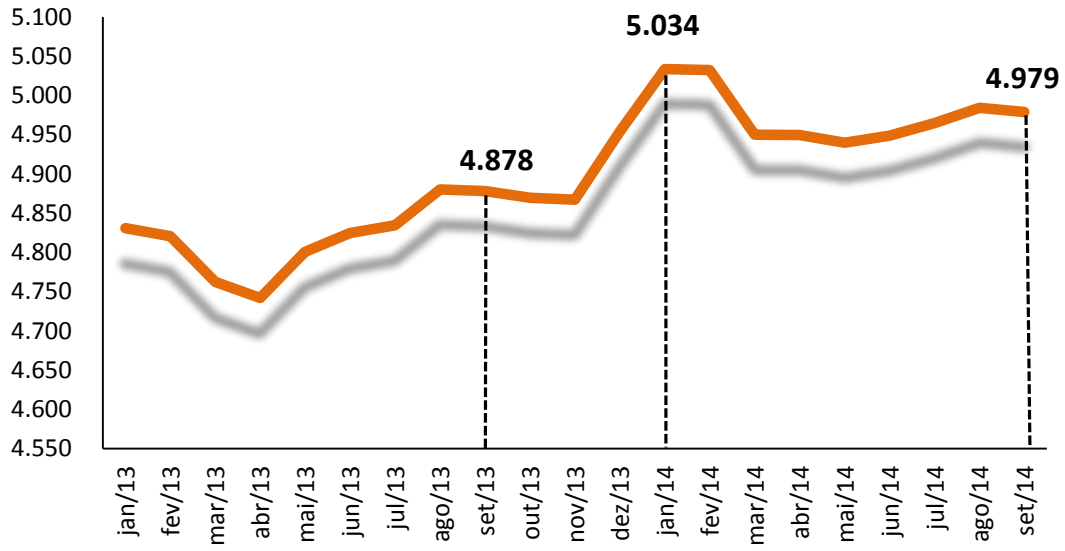
1.5 Análise de Rentabilidade

As análises aqui expostas são realizadas pela Assessoria Econômica do Sistema FARSUL a partir de levantamentos de campo anuais e atualizações de mensais dos custos das culturas de Arroz, Milho, Soja e Trigo realizadas pelo CEPEA. O último mês analisado foi setembro de 2014.

1.5.3 Arroz

O Custo Operacional Total do Arroz (COT), que considera todo o desembolso direto mais as depreciações, atingiu em setembro de 2014 um gasto por hectare de R$ 4.979,00, valor este 2% acima do igual período do ano anterior, ainda que este custo tenha atingido mais de R$ 5.034 por hectare no início do ano.

Gráfico 9 – Custo Operacional Total do Arroz no RS. (Em R$/ha)



Fonte: FARSUL/CEPEA

Os principais vilões do aumento no custo na comparação de setembro de 2014 com o igual período do ano passado foram, respectivamente por ordem de importância percentual sobre o custo, o diesel, cujo aumento foi de 7%, a secagem e armazenagem, com aumento de 8%, a mão-de-obra e o frete, ambos com aumento de 7% e os herbicidas com aumento de 3%. O destaque positivo foram os fertilizantes cujos preços caíram 7%.

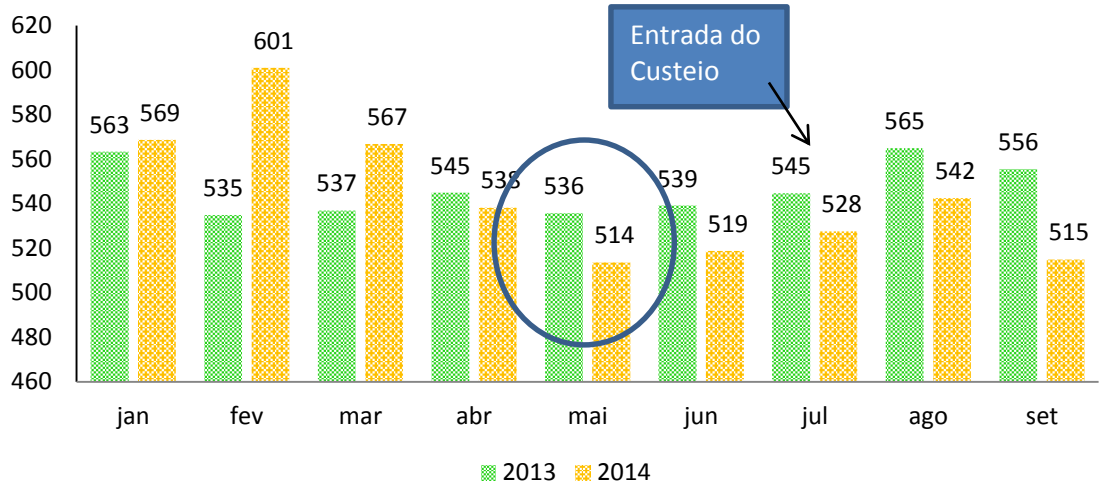
Destaca-se que para próxima safra os arrozeiros serão submetidos a aumentos muito fortes na irrigação, que representa mais 11% do custo

operacional total, já que os aumentos na energia elétrica já começaram e são consequências da falta de planejamento do Governo Federal[3].

A melhor hora de comprar insumos para o Arroz.

Conforme será mostrado mais adiante, a margem de lucro da lavoura de arroz em relação ao Custo Operacional Total, ou seja, todos os custos menos o custo da terra, é bastante estreita e a relação risco/retorno é alta, pois o lucro obtido é baixo em relação tanto ao investimento necessário quanto ao desembolso anual. Sabendo disso, comprar os insumos é uma parte muito importante do processo, pois como frequentemente dissemos, nem todo aumento de receita se converte em lucro, mas toda a redução de custos sim. Dentro de margens tão estreitas, comprar os insumos ganha uma importância maior.

Gráfico 10 – Custo dos Fertilizantes para Arroz. (Em R$/ha).



Fonte: FARSUL/CEPEA

O melhor momento para compra de **fertilizante**s tem sido o mês de **maio**, enquanto a compra dos **herbicidas** tem sido **fevereiro** e dos **inseticidas** em **agosto**. Obviamente que são momentos de compras em que o produtor costuma estar descapitalizado, justamente por isso as vendas são baixas nesses meses e os preços também o são. Entretanto, com um pouco de organização do fluxo

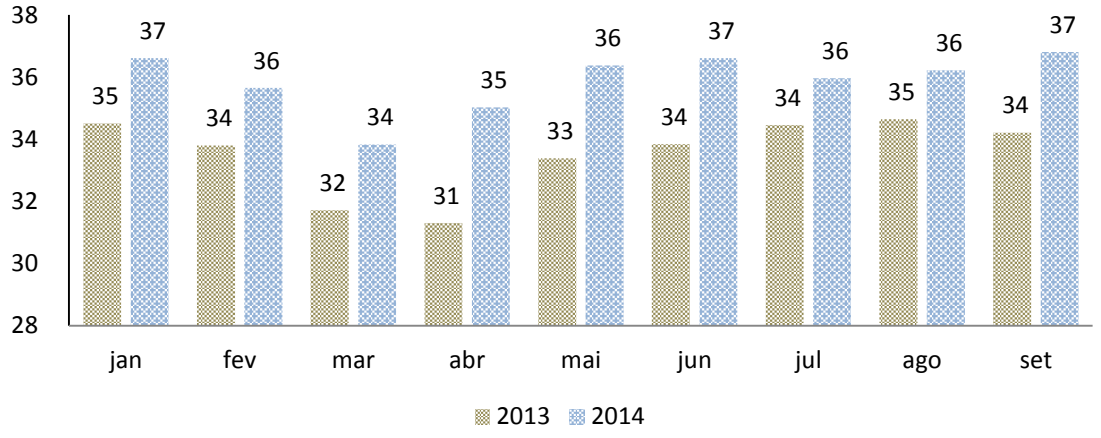
[3] Publicou-se em 2014 uma Nota Técnica com o título: Impacto do Aumento da Energia Elétrica no Custo de Produção do Arroz. Neste estudo foi explicado detalhadamente todos os erros cometidos pelo Governo Federal na condução da política de geração e consumo de energia elétrica e os impactos sobre o custo.

de caixa e também de algum sacrifício, é possível para muitos produtores uma reprogramação financeira de forma a possibilitar a compra fora das épocas típicas. O resultado vale a pena. É possível ter uma economia de R$ 85,08 por hectare plantado de arroz seguindo-se essas recomendações, de acordo com a média dos últimos cinco anos. Muitos podem olhar para esse valor e achar que é uma redução muito pequena diante do sacrifício, já que em relação ao COT a economia é de apenas 2%. Por outro lado, considerando-se que essa economia se converterá em lucro, conforme será mostrada mais adiante, a margem de lucro da lavoura arrozeira nesse ano foi de R$ 762,00 por hectare, logo, sobre a margem de lucro essa economia se converte em crescimento de 11%. No ano passado, em que a margem de lucro foi menor, o crescimento da lucratividade teria sido 19% por comprar melhor, reforçando-se a necessidade de comprar bem e justificando-se o esforço da gestão do caixa.

Margem de lucratividade do Arroz

O arroz foi o único grão cujo preço foi mais alto em todos os meses de 2014 comparado com o igual período do ano anterior, em média 7%, conferindo ao arroz um aumento de receita que não foi verificado em nenhum outro grão analisado.

Gráfico 11 – Preço do Arroz entre Jan-Set. Em R$/sc 50kg.

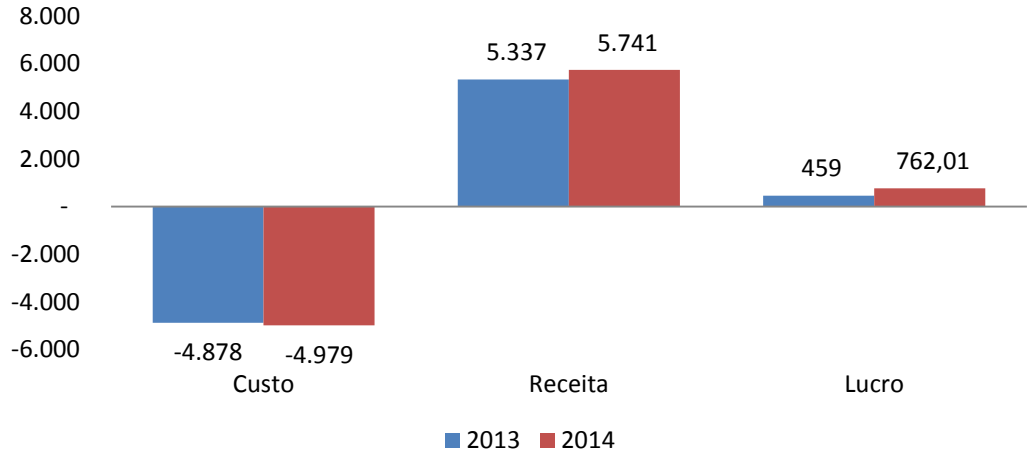


Fonte: FARSUL/CEPEA

Mesmo com o aumento dos custos de produção em pouco mais de 2%, a elevação da receita de 7,6% permitiu que a lavoura de arroz tivesse um lucro

sobre o COT de R$ 762,01 por hectare neste ano, um belo salto de 66% na margem de lucro em relação ao ano anterior.

Gráfico 12 – Comparativo entre o custo de produção, receita e margens de lucro cortados em set/2014 contra set/2013 do Arroz no RS.



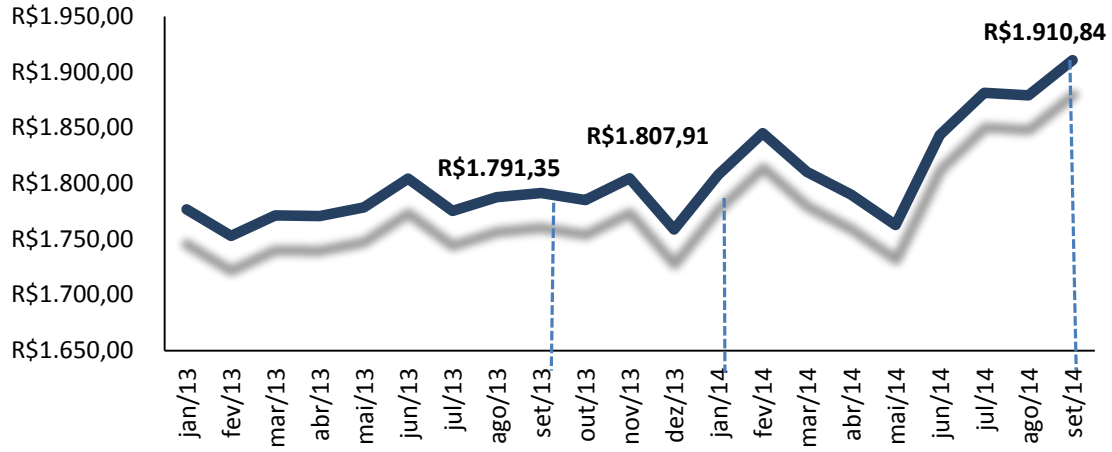
Fonte: FARSUL/CEPEA

Esse lucro ainda é baixo se comparado ao custo, mas tendo-se em vista que os riscos climáticos são menores do que outras atividades, tivemos no arroz um bom ano sem dúvida alguma. Conforme será analisado mais adiante, quando tratar-se-á da análise do mercado, ficará claro que o bom cenário internacional e a robustez das exportações têm sido determinantes para o bom momento do setor.

1.5.4 Soja

O Custo Operacional Total da Soja (COT), que considera todo o desembolso direto mais depreciações, atingiu em setembro de 2014 um gasto por hectare de R$ 1.910,84, valor este 7% acima do igual período do ano anterior. Ressalta-se que a maior parte deste aumento ocorreu em 2014, pois entre janeiro e setembro de 2014 o custo disparou 6%.

Gráfico 13 – Custo Operacional Total da Soja no RS. (Em R$/ha)



Fonte: FARSUL/CEPEA

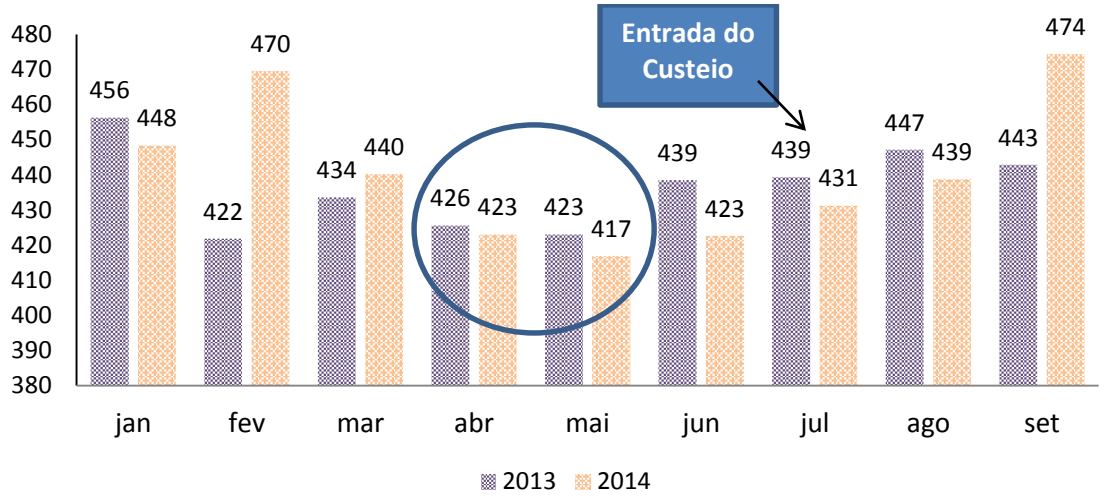
O aumento no preço das sementes e a primeira avaliação da Intacta RR2 Pro.

Deste aumento de 7% no custo operacional, o principal responsável foi o preço da **semente**, no caso, considerada ainda a tecnologia RR1 e que o produtor compra a semente ao invés de produzi-la. Mesmo com o uso da tecnologia antiga, houve aumento de 47% no item sementes + royalties entre setembro de 2013 a setembro de 2014 e, dos R$ 119,49 que aumentou o custo operacional total neste período, R$ 58,19 foram decorrentes do aumento do preço da semente, ou ainda, quase a metade do aumento do COT.

Fertilizantes: a melhor hora de comprar.

Tendo-se em vista que os fertilizantes representam a maior parte do custo operacional de produção, chegando a 25% no caso da soja, mostra-se o melhor momento para compra, como realizado no ano anterior. Tem-se a mais absoluta certeza que, caso os produtores em geral lessem esse relatório, não teríamos sazonalidade na compra, pois todos procurariam comprar na melhor hora, organizando seu fluxo de caixa, de crédito e de estocagem. Como lamentavelmente são poucos os produtores que se dedicam a este tipo de leitura, então você que está lendo saberá que em **maio**, assim como tem sido, foi o melhor momento de compra de fertilizantes.

Gráfico 14 – Custo dos Fertilizantes para Soja. (Em R$/ha).



Fonte: FARSUL/CEPEA

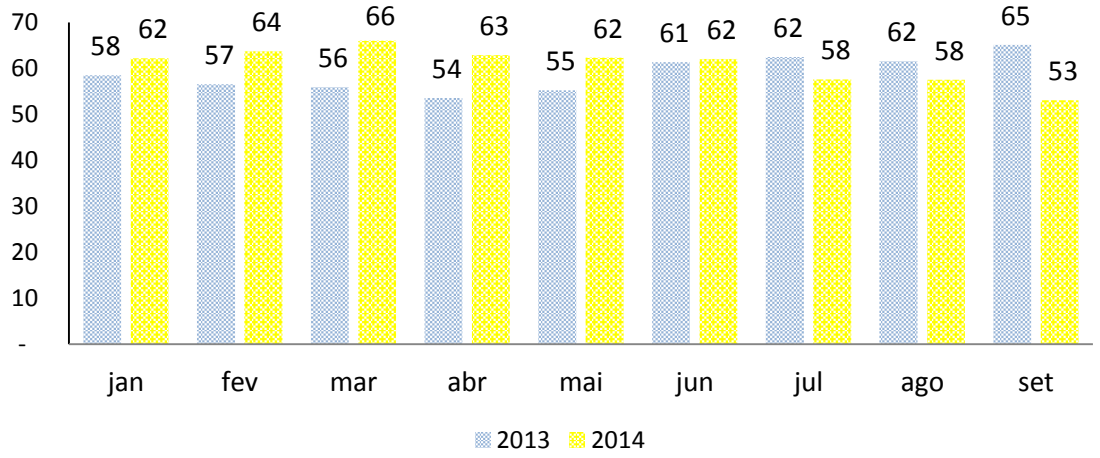
Sabe-se que a entrada do custeio costuma ser em julho e, de acordo com a Associação Nacional para a Difusão de Adubos (ANDA) o forte da compra de insumos ocorre em setembro. Sendo assim, o produtor que comprou em maio teve uma economia de 13,66%, ou cerca de um saco por hectare por comprar no melhor momento em relação ao mês de maior compra. Deve-se sempre lembrar que, tudo aquilo que é reduzido do custo em termos de preço de compra transforma-se em lucro.

Já os **fungicidas**, o melhor mês para compra tem sido **maio**, enquanto para **inseticidas** o melhor mês foi **agosto** e, por fim, os **herbicidas** não apresentam um padrão muito claro, mas sabe-se que no **primeiro semestre** compra-se melhor que no segundo.

Margens de lucratividade da Soja

Conforme antecipava-se em nosso Relatório Econômico 2013 e Perspectivas para 2014, a rentabilidade da soja foi menor no ciclo de 2014 em especial por consequência dos preços menores. Ainda que com perdas em diversas regiões devido ao regime de baixos níveis de chuvas no verão e temperaturas bastante elevadas – o ano de 2014 foi o mais quente do Estado desde que começaram as medições em 1880 – o fator mais importante foi o preço.

Gráfico 15 - Preço da Soja entre Jan-Set. Em R$/sc 60kg.



Fonte: FARSUL/CEPEA

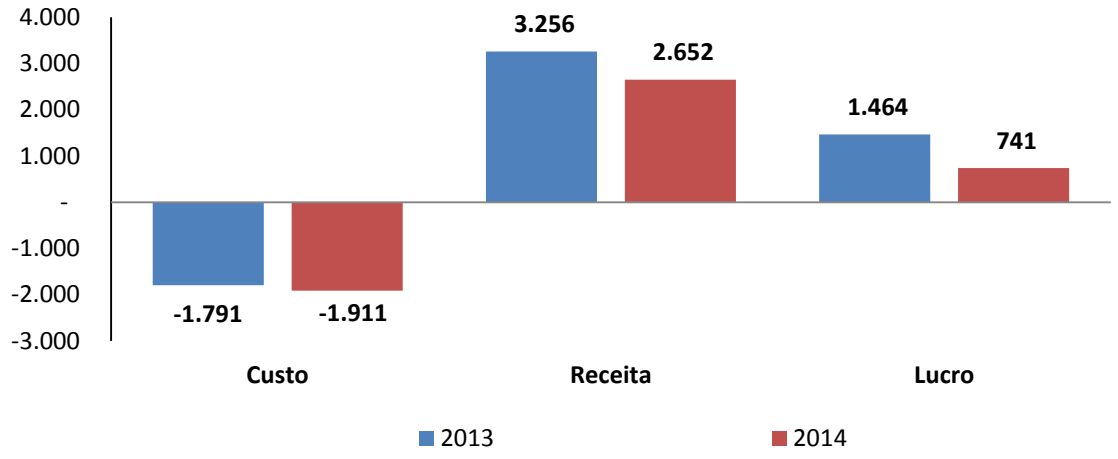
A primeira questão que deve ser compreendida é que os preços não caíram em 2014, mas já vinham baixos de 2013. Os preços no primeiro semestre de 2013 eram inclusive, mais baixos do que os praticados ao longo do primeiro semestre de 2014.

Os grandes problemas dos preços da soja ocorreram após as perspectivas para a safra de soja nos EUA, indicando que além da maior área plantada os americanos teriam uma produtividade excepcional, acarretando maior produção e consequente maior oferta global da oleaginosa. Conforme pode-se checar no Gráfico 15, a partir de julho os preços em 2014 passaram operar abaixo dos patamares dos mesmos meses do ano passado. No entanto, o forte da comercialização ocorre de junho em diante, pegando, portanto, a maior parte da comercialização.

Quando comparam-se os custos, receitas e margens de lucro, pressupondo-se a possibilidade de plantar, colher e comercializar dentro de um único mês, neste caso, setembro, já que é o último mês das informações, vê-se que a piora nas margens foi bastante intensa.

Conforme observa-se no Gráfico 16 os custos de produção tiveram um incremento (em setembro contra setembro anterior) de 6,7% pelas razões mencionadas anteriormente. Já a receita teve uma forte queda de 18,5%, uma vez que os preços foram reduzidos nessa percentual no mesmo período de análise e ainda pressupondo que a produtividade tenha sido a mesma nos dois anos, ou seja, 50 sacos por hectare.

Gráfico 16 – Comparativo entre o custo de produção, receita e margens de lucro cortados em set/2014 contra set/2013 da Soja no RS.



Fonte: FARSUL/CEPEA

Tendo os custos aumentando e a receita diminuída em razão dos preços inferiores, a margem de lucro despencou 49,4% neste setembro contra o mesmo mês do ano anterior. De outra forma, quem consolidou seus custos de produção em setembro de 2013 – e um quadrante importante dos produtores o fez neste período – e deixou para vender agora deixou de lucrar R$ 723 por hectare.

Este dado de corte é extremamente útil para compreensão do cenário e reflete bem a fotografia do momento. Por outro lado, ele não é conclusivo para se entender todos os quadrantes de produtores. Considerando-se os custos médios entre julho e outubro de 2012 e de 2013, quando foram implantadas as safras de 2013 e 2014 e tomando-se as receitas médias entre abril e setembro de 2013 e de 2014, temos um retrato mais abrangente dos produtores. Neste caso, os custos variaram 0,6% e a receita caiu 2,3% - o que faz sentido quando olha-se o gráfico dos preços da soja (Gráfico 3) – fazendo com que a lucratividade tenha caído 6,4% em relação a 2013.

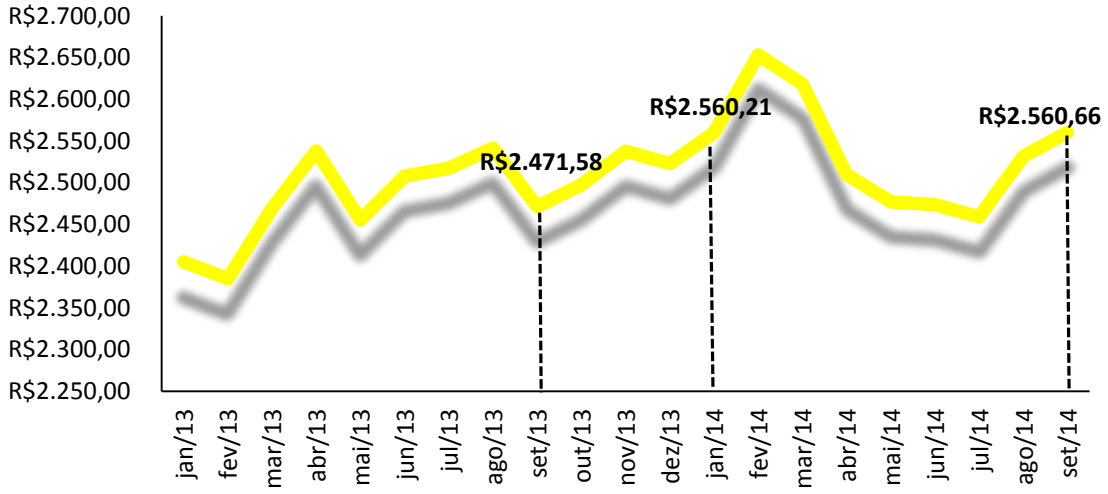
Evidentemente considera-se produtividade média de 50 sacos por hectare. Em 2013 podemos afirmar que a imensa maioria dos produtores teve uma boa safra, já o mesmo não pode ser dito de 2014, onde regiões fortemente produtoras tiveram considerável redução de produtividade em razão de um verão pouco chuvoso e extremamente quente. Sendo assim, o caso individual de cada produtor não deve ser relacionado diretamente com esta análise de

rentabilidade, pois aqui se está tentando capturar os movimentos do mercado e não da safra.

1.5.5 Milho

O Custo Operacional Total (COT) do milho, que envolve todos os custos com exceção ao custo da terra, teve aumento de 4% na comparação de setembro de 2014 contra o igual período do ano passado. Já na evolução dentro do ano de 2014, ou seja, entre janeiro e setembro, os custos se mantiveram estáveis, sendo que até agosto registravam queda.

Gráfico 17 – Custo Operacional Total do Milho no RS. (Em R$/ha)



Os fertilizantes representam 36% do COT e este foi o item que mais teve aumento, especialmente em setembro. Quando comparado setembro contra o igual período do ano anterior, temos um aumento acumulado nos **fertilizantes de 11%**, sendo seguido pelo aumento de **11% nos herbicidas e 10% nos fungicidas**. Diesel e mão-de-obra.

O destaque positivo foi o item **sementes e royalties** que representam 20% do COT do milho e tiveram **queda de 9%** no último ciclo setembro-setembro.

A melhor hora de comprar insumos: fertilizantes e agroquímicos

Cerca de dois terços do COT do milho é composto, nesta ordem, por fertilizantes, sementes e royalties e agroquímicos. Se o produtor comprar bem

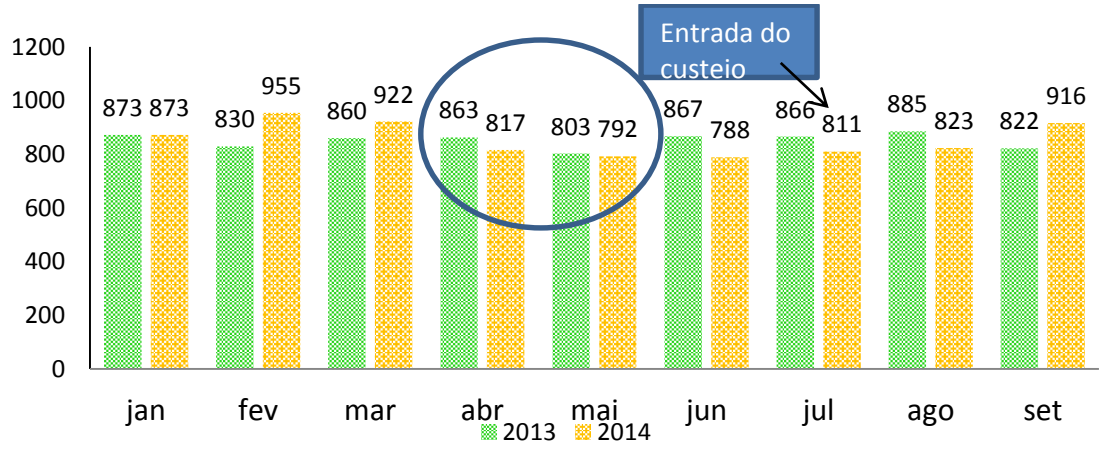
esses três itens terá feito quase todo o esforço possível para reduzir os custos, já que a maior parte dos demais gastos é de difícil gestão, tais quais mão-de-obra, diesel, manutenção, tributos, frete, etc.

Com o objetivo de ajudar o produtor de milho a elevar o seu nível de gestão, apresentamos qual foi o melhor momento de comprar esses principais insumos nos últimos anos, de forma que o produtor possa organizar suas finanças e o fluxo de caixa e poder comprar no melhor período. Devemos sempre lembrar uma grande verdade para nós quanto à economia das empresas que não cansamos de repeti-la: nem todo o aumento de receita se converte em lucro, mas toda a redução de custos sim. Isso ocorre porque há um princípio da economia que nos diz que os produtores individualmente não são capazes de influenciar os preços que estão vendendo seus produtos, mas podem influenciar o preço dos insumos que estão comprando, sobretudo decidindo o melhor momento de compra-los. Logo, se queremos aumentar a lucratividade o principal esforço deve ser feito nos custos e não na venda do produto.

Conforme podemos visualizar no gráfico a seguir, nos últimos dois anos o **melhor momento para compra de fertilizantes foi maio**. Quem comprou em maio teve uma **redução de 5,1%** em relação ao momento da entrada do custeio, que é julho, o equivalente a **R$ 41,00 por hectare**.

Nos últimos **cinco anos** o melhor momento de compra de fertilizantes foi **abril**, então o produtor pode escolher entre abril ou maio e se mantendo comprando neste momento estará aumentando sua lucratividade.

Gráfico 18 – Custo dos Fertilizantes para Milho. (Em R$/ha).



Fonte: FARSUL/CEPEA

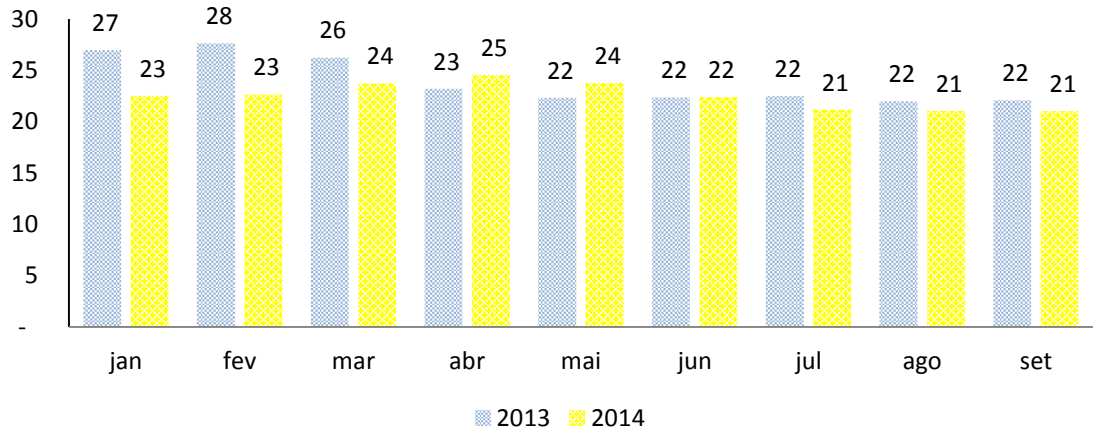
Quando se trata de agroquímicos, **o melhor momento para se comprar herbicidas é em janeiro**, quando o preço esteve nos últimos dois anos em média 4,48% abaixo do mês de julho, quando entra o custeio. Já para a compra de fungicidas, o melhor momento de compra foi também maio, mas com um ganho médio pequeno, de apenas 2%.

O produtor que seguiu esses períodos de compra aumentou sua lucratividade em **R$ 49,55, o que equivale a um aumento em 29% na margem de lucro.**

Margem de lucratividade do Milho

O preço do milho no mercado gaúcho tem sofrido com a baixa dos preços desde abril de 2013, quando as cotações desabaram de R$ 26 para R$ 23 imediatamente após a colheita, uma queda de 12%. De lá para cá o preço parece ter encontrado um piso, pois o preço tem variado em torno de R$ 22 por saco, sem sofrer volatilidade com sazonalidade da safra.

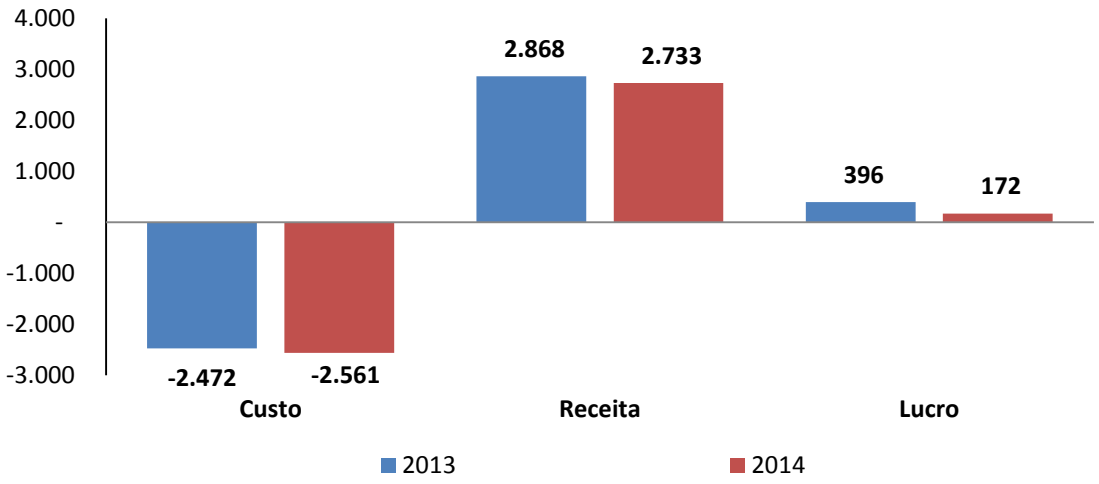
Gráfico 19 – Preço do Milho entre Jan-Set. Em R$/sc 60kg.



Fonte: FARSUL/CEPEA

Quando recortamos um momento, no caso setembro de 2014 contra setembro de 2013 tem-se evolução do COT do milho em 3,6%, que encontra uma receita menor em 4,7%, resultando em uma lucratividade 56,5% menor que no ano anterior, atingindo apenas R$ 172,30 por hectare. Isso considerando uma propriedade típica representativa da produção, que atinge 130 sacos por hectare de média.

Gráfico 20 – Comparativo entre o custo de produção, receita e margens de lucro cortados em set/2014 contra set/2013 do Milho no RS.



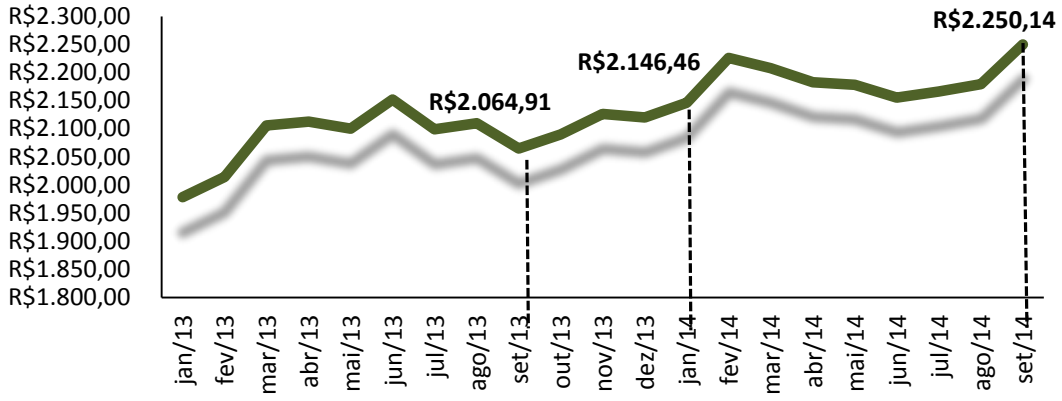
Fonte: FARSUL/CEPEA

Quando se amplia a análise e ao invés de se tomar o confronto apenas de setembro contra setembro, alargando-se o período de custos para a média entre julho e setembro e da receita média entre março e setembro, situação esta que enquadra um número maior de produtores, a situação ameniza um pouco. Os custos passam a ter um aumento de 0,4% e a receita cai 1,9%, determinando que a lucratividade caia 14%, de R$ 484 por hectare para R$ 417.

1.5.6 Trigo

O Custo Operacional Total (COT) do Trigo, que envolve todos os custos com exceção ao custo da terra, sofreu uma disparada de 9% na comparação de setembro de 2014 contra o igual período do ano passado. Já na evolução dentro do ano de 2014, ou seja, entre janeiro e setembro, os custos avançaram 5%. O trigo foi o grão dentre os analisados que apresentou maior aumento.

Gráfico 21 – Custo Operacional Total do Trigo no RS. (Em R$/ha)



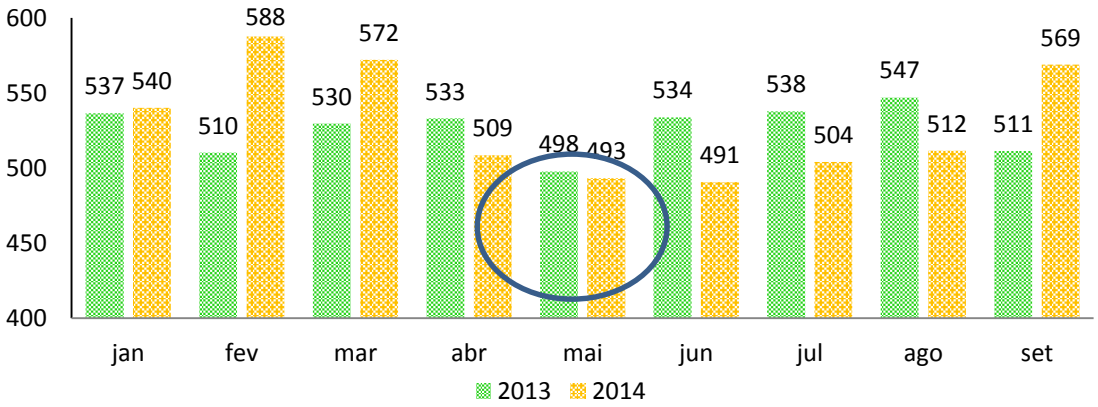
Fonte: FARSUL/CEPEA

Os fertilizantes, a exemplo dos grãos de verão, também é o item mais caro do custo de produção, representando 25% do total. O gasto entre setembro de 2014 em relação ao igual período do ano passado aumentou 11%, sendo que 5% entre janeiro e setembro deste ano. Já o gasto com sementes, que representa 12% do custo total, teve acréscimo de 29% entre setembro do ano passado e igual mês deste ano, tendo sido o item que mais aumentou o custo, sendo 27% ocorreu dentro de 2014.

O melhor momento para compra de insumos para o trigo

Conforme pode-se verificar no Gráfico 22 a seguir, seguindo o padrão existente nos grãos de verão, **maio tem sido o melhor momento para compra de fertilizantes para a produção de trigo**, padrão este que se repete pelo menos há cinco anos.

Gráfico 22 – Custo dos Fertilizantes para o Trigo. (Em R$/ha).



Fonte: FARSUL/CEPEA

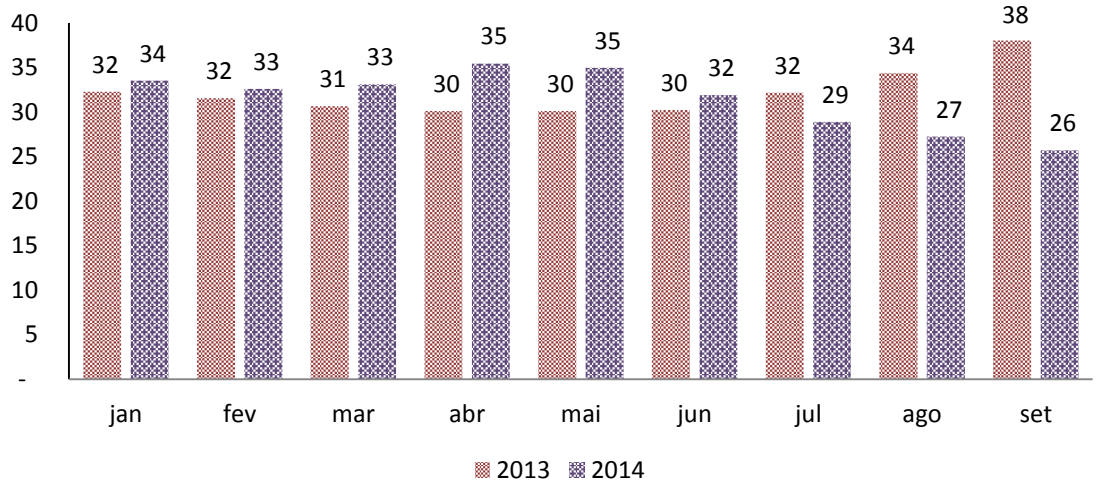
Quanto aos agroquímicos, o melhor momento para compra de **herbicidas e inseticidas** costuma ser **janeiro**, enquanto os **fungicidas** são melhor comprados em **maio**.

Margem de "Prejuízo"

Infelizmente o caso do trigo não pode ser tratado como margem de lucro, como foram os demais grãos, pois seria até mesmo incorreto tratar de lucro em uma atividade que, com honrosas exceções regionais, como nos Campos de Cima da Serra; nas demais regiões o prejuízo é uma constante, cujos porquês e o tratamento dado pelos Governos Federal e Estadual será discutido na sequência.

A começar pelos preços recebidos pelos produtores, que ao longo de 2013 operaram acima de R$ 30/sc 60kg, atingindo um pico de R$ 39,93 no mês de outubro do ano anterior, quando o Governo Federal reduziu a TEC para importação de trigo de terceiros países, tarifa esta que serve de salvaguarda da produção local contra o produto subsidiado produzido nestes terceiros países. Desde então o preço despencou e os produtores passaram a amargar enormes prejuízos, que foram potencializados pela inflexibilidade do Governo do Estado em não reduzir para 2% a alíquota interestadual de trigo em grão para os estados adquirentes deste produto, o que ajudou a represar a safra no RS.

Gráfico 23 – Preço do Trigo entre Jan-Set. Em R$/sc 60kg.



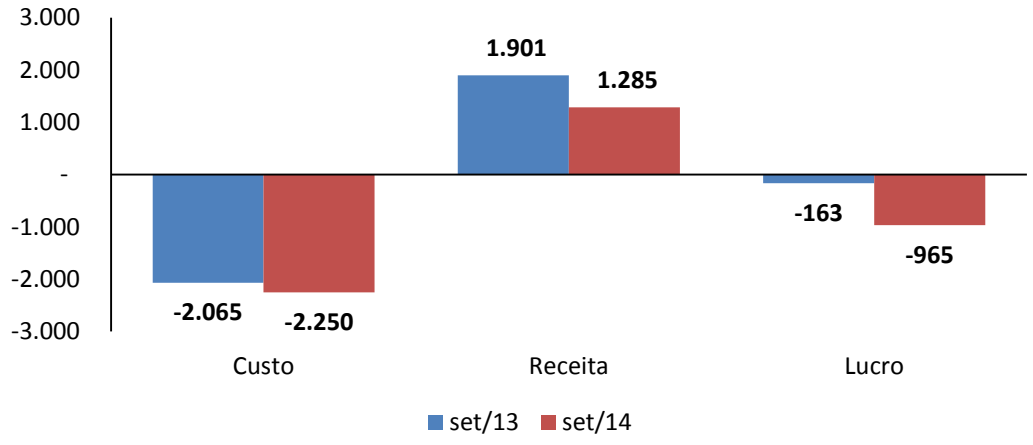
Fonte: FARSUL/CEPEA

Quando se corta a realidade de setembro de 2014 e compara-se com a realidade do mesmo mês do ano anterior, vê-se que a situação se agravou muito, conforme Gráfico 24 a seguir.

Enquanto o COT saltou 9%, de R$ 2.065 por hectare para R$2.250, a receita caiu 32,4%, de R$ 1.901 por hectare para R$ 1.285. Na situação do ano anterior a receita já era incapaz de cobrir os custos operacionais totais, que englobam as depreciações, mas pelo menos cobria o custo operacional efetivo, que é o anterior menos as depreciações. Uma vez cobrindo o custo operacional efetivo, tendo em vista que se trata de uma safra de inverno, há ganhos financeiros no ciclo produtivo, pois os custos fixos da safra de verão são distribuídos também na safra de inverno, além dos ganhos de produtividade na safra de verão em razão da produção de inverno.

No entanto, o prejuízo que era de R$ 163 por hectare – que como dito, pode ser recuperado com ganhos da safra de verão e redução dos custos fixos no ciclo – despencou para R$ 965 por hectare, perda esta superior, inclusive, a margem de lucro da soja, o que determina um prejuízo no ciclo anual. O aumento no prejuízo foi de 490%.

Gráfico 24 – Comparativo entre o custo de produção, receita e margens de lucro cortados em set/2014 contra set/2013 do Trigo no RS



Fonte: FARSUL/CEPEA

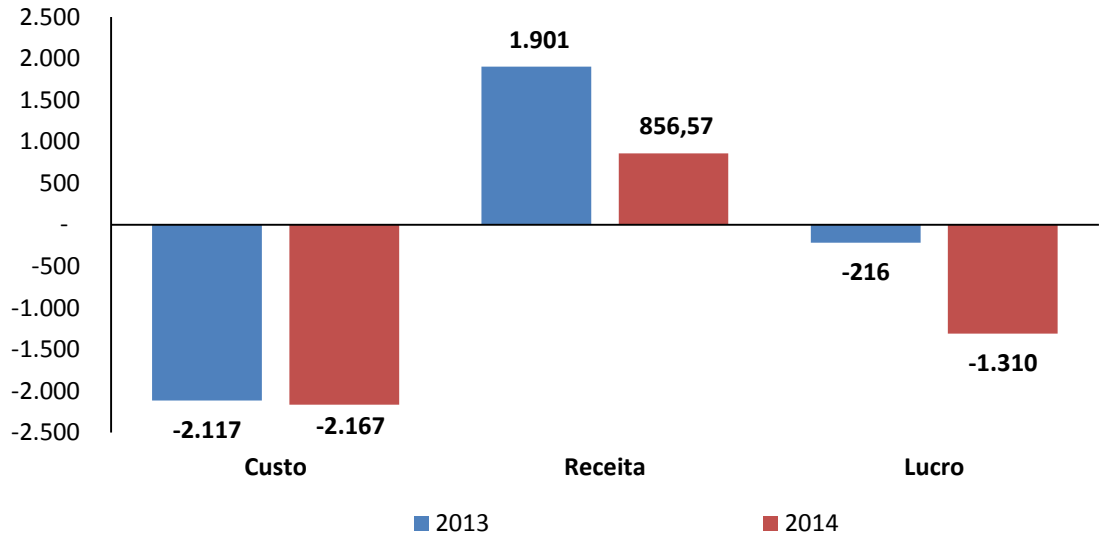
Quando se toma a média dos custos nos meses de plantio e da receita nos meses de colheita, saindo da rigidez mensal para quadrantes onde estão contidos um número maior de produtores, a situação não melhora muito. O

prejuízo sai de R$ 965 por hectare para R$ 882, ainda assim, determinando prejuízo no ciclo verão-inverno.

O cenário que mostrou-se até aqui foi apenas o balanço financeiro, desprezando-se os problemas climáticos, pois se gostaria com isso isolar o efeito da mudança no mercado ocasionada, principalmente, pelas más políticas dos governos Federal e Estadual. Mas além de políticas públicas contrárias ao desenvolvimento do mercado – com o Governo Federal incentivando a importação de produto subsidiado e o governo estadual quebrando todos os recordes de arrecadação de ICMS sobre o trigo, mesmo com custo altíssimo para o produtor – o produtor enfrentou problemas climáticos graves, fazendo-se necessário mostrar este cenário agravado pelas perdas climáticas.

De acordo com levantamentos da Comissão de Trigo da FARSUL, deveremos ter uma produtividade média no Estado de 30 sacos por hectare que, vendidas ao preço atual, passamos a ter o cenário disposto no Gráfico 25.

Gráfico 25 – Comparativo entre o custo de produção, receita e margens de lucro do Trigo em 2013 e 2014 no RS, considerando produtividade de 35 sacos por ha.



Fonte: FARSUL/CEPEA

Neste cenário, o prejuízo médio para os produtores que plantaram e colheram dentro dos períodos recomendados salta de R$ 882 para 1.267 por hectare em função da redução da produtividade de 50 para 30 sacos por hectare, um aumento de 44% no prejuízo.

1.5.6.1 ESPECIAL: Impasse no trigo: a dicotomia entre quem quer produzir e a baixa qualidade da atuação dos governos federal e estadual

Ainda em 2013 quando os produtores se preparavam para colher a maior e melhor safra de trigo da nossa história. Para brindar o bom momento, o mercado internacional operava em bons níveis de preços e os preços internos estavam operando influenciados por eles e também pela quebra parcial da safra paranaense. Era um cenário que não havia como melhorar.

Mesmo que o clima fosse de festa, o Sistema FARSUL estava preocupado com alguns movimentos estranhos e outros, nada surpreendentes, como a habitual desconstituição da qualidade do trigo nacional feita sempre pelas mesmas pessoas que representam as indústrias, sempre com os mesmos objetivos e também sempre quando há abundância do produto. Faça-se justiça, antes de qualquer coisa, aos representantes da indústria gaúcha de trigo, o Sinditrigo, que esteve o tempo todo do nosso lado contrariando a orientação nacional da entidade.

Diante do quadro o Sistema FARSUL traçou os seguintes objetivos:

a) Derrubar a tese de que o trigo gaúcho possuía baixa qualidade.

Para atestar a qualidade do produto gaúcho, buscamos a palavra da Universidade de Passo Fundo (UPF) e da Embrapa Trigo. Tais entidades trabalham com pesquisa isenta e ambas têm relevantes serviços prestados ao mercado. De acordo com essas entidades, a maior parte do trigo produzido no Rio Grande do Sul era composto de trigo pão ou melhorador, trazendo um outro e isento ponto de vista sobre a qualidade do produto local.

b) Reajuste do preço mínimo do trigo

Trazer o preço mínimo para um patamar que seja adequado a realidade dos custos um trabalho desenvolvido pela Comissão de Trigo da FARSUL de forma permanente, inclusive quando o preço está alto. Infelizmente, por questões relacionadas à má gestão orçamentária o Governo Federal não dispunha de recursos para operar uma política de preços mínimos conforme

estipula a Lei. Causou-nos desagradável surpresa quando a CONAB reajustou o preço mínimo em apenas 5% e, de acordo com representante da entidade, “foram 5% de lambuja, já que o custo de produção até caiu”. Ao checar-se a informação vimos que as planilhas de 2013 e 2014 não foram organizadas sob a mesma metodologia, retirando-se itens que sempre foram considerados justamente para alterar o resultado. Pode-se conviver com o fato de não haver recursos para PPM, mas não se pode aceitar a tentativa de distorcer a realidade através do uso de planilhas diferentes.

c) Manter a TEC para terceiros países

Ainda quando as plantas estavam em desenvolvimento, a diretoria da FARSUL acompanhava os movimentos políticos da Abitrigo para suprimir a TEC do trigo no próximo ciclo, com a alegação de que a escassez de trigo elevaria os preços do cereal e, no final do dia, geraria “inflação”.

Há séculos sabe-se a origem da inflação e como combatê-la. No Brasil tiveram-se diversas tentativas como essa, de combate produto a produto que foram retumbantes fracassos, como não poderia deixar de ser. Teve-se, por outro lado, um Plano Real que colocou a inflação sob controle utilizando instrumentos e diretrizes largamente conhecidas dos economistas, mas essas obviedades são muito difíceis de emplacar no cotidiano dos atuais condutores da política econômica.

Trigo não gera inflação. Da mesma forma que substituir carne bovina por ovos, como recomendou o Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, tampouco é política de combate à inflação que mereça ser levada a sério.

O problema que se impôs não é o da qualidade das recomendações ou das crendices seguidas pelos membros da equipe econômica, mas as consequências desastrosas que as ações de governo têm no mercado e na atividade econômica daqueles que estão produzindo.

Apesar de parecer óbvio que as variações do trigo não geram inflação, remeteu-se Nota Técnica intitulada: Variações no Preço do Trigo Têm Baixa Influência no Preço do Pão ao Consumidor.

Nesta nota foram utilizados quatro argumentos para provar que não são os aumentou do preço do trigo que geram inflação, pois estes sequer influenciam

de forma perceptível no preço do pão. O primeiro deles mostrava que embora o pão seja feito fisicamente de trigo, ele tem baixa participação em termos monetários, de valor. Do preço que o consumidor paga na gôndola, apenas 14% refere-se ao trigo, os demais 86% são compostos de mão-de-obra, energia elétrica, aluguéis, etc. O segundo argumento é a participação dos derivados de trigo no IPCA, que é de apenas 3,7%. Logo, se o trigo participa com 14% de 3,7%, então a variação do preço do trigo deve ser imensa para fazer-se sentir no IPCA. O terceiro argumento foi feito a partir da construção de modelos econométricos que provam que não há correlação entre as variações do preço do trigo e do pão. Por outro lado, há forte correlação entre o preço do pão e os salários, os aluguéis, energia, etc. E o quarto e último argumento foi a história. Sim, mostramos que desde a supressão da TEC até o momento em que a nota tinha sido escrita, o preço do trigo tinha despencado 14% e o preço do pão aumentado 11%, o que definitivamente sepulta a tese do governo.

As ações do governo foram péssimas para os triticultores, pois receberam menos. Péssima para os consumidores, que pagaram mais pelo pão. Péssima para o governo, que abriu mão de arrecadar mais de R$ 150 milhões. Foi boa para quem? Para uma meia dúzia de importadores influentes no Ministério da Fazenda.

O Governo Federal não atendeu nossa demanda e o resultado foi um desastre, mas um desastre anunciado.

d) Redução do ICMS para saídas interestaduais de trigo

Entre os dois maiores estados produtores de trigo do Brasil, Paraná e Rio Grande do Sul, este último é aquele mais distante da Região Sudeste, sendo assim, todo o comprador localizado nessa região arca com um custo maior com a logística, o que é considerado na precificação do produto no Rio Grande do Sul. O Paraná, além de estar mais próximo geograficamente, ainda possui uma alíquota interestadual de ICMS permanente em 2%, enquanto no Rio Grande do Sul é 12%, sendo reduzida temporariamente de acordo com o entendimento do governo de plantão. No governo anterior a alíquota costumava ser reduzida para 2%, já no atual governo a alíquota foi, no primeiro ano, reduzida para 4%, no segundo não houve redução, no terceiro 8% e neste último ano a alíquota foi de 8%, depois foi reduzida para 2% para estados que praticamente não compram

nosso trigo e mantida em 8% para os estados que compram e, depois de muito repetir o erro, já em campanha e com cerca de 300 mil toneladas apenas a ser comercializadas, o Governo do Estado reduziu para 2% para os Estados compradores.

O pleito do Sistema FARSUL que iniciou em setembro de 2013 – ainda no ano passado – era para redução para 2% da forma como foi feito no final da safra. O pleito foi encaminhado pessoalmente ao Governador, em duas oportunidades presenciais do Presidente da FARSUL. Foram encaminhados três ofícios cobrando medidas em linha com o que tinha sido pleiteado, mas o governo levou quase um ano para perceber que não estavam praticando a política tributária correta, entretanto, o estrago já tinha sido feito. Nunca a arrecadação de ICMS sobre o trigo foi tão alta e nunca o prejuízo dos produtores foi tão grande como neste ano.

Façamos aqui justiça a Secretaria da Agricultura nas pessoas dos secretários e, especialmente, do coordenador da Câmara Setorial Estadual do Trigo que foi incansável ao lado dos produtores por uma tributação mais justa, mas que foram vencidos pelo entendimento geral do governo.

e) Mecanismos de comercialização para a próxima safra

Desde julho deste ano estão sendo solicitados mecanismos de comercialização para safra vindoura de trigo, já que para a safra passada, há muito o governo não dispõe de orçamento. Foram solicitadas ações como:

- AGF, uma vez que não há estoques públicos do cereal, colocando inclusive em risco a segurança de abastecimento;
- PEPRO, em quantidade suficiente para escoar 600 mil toneladas;
- Opções de Venda, de forma a dar liquidez e garantia de preço mínimo;

1.5.7 Leite

No cenário internacional há mudanças estruturais que seguem a profissionalização da atividade da pecuária de leite, com o movimento de fusões e aquisições destacando-se desde de 2013, intensificando-se em 2014 e tendo grandes perspectivas para 2015. A FONTERRA (Nova Zelândia) está

operacionalizando sua terceira unidade industrial na China, bem como a Danone (França) incorporou 25% da companhia chinesa fabricante de leite em pó Yashili International. Estes movimentos acompanham o estímulo do Governo chinês para fusões devido aos problemas enfrentados pela China no setor lácteo – principalmente, leite em pó infantil.

Cenário e Perspectivas

Para melhor entendimento do mercado lácteo internacional em 2014 destacam-se alguns aspectos e para 2015 espera-se:

– Crescimento da economia internacional em 2015 projetado em 3,8% (WEO/FMI) puxado pelos mercados emergentes, com crescimento da renda real;

– Crescimento populacional projetado para 2015 atingindo 7,21 Bilhões de habitantes no mundo, aumento de 0,98% em relação a 2014;

– Incremento da demanda de lácteos na China, perspectiva de expansão de 7,08% do PIB chinês – principalmente, por Leite em Pó Integral, cuja importação em 2014 não reflete a situação favorável de 2013 e para 2015 espera-se um arrefecimento ainda maior (lento, mas maior) diante dos investimentos internos do Governo Chinês e pelas fusões/aquisições que se sucedem naquele mercado;

– Consolidação do mercado industrial de lácteos através das fusões/aquisições que estão acontecendo no setor em 2014 e a tendência deverá ser mantida para 2015 – há um desequilíbrio entre oferta x demanda no mercado mundial, e este processo aquisitivo visa especializar o setor naturalmente devido aos efeitos de escala;

– Aumento das exportações na Europa com a diminuição do *gap* entre os preços da UE-28 e os países da Oceania (Austrália e Nova Zelândia) – conforme Tabela 7 – no caso Europeu com a queda das quotas da produção de leite há, impreterivelmente, necessidade de eficiência competitiva para ampliação do *market share*.

- América Latina (Argentina, Brasil e Uruguai) e Ásia (China, Arábia Saudita e Índia) deverão incrementar sua produção láctea e potencializar exportações para 2015.

Tabela 7 – Preços comparativos dos lácteos entre Oceania e Europa

OCEANIA - VARIAÇÃO PREÇOS 2014*/2013*
(US$/MT - FOB)

ANO	MANTEIGA	LPD	LPI	CHEDDAR
2014*	4.619,32	3.988,64	3.997,16	4.598,86
2013*	3.991,07	4.345,24	4.627,38	4.325,00
VAR.(%)	**15,7%**	**-8,2%**	**-13,6%**	**6,3%**

Fonte: USDA
Elaboração: Sistema FARSUL/ Assessoria Econômica
(*) Preços Jan-Set/2014

EUROPA - VARIAÇÃO PREÇOS 2014*/2013*
(US$/MT - FOB)

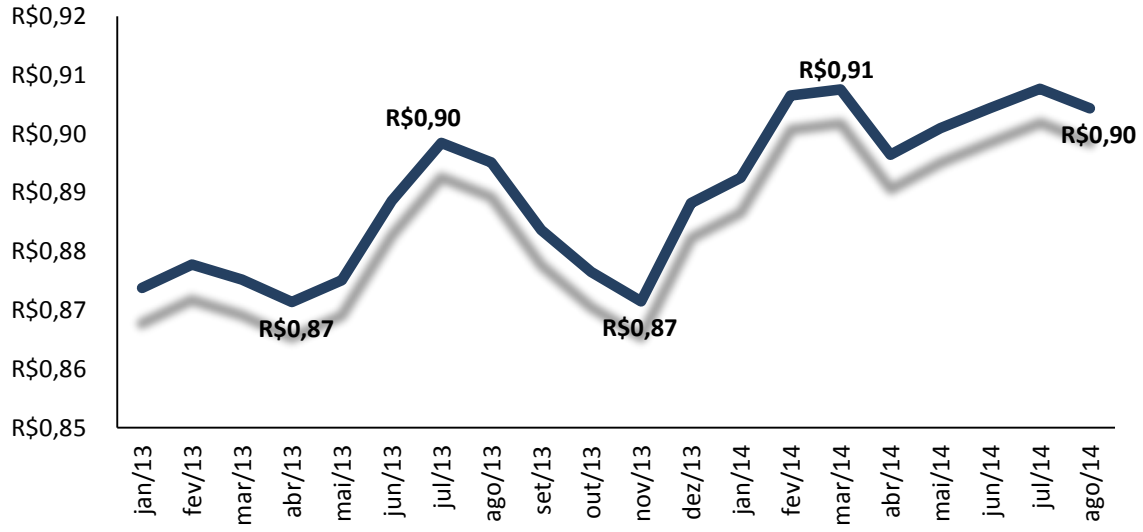
ANO	MANTEIGA	LPD	LPI	SORO
2014*	4.653,98	3.823,30	4.384,66	1.330,68
2013*	5.056,55	3.981,55	4.583,33	1.372,02
VAR.(%)	**-8,0%**	**-4,0%**	**-4,3%**	**-3,0%**

Fonte: USDA
Elaboração: Sistema FARSUL/ Assessoria Econômica
(*) Preços Jan-Set/2014

Custo

O Custo Operacional Total do Leite (COT), que considera os gastos correntes da propriedade incluindo-se depreciações e pró-labore, atingiu em 2014 um desembolso médio por litro de R$/l 0,90, valor este 2,3% superior ao mesmo período do ano anterior, que estava em R$/l 0,88.

Gráfico 26 – Custo Operacional Total do Leite no RS. (Em R$/litro)



Fonte: FARSUL/CEPEA

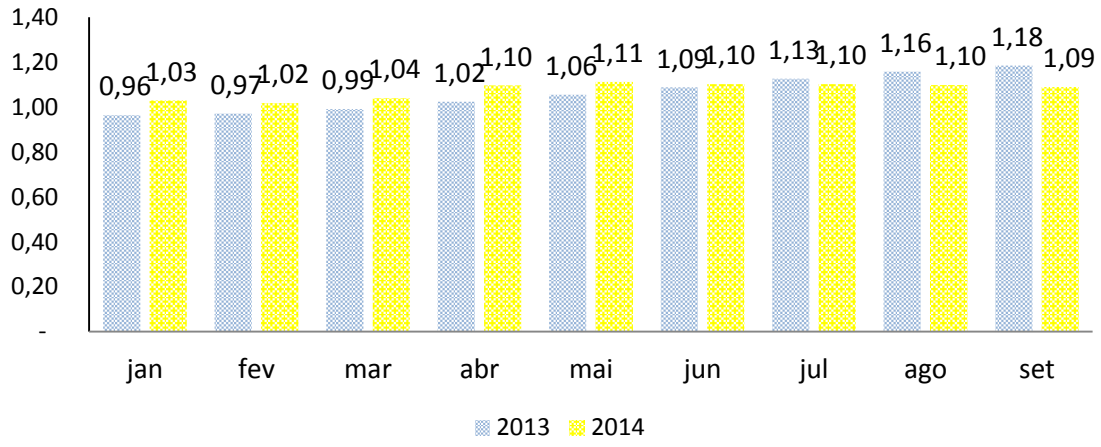
O aumento no preço para o produtor de leite foi o responsável pelo resultado positivo.

No aumento de 2,3% no custo operacional total houve carregamento da alta dos preços dos insumos que ocorreu de julho a dezembro de 2013, principalmente, despesas com suplementação e mão de obra.

Margens de lucratividade

Conforme antecipou-se no Relatório Econômico 2013 e Perspectivas para 2014, a rentabilidade do leite manteve-se no ciclo de 2014, em especial por consequência dos preços maiores devido ao regime de baixos níveis de chuvas (Região Centro-Oeste) entre janeiro a junho deste ano, quebrando a oferta láctea e puxando os preços para cima.

Gráfico 27 – Preço do Leite Brasil entre Jan-Set. (Em R$/litro)

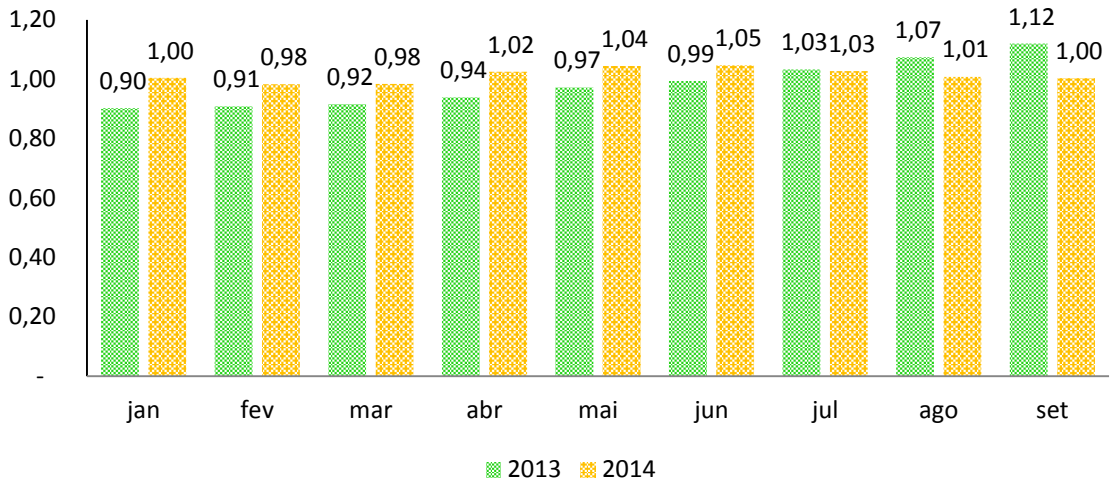


Fonte: FARSUL/CEPEA

A média dos preços médios deflacionados no país praticados em 2014 (janeiro a setembro) foi 1,3% superior ao mesmo período de 2013. Os preços deflacionados (corrigindo-se os preços pela inflação) no período janeiro a setembro de 2014 ficaram com média de R$/litro 1,08, ao passo que no mesmo período de 2013 ficaram em média R$/litro 1,06. Ou seja, consonante com o movimento de suporte dos preços iniciado em 2013, a tendência sustentou-se em 2014 no mercado interno brasileiro.

No Rio Grande do Sul a média deflacionada dos preços comparativos entre janeiro a setembro de 2014 com relação a 2013 ficou acima da nacional, atingindo 3,0% e mantendo a tendência de alta correlacionada com os movimentos internacionais e do mercado lácteo brasileiro.

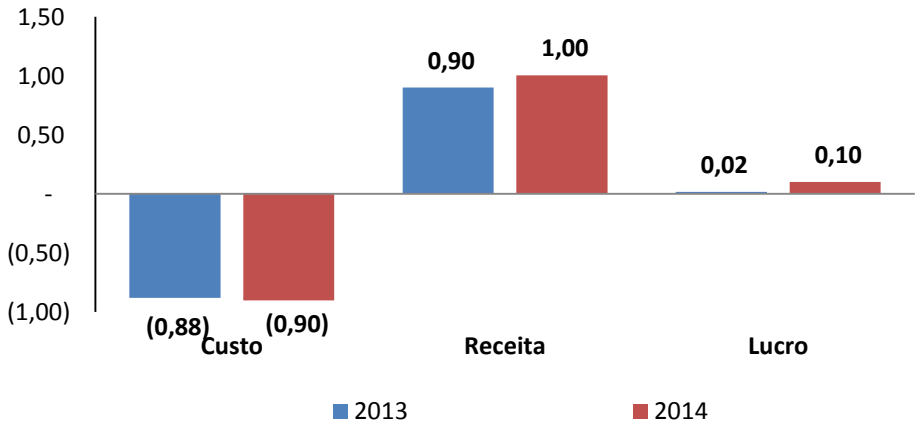
Gráfico 28 – Preço do Leite Rio Grande do Sul entre Jan-Set. (Em R$/litro)



Fonte: FARSUL/CEPEA

Conforme pode-se acompanhar no Gráfico 29, os custos de produção tiveram um incremento (de janeiro a setembro – em 2013 e 2014) de 2,3% pelas razões supracitadas. Já a receita teve forte alta de 11,5%, uma vez que os preços foram responsáveis pelo aumento da rentabilidade do produtor leiteiro.

Gráfico 29 – Comparativo entre o custo de produção, receita e margens de lucro entre 2013 e 2014 (janeiro a setembro) no RS. (Em R$/litro)



Fonte: FARSUL/CEPEA

O aumento nos custos do período analisado ficou aquém do aumento dos preços ao produtor, assim sendo, a receita de 2013 e 2014 foi incrementada em razão dos preços favoráveis, a margem de lucro avançou 470% entre janeiro e setembro de 2014 contra o mesmo mês do ano anterior.

Os preços do leite em 2014 estão no suporte da situação favorável que o mercado interno reflete, principalmente, pela quebra de produção (devido aos eventos climáticos desfavoráveis), esta que provocou a retração da oferta e elevação dos custos de produção, que não serão sentidos até o final de 2014.

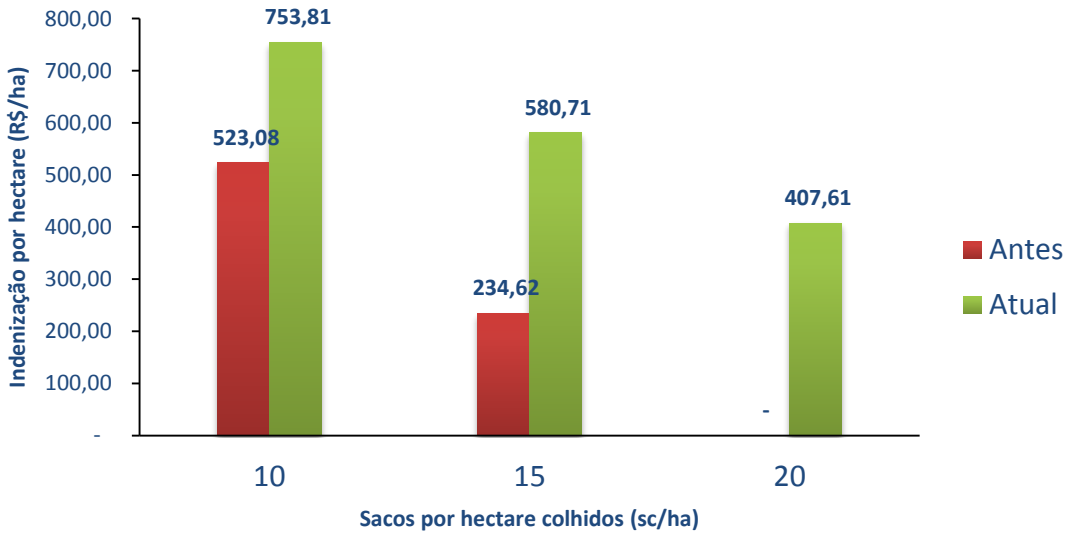
Entretanto, para 2015 a tendência de queda dos preços está se acentuando – estoques elevados, forte captação e demanda arrefecida), logo o pecuarista deverá atentar para a melhor tomada de decisão na hora da compra de insumos e contratação de serviços (principalmente mão de obra e suplementação mineral).

1.5.8 Seguro Rural: um grande avanço em 2014

Uma das negociações mais exitosas que tivemos em 2014 e que retornaram em relevante impacto econômico foi capitaneada pela Comissão de Crédito Rural da FARSUL. Essa negociação visava ampliar o valor de indenização em caso de sinistro nas lavouras de Soja, Milho e Trigo. A estratégia, para tanto, era aumentar o valor da produtividade esperada.

No gráfico a seguir tem-se exemplo do trigo, lavoura de inverno plantada já sob a nova metodologia e que, infelizmente, será acionado o seguro.

Gráfico 30 – Comparação entre a indenização devida, por sacos colhidos, entre o sistema antigo e o atual sistema de seguro.



Fonte: Comissão de Crédito Rural da FARSUL

No exemplo do Gráfico 30 tem-se a comparação de três lavouras de trigo, sendo que uma colheu por hectare 10 sacos, outra 15 e a última 20 sacos. Ao aumentar-se a produtividade esperada de 1.760 kg/ha para 2.933 kg/ha e levando-se em conta que a cobertura se dá sobre 65% desta produtividade, tem-se que para um orçamento de R$ 1.100,00 por hectare, por exemplo, um produtor que tenha colhido 10 sc/ha seria indenizado, na modalidade antiga, em R$ 523,08. Na modalidade atual essa indenização sobe 44%, ou seja, o produtor receberá R$ 753,81. No saco de uma colheita de 15 sc/ha, o produtor que receberia R$ 234,62 por hectare passa a receber R$ 580,71, ou ainda, o produtor receberá 148% a mais. O produtor que colhesse 20 sacos no sistema antigo não teria direito a indenização alguma, pois 20 sacos são maiores que os 65% da produtividade esperada. No caso atual o produtor que colher 20 sacos será indenizado em R$ 407,61 por hectare.

Ressalta-se que o custo para o produtor, ou seja, a parcela paga a título de prêmio não se altera entre os casos. Tanto na modalidade anterior como a atual o prêmio seria de R$ 196,35 sendo que o produtor pagaria após o desconto da subvenção R$ 58,91.

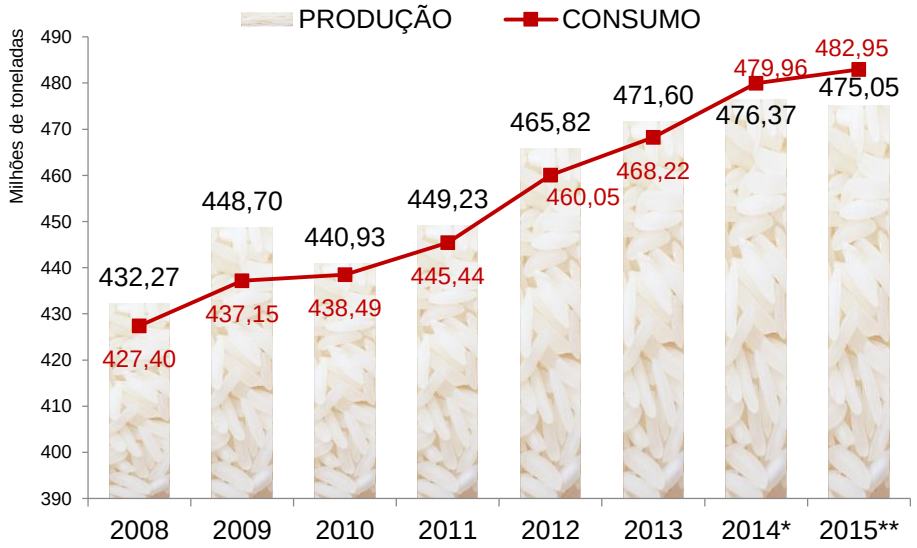
O caso do trigo foi apresentado com maior detalhamento devido ao fato de estarmos vivendo, no momento em que esse relatório é escrito, grandes perdas neste grão e teremos a possibilidade de vermos na prática a diferença. No entanto, os benefícios dessa mudança, fruto do empenho e do trabalho da Comissão de Crédito Rural junto à Presidência da FARSUL, abrangem os principais grãos de sequeiro de verão.

1.6 Análise e perspectivas de mercado para a safra 2015

1.6.1 Arroz

No ano de 2014 o consumo de arroz deverá apresentar aumento de 2,5% enquanto a produção irá crescer em taxa inferior, 1%, configurando um cenário onde o consumo mundial de arroz acaba superando a produção, conforme fica visível no Gráfico 31.

Gráfico 31 – Comparação entre produção e consumo mundial de arroz beneficiado, em milhões de toneladas.



Fonte: USDA - (*) Estimativa / (*) Projeção
Elaboração: Sistema FARSUL

Para o próximo ano esse desencaixe entre consumo e produção deverá se aprofundar, pois, de acordo com a projeção da USDA, o consumo deverá aumentar em 1% e a produção cair 0,3%, gerando ainda mais pressão na ponta da demanda.

A Ásia representa mais de 85% do consumo de arroz mundial e é ela a responsável pela expectativa de consumo superior em 2014, especialmente por China e Indonésia. Ambos deverão, de maneira simultânea, expandir o consumo e reduzir a produção. Ainda haverá influência de países importantes como a Índia, que aumentará sua produção em 1,2% e ainda deverá aumentar seu consumo em 5,5%, conforme pode ser observado nas tabelas a seguir.

Tabela 8 – Consumo mundial de arroz beneficiado, por países, em milhões de toneladas.

Região	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014*	2015**	Var. 14*/13	Part. 2014*	Var. 15**/14*	Part. 2015**
China	127,45	133,00	134,32	135,00	139,60	144,00	146,30	148,00	1,6%	30,5%	1,2%	30,7%
Índia	90,47	91,09	85,51	90,21	93,33	94,03	99,18	99,00	5,5%	20,7%	1,6%	20,3%
Indonésia	36,35	37,10	38,00	39,00	39,55	38,13	38,50	39,20	1,0%	8,0%	1,8%	8,1%
Bangladesh	30,75	31,20	31,60	32,40	34,30	34,50	34,90	35,20	1,2%	7,3%	0,9%	7,3%
Vietnã	19,40	19,00	19,15	19,40	19,65	21,90	22,00	21,90	0,5%	4,6%	0,0%	4,5%
Filipinas	13,50	4,22	13,13	12,90	12,86	12,85	12,85	13,20	0,0%	2,7%	2,7%	2,7%
Burma	10,25	10,80	10,89	10,10	10,20	10,40	10,50	11,00	1,0%	2,2%	4,8%	2,3%
Tailândia	9,60	9,50	10,20	10,30	10,40	10,60	10,88	10,90	2,6%	2,3%	0,2%	2,3%
Japão	8,16	97,10	8,20	8,20	8,05	8,25	8,25	8,20	0,0%	1,7%	-0,6%	1,7%
Brasil	8,35	8,40	8,48	8,20	7,93	7,85	7,90	7,90	0,6%	1,6%	0,0%	1,6%
Nigeria	3,91	13,10	4,35	4,80	5,60	5,30	6,00	6,10	13,2%	1,3%	1,7%	1,3%
Coreia do Sul	4,67	8,33	4,70	5,18	4,91	4,50	4,46	4,45	-0,9%	0,9%	-0,4%	1,0%
Estados Unidos	4,04	4,08	4,01	4,33	3,44	3,75	3,99	4,19	6,4%	0,8%	4,9%	0,9%
Egito	3,34	4,27	3,94	3,30	3,62	3,90	4,00	4,00	2,6%	0,8%	2,5%	0,9%
Cambodia	3,79	3,22	3,27	3,37	3,45	3,55	3,65	3,70	2,8%	0,8%	1,4%	0,8%
Irã	nd	nd	3,15	3,25	3,25	3,35	3,40	3,45	1,5%	0,7%	1,5%	0,7%
Outros	48,61	50,34	52,71	53,95	56,80	58,45	60,37	60,07	3,3%	12,6%	-0,4%	12,5%
TOTAL	**427,40**	**437,15**	**438,49**	**445,44**	**460,05**	**468,22**	**479,96**	**482,95**	**2,5%**	**100%**	**1,2%**	**100%**

Fonte: USDA - Elaboração: Sistema FARSUL/ Assessoria Econômica
(*) Projeção USDA - Nov/14
(**) Estimativa USDA - Nov/15
nd = Não Disponível

Ainda que a escassez de Arroz no mercado internacional em 2015 seja maior do que fora em 2014, isso se deve não pelo aumento ainda maior do consumo, mas pela queda da produção mundial puxada especialmente pela Índia, que reduzirá sua produção em 4,3%.

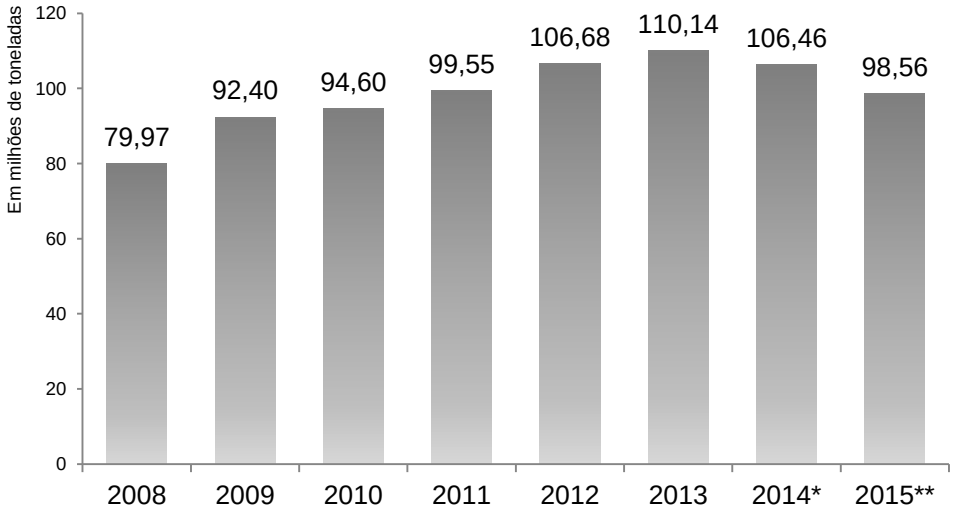
Tabela 9 – Produção mundial de arroz beneficiado, por país, em milhões de toneladas.

Região	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014*	2015**	Var. 14*/13	Part. 2014*	Var. 15**/14*	Part. 2015**
China	130,22	134,33	136,57	137,00	140,70	143,00	142,53	144,00	-0,3%	29,9%	1,0%	30,3%
Índia	96,69	99,18	89,09	95,98	105,31	105,24	106,54	102,00	1,2%	22,4%	-4,3%	21,5%
Indonésia	37,00	38,31	36,37	35,50	36,50	36,55	36,00	37,00	-1,5%	7,6%	2,8%	7,8%
Bangladesh	28,80	31,20	31,00	31,70	33,70	33,82	34,39	34,60	1,7%	7,2%	0,6%	7,3%
Vietnã	24,38	24,39	24,99	26,37	27,15	27,52	28,00	28,20	1,7%	5,9%	0,7%	5,9%
Tailândia	19,80	19,85	20,26	20,26	20,46	20,20	20,46	20,50	1,3%	4,3%	0,2%	4,3%
Filipinas	10,48	10,76	9,77	10,54	10,71	11,43	11,86	12,20	3,8%	2,5%	2,9%	2,6%
Burma	10,73	11,20	11,64	10,53	10,82	11,72	11,96	12,15	2,1%	2,5%	1,6%	2,6%
Brasil	8,20	8,57	7,93	9,30	7,88	7,99	8,30	8,35	3,9%	1,7%	0,6%	1,8%
Japão	7,93	8,03	7,71	7,72	7,65	7,76	7,83	7,70	1,0%	1,6%	-1,7%	1,6%
Estados Unidos	6,29	6,55	7,13	7,59	5,87	6,34	6,12	7,07	-3,5%	1,3%	15,6%	1,5%
Paquistão	5,70	6,90	6,80	5,00	6,20	5,80	6,70	6,50	15,5%	1,4%	-3,0%	1,4%
Cambodia	4,24	3,99	4,06	4,23	4,27	4,67	4,73	4,90	1,2%	1,0%	3,7%	1,0%
Egito	4,39	4,67	4,56	3,10	4,25	4,68	4,75	4,50	1,6%	1,0%	-5,3%	0,9%
Coreia do Sul	4,41	4,84	4,92	4,30	4,22	4,01	4,23	4,18	5,6%	0,9%	-1,2%	0,9%
Nepal	nd	nd	3,01	2,68	2,97	3,00	3,36	3,10	12,0%	0,7%	-7,8%	0,7%
Outros	30,82	35,93	35,47	37,62	36,99	37,89	38,67	38,10	2,1%	8,1%	-1,5%	8,0%
TOTAL	**432,27**	**448,70**	**440,93**	**449,23**	**465,82**	**471,60**	**476,37**	**475,05**	**1,0%**	**100%**	**-0,3%**	**100%**

Fonte: USDA - Elaboração: Sistema FARSUL/ Assessoria Econômica
(*) Projeção USDA - Nov/14
(**) Estimativa USDA - Nov/15
nd = Não Disponível

Em razão destes dois anos (2014 e 2015) com a expectativas de consumo superando a produção, já é esperada uma queda na quantidade de estoques finais do produto, a fim de atender tal demanda excedente. Quedas nos estoques mundiais de arroz invertem a tendência da história recente, sendo o ponto de inflexão em 2013, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 32 – Estoque final mundial de arroz, em milhões de toneladas.



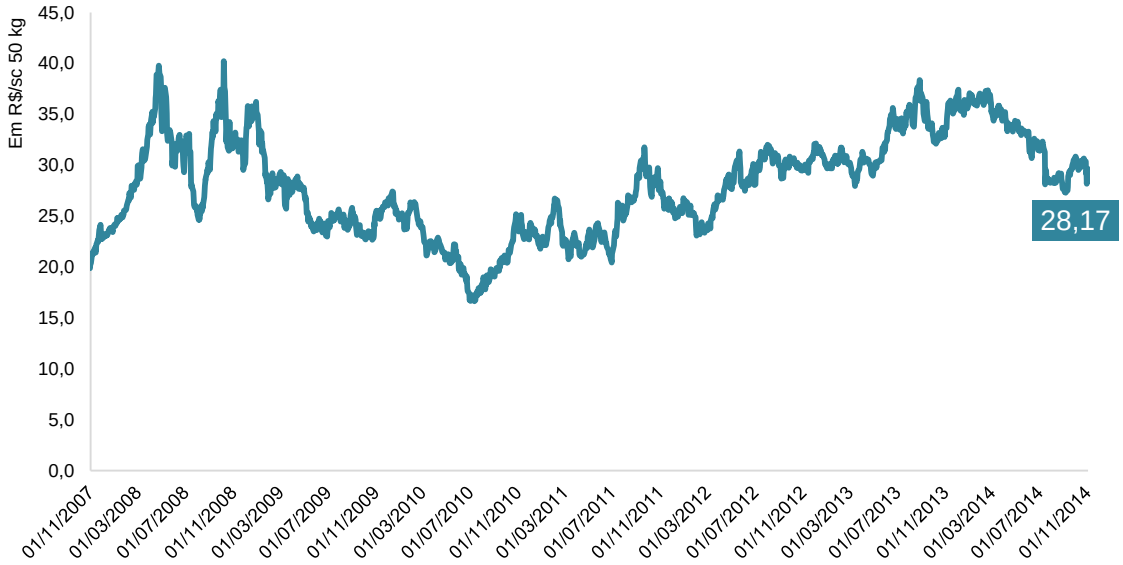
Fonte: USDA - (*) Estimativa / (*) Projeção
Elaboração: Sistema FARSUL

A queda dos estoques finais esperada para 2014 é de 3%, sendo principalmente puxado pela queda de 11% esperada para os estoques indianos de arroz, que, como já comentado, irá reduzir sua produção. Neste ano a relação estoque/demanda, que informa o percentual do estoque em relação à demanda, será de 20%, ou ainda, 1% inferior ao ano de 2013. Em 2015 a projeção é que os estoques caiam ainda mais, com queda estimada em 7%, onde evidentemente a Índia se destaca com queda de 25%. O percentual dos estoques em relação à demanda mundial se reduz para 19%.

A média de preços registrada na Bolsa de Chicago até outubro de 2014 foi R$ 32,37/ sc 50kg, se mantendo na mesma média de preços que foi registrado no mesmo período do ano antecedente. O Gráfico 33 permite observar que os preços do arroz no mercado internacional apresentam um movimento que prova que os valores estão andando de lado. Existe uma queda dos preços a partir do segundo semestre deste ano, entretanto, como a expectativa é de_estoques

ainda menores em 2015 o preço do arroz no mercado mundial tem espaço para uma valorização.

Gráfico 33 – Preço do arroz na Bolsa de Chicago, em R$/sc 50 kg.



Fonte: CBOT
Elaboração: Sistema FARSUL

No Brasil o ano de 2014 foi marcado por aumento de 28% dos estoques, estimulado por um crescimento da oferta total acima da demanda total, de 2,7% e 1,5% respectivamente. A oferta do país aumentou neste ano alavancada pelo aumento da produção de arroz em 3,9%. A demanda foi principalmente estimulada pelo incremento de 14% das exportações, diferente do que vinha sendo observado nos últimos dois anos, onde a queda das exportações estava pressionando a demanda total pelo arroz brasileiro para baixo. A tabela a seguir traz a evolução histórica dos fundamentos brasileiros do mercado de arroz.

Tabela 10 – Fundamentos do mercado brasileiro de arroz em casca, em milhões de toneladas.

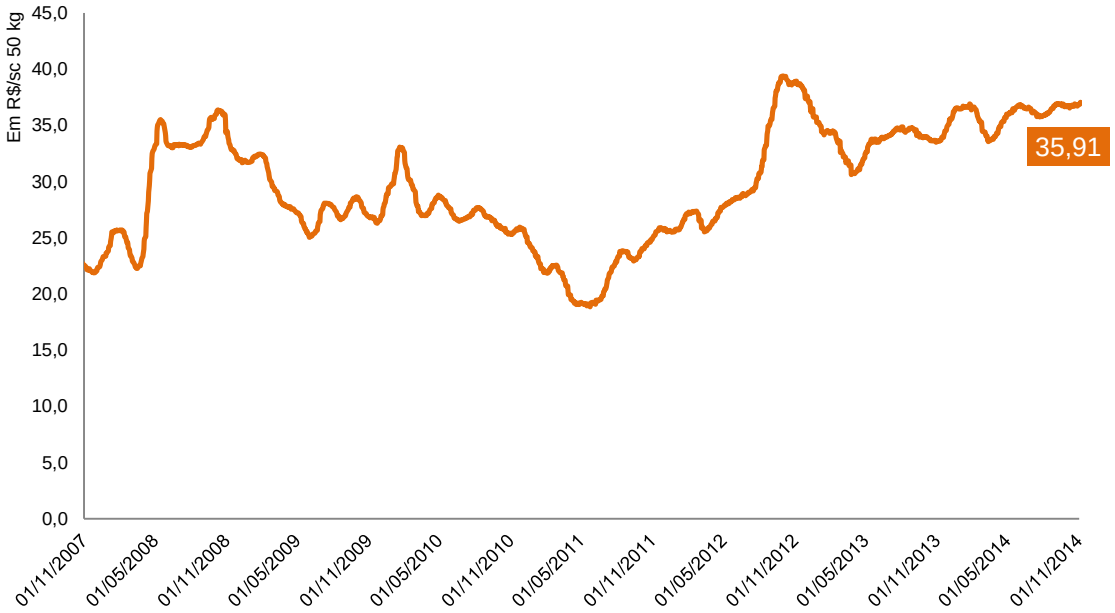
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014*	2015**	Var. (14*/13)	Var. (15**/14*)
ESTOQUE INICIAL	0,92	0,64	0,91	0,55	0,80	0,54	0,53	0,68	-2,22%	28,41%
PRODUÇÃO	8,20	8,57	7,93	9,30	7,88	7,99	8,30	8,35	3,88%	0,60%
IMPORTAÇÃO	0,58	0,61	0,58	0,71	0,68	0,75	0,70	0,78	-6,17%	10,71%
OFERTA TOTAL	**9,69**	**9,82**	**9,42**	**10,56**	**9,36**	**9,28**	**9,53**	**9,80**	**2,72%**	**2,89%**
CONSUMO INTERNO	8,35	8,40	8,48	8,20	7,93	7,85	7,90	7,90	0,64%	0,00%
EXPORTAÇÕES	0,41	0,59	0,47	0,73	0,61	0,53	0,60	0,60	14,07%	0,00%
DEMANDA TOTAL	**8,76**	**8,99**	**8,95**	**8,93**	**8,54**	**8,38**	**8,50**	**8,50**	**1,48%**	**0,00%**
ESTOQUE FINAL	0,64	0,91	0,55	0,80	0,54	0,53	0,68	0,98	28,41%	44,25%
ESTOQUE/DEMANDA	0,07	0,10	0,06	0,09	0,06	0,06	0,08	0,12	26,54%	44,25%

Fonte: USDA - Elaboração: Sistema FARSUL/ Assessoria Econômica
(*) Projeção USDA - Nov/14
(**) Estimativa USDA - Nov/15
nd = Não Disponível

O estoque final de 2014 permitirá uma oferta 2,9% superior em 2015, mesmo que a expansão esperada para a produção da *commodity* no país seja de apenas 50 mil toneladas. Do lado da demanda projeta-se estabilidade tanto do consumo interno quanto das exportações, o que irá gerar um estoque final de arroz superior em 44,3% visto que a demanda ficará estável e a produção irá aumentar.

Há, portanto, uma diferença importante entre o cenário brasileiro e internacional. Este último apresenta fundamentos melhores e para que possamos manter a influência positiva do mercado internacional no Brasil é importante exportarmos mais, seja em forma de arroz beneficiado ou em grão, já que os níveis estocados representam uma ameaça importante para o preço caos mude a expectativa dos fundamentos internacionais.

Gráfico 34 – Comparação dos estoques e preços brasileiros de arroz, em milhões de toneladas e R$/sc 50kg.



Fonte: CEPEA
Elaboração: Sistema FARSUL

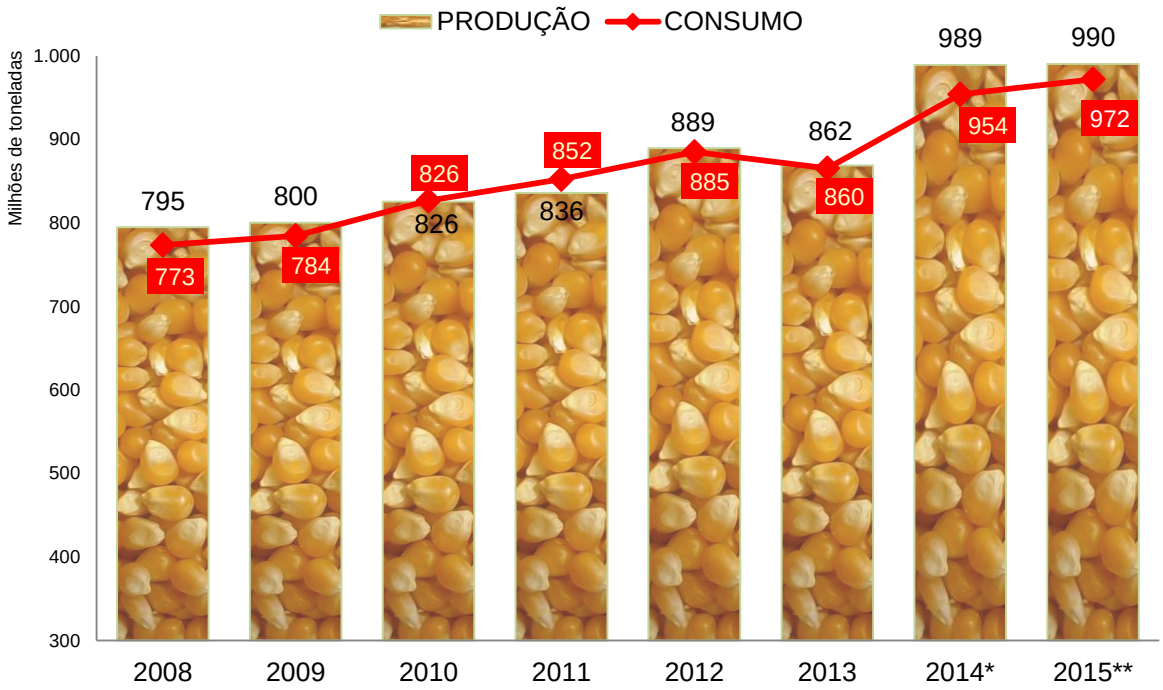
1.6.2 Milho

No ano de 2013 a produção e o consumo mundial de milho foram semelhantes, com a produção excedendo o consumo em apenas 2 milhões de toneladas. Já 2014 a produção apresenta incremento de 14% enquanto o

consumo deve aumentar 10%, abrindo uma diferença maior entre produção e consumo, o que irá refletir em estoques mundiais maiores.

Para 2015 o USDA projeta um aumento de 2% do consumo mundial de milho enquanto a produção permanecerá praticamente inalterada. A produção mundial irá seguir excedendo o consumo, mas em dimensão menor do que 2014. A evolução da produção e do consumo mundial de milho pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 35 – Comparação entre produção e consumo mundial de milho, em milhões de toneladas.



Fonte: USDA - (*) Estimativa / (*) Projeção
Elaboração: Sistema FARSUL

O aumento de 14% registrado na produção mundial em 2014 foi principalmente estimulado pela produção dos Estados Unidos, que é o principal produtor mundial da *commodity* e apresentou um acréscimo de 29% neste ano. Outro país que teve destaque foi a Ucrânia, que avançou 48% na produção, estimulado por um incremento de 10% da sua área plantada.

Conforme pode ser observado na Tabela 11, diferentemente do ano de 2014, quando a produção mundial teve expansão expressiva em relação a sua média de crescimento anual (1,8% a.a. de 2008 a 2013), para o ano de 2015 não

se esperam muitas mudanças em relação à quantidade produzida. A variação esperada é de aumento de 0,1%, com a continua expansão dos Estados Unidos e marcado por um aumento expressivo de 14% da União Europeia. Estes aumentos serão neutralizados pelas quedas esperadas principalmente na China, Brasil - terceiro maior produtor -, na Ucrânia e na Argentina.

Tabela 11 – Produção mundial de milho, por pais, em milhões de toneladas.

Região	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014*	2015**	Var. 14*/13	Part. 2014*	Var. 15**/14	Part. 2015**
Estados Unidos	331,18	307,14	332,55	316,17	313,95	273,83	353,72	365,97	29,2%	35,8%	3,5%	37,0%
China	152,30	165,91	163,97	177,25	192,78	205,61	218,49	214,00	6,3%	22,1%	-2,1%	21,6%
Brasil	58,60	51,00	56,10	57,40	73,00	81,50	79,30	75,00	-2,7%	8,0%	-5,4%	7,6%
UE-27	47,56	64,82	59,15	58,27	68,12	58,86	64,19	73,05	9,1%	6,5%	13,8%	7,4%
Ucrânia	7,42	11,45	10,49	11,92	22,84	20,92	30,90	27,00	47,7%	3,1%	-12,6%	2,7%
Argentina	22,02	15,50	25,00	25,20	21,00	27,00	25,00	23,00	-7,4%	2,5%	-8,0%	2,3%
México	23,60	24,23	20,37	21,06	18,73	21,59	22,96	23,00	6,3%	2,3%	0,2%	2,3%
Índia	18,96	19,73	16,72	21,73	21,76	22,26	24,19	21,00	8,7%	2,4%	-13,2%	2,1%
África do Sul	13,16	12,57	13,42	10,92	12,76	12,37	14,75	13,50	19,3%	1,5%	-8,5%	1,4%
Rússia	3,80	6,68	3,96	3,08	6,96	8,21	11,64	12,00	41,7%	1,2%	3,1%	1,2%
Canadá	11,65	10,64	9,80	12,04	11,36	13,06	14,20	11,50	8,7%	1,4%	-19,0%	1,2%
Indonésia	8,50	8,70	6,90	6,80	8,85	8,50	9,10	9,20	7,1%	0,9%	1,1%	0,9%
Filipinas	7,28	6,85	6,23	7,27	7,13	7,26	7,53	7,90	3,7%	0,8%	4,9%	0,8%
Nigéria	6,50	7,97	8,95	8,80	9,25	7,63	7,70	7,50	0,9%	0,8%	-2,6%	0,8%
Sérvia	nd	6,13	6,40	6,80	6,40	3,75	6,40	6,85	70,7%	0,6%	7,0%	0,7%
Etiópia	nd	nd	3,90	4,90	6,07	6,16	6,67	6,50	8,4%	0,7%	-2,6%	0,7%
Outros	71,95	74,29	81,71	86,36	88,38	90,27	92,45	93,35	2,4%	9,3%	1,0%	9,4%
TOTAL	**794,70**	**800,26**	**825,62**	**835,95**	**889,33**	**868,80**	**989,19**	**990,32**	**13,9%**	**100%**	**0,1%**	**100%**

Fonte: USDA - Elaboração: Sistema FARSUL/ Assessoria Econômica
(*) Projeção USDA - Nov/14
(**) Estimativa USDA - Nov/15
nd = Não Disponível

Em relação ao consumo, a Tabela 12 a seguir permite observar o aumento de 10% da projeção da quantidade consumida de milho no mundo para 2014. Este aumento estará sendo estimulado pelos países que mais consomem o produto, visto que todos estes apresentam expansão de suas respectivas demandas neste intervalo de tempo. Para o ano de 2015 é esperado um aumento de 2% do consumo mundial, sendo alavancado pela expansão da demanda dos Estados Unidos, China e Brasil.

Tabela 12 – Consumo mundial de milho, por país, em milhões de toneladas.

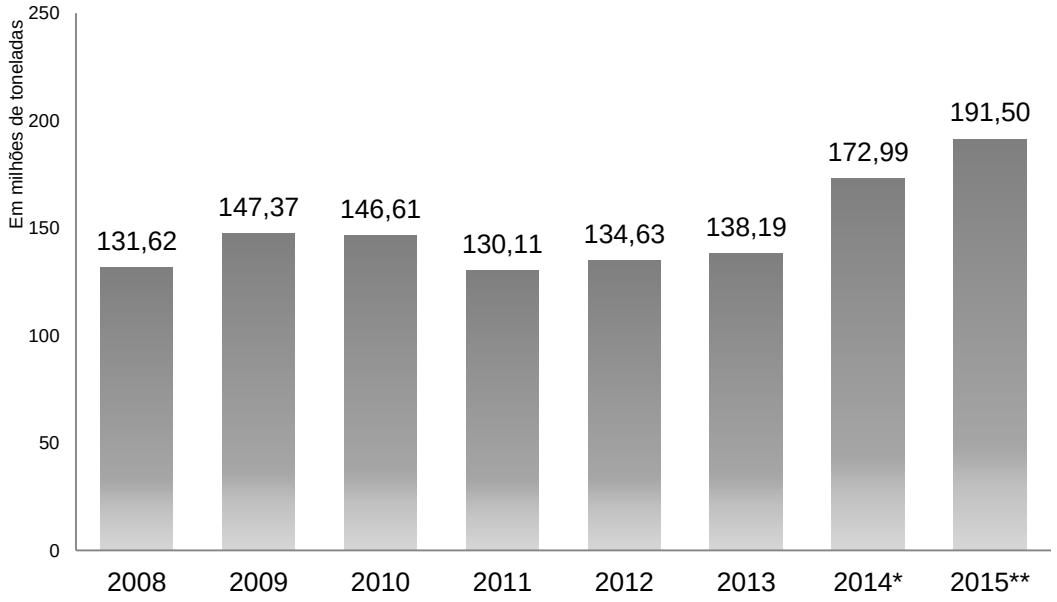
Região	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014*	2015**	Var. 14*/13	Part. 2014*	Var. 15**/14	Part. 2015**
Estados Unidos	261,63	259,27	281,62	285,12	279,04	263,64	295,39	302,53	12,0%	31,0%	2,4%	31,1%
China	150,00	153,00	165,00	180,00	188,00	200,00	212,00	216,00	6,0%	22,2%	1,9%	22,2%
UE-27	64,00	63,60	61,30	64,90	69,50	69,60	76,00	76,50	9,2%	8,0%	0,7%	7,9%
Brasil	42,50	45,50	47,00	49,50	50,50	52,50	55,00	56,50	4,8%	5,8%	2,7%	5,8%
México	32,00	32,40	30,20	29,50	29,00	27,00	31,70	33,25	17,4%	3,3%	4,9%	3,4%
India	14,20	17,00	15,10	18,10	17,20	17,50	19,50	19,50	11,4%	2,0%	0,0%	2,0%
Japão	16,60	16,70	16,30	15,70	14,90	14,50	15,10	15,40	4,1%	1,6%	2,0%	1,6%
Egito	10,40	11,10	12,00	12,50	11,70	11,70	13,20	13,80	12,8%	1,4%	4,5%	1,4%
Canadá	13,77	11,74	11,87	11,76	11,64	11,61	12,81	12,00	10,4%	1,3%	-6,3%	1,2%
Indonésia	8,50	8,90	8,80	9,80	10,50	10,90	11,90	12,00	9,2%	1,2%	0,8%	1,2%
África do Sul	9,60	9,90	10,30	10,65	10,70	11,00	11,50	11,80	4,5%	1,2%	2,6%	1,2%
Ucrânia	5,75	5,85	5,70	6,50	7,80	8,10	9,90	10,40	22,2%	1,0%	5,1%	1,1%
Coreia do Sul	8,64	7,89	8,38	8,21	7,82	8,48	9,90	10,10	16,7%	1,0%	2,0%	1,0%
Argentina	6,80	6,40	6,90	7,30	7,00	7,90	8,70	9,20	10,1%	0,9%	5,7%	0,9%
Rússia	nd	nd	3,70	3,20	4,70	6,40	7,50	9,00	17,2%	0,8%	20,0%	0,9%
Filipinas	nd	nd	6,50	7,20	7,40	7,40	8,00	8,40	8,1%	0,8%	5,0%	0,9%
Outros	114,82	120,23	128,78	133,55	140,35	141,26	148,14	152,63	4,9%	15,5%	3,0%	15,7%
TOTAL	**773,29**	**784,48**	**826,47**	**852,45**	**884,82**	**865,24**	**953,98**	**971,81**	**10,3%**	**100%**	**1,9%**	**100%**

Fonte: USDA - Elaboração: Sistema FARSUL/ Assessoria Econômica
(*) Projeção USDA - Nov/14
(**) Estimativa USDA - Nov/15
nd = Não Disponível

O aumento de 25% dos estoques mundiais em 2014 foi causado pelo aumento da produção mundial acima do consumo, como já foi ressaltado anteriormente. Todos os principais estocadores de milho do mundo apresentaram acréscimo de seus estoques no exercício de 2014. Destaque para os China, Estados Unidos e Brasil, que concentram mais de 70% dos estoques mundiais de milho e apresentaram acréscimo de 14%, 50% e 25%, respectivamente.

Em 2015, a expectativa é de outro aumento dos estoques mundiais da *commodity* mas em amplitude menor que 2014, de 10,7%. A razão deste aumento dos estoques, mesmo que o consumo apresente crescimento superior à produção, é que a produção mundial de milho continuará sendo de forma absoluta maior do que o consumo, o que eleva a posição dos estoques, ainda que essa elevação seja menor do que em 2014. O Gráfico 36 a seguir permite observar a variação dos estoques mundiais ao longo dos últimos anos.

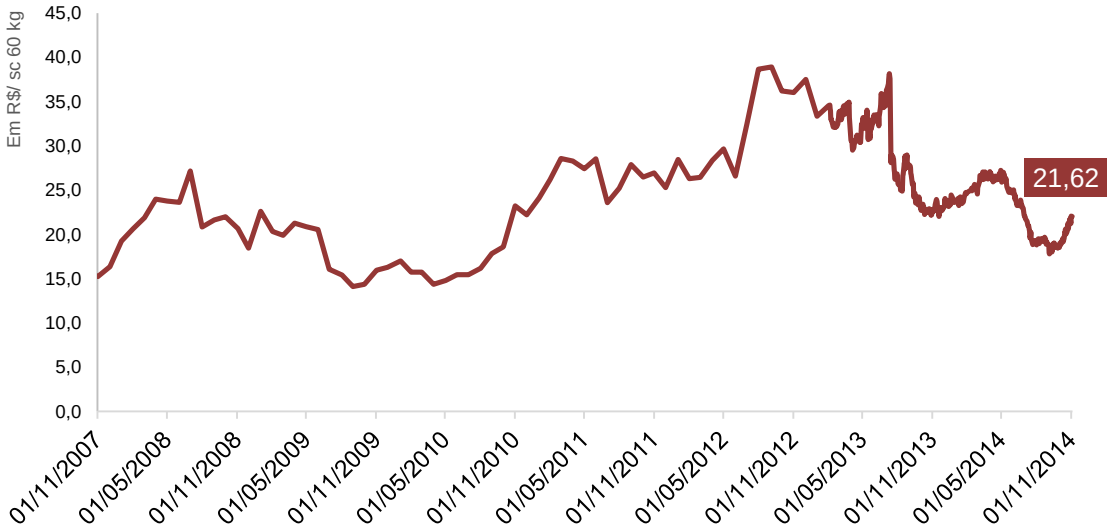
Gráfico 36 – Estoque final mundial de milho, em milhões de toneladas.



Fonte: USDA - (*) Estimativa / (*) Projeção
Elaboração: Sistema FARSUL

Os preços mundiais de milho ficaram em patamares inferiores neste ano de 2014 quando comparados aos de 2013. A média de preços até o mês de outubro de 2014 foi de R$ 29,89/sc 60 kg, cerca de 23% inferior à média de preços registrada no mesmo período de 2013. Esta queda de preços pode ser explicada pela expectativa de estoques ainda maiores de milho no próximo ano. O Gráfico 37 demonstra o histórico do preço do saco de milho na Bolsa de Chicago.

Gráfico 37 – Preço do milho na Bolsa de Chicago, em R$/SC 60kg.



Fonte: Thomson Reuters
Elaboração: Sistema FARSUL

No Brasil os estoques cerca de 54% superiores ao acumulado em 2013 possibilitaram uma oferta de milho superior em 2014. Já a demanda brasileira irá apresentar contração neste ano, estimulada pela queda de 15,4% das exportações, o que configura uma mudança no que vinha sendo observado, visto que desde 2005 a demanda por milho brasileiro apresentava sucessivas expansões, o resultado disso é um aumento de 25% dos estoques finais.

A queda de 5,4% esperada tanto para a produção brasileira quanto para as importações irão colaborar para uma oferta de milho inferior em 2015. Ao passo que aumentos no consumo interno e na exportação irão alavancar a demanda 1,9%. O resultado será estoque final inferior ao estimado para o ano de 2014. A Tabela 13 permite analisar os fundamentos brasileiros do milho desde 2008.

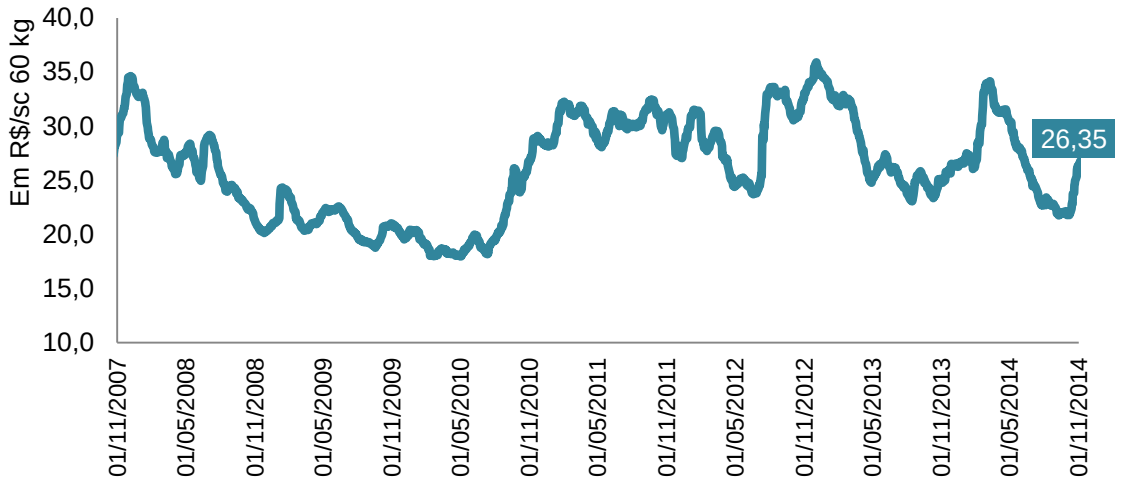
Tabela 13 – Fundamentos do mercado brasileiro de milho, em milhões de toneladas.

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014*	2015**	Var. (14*/13)	Var. (15**/14*)
ESTOQUE INICIAL	3,59	12,58	12,08	9,99	10,28	9,21	14,15	17,75	53,64%	25,44%
PRODUÇÃO	58,60	51,00	56,10	57,40	73,00	81,50	79,30	75,00	-2,70%	-5,42%
IMPORTAÇÃO	0,96	1,09	0,70	0,29	0,94	0,87	0,85	0,80	-2,87%	-5,44%
OFERTA TOTAL	**63,15**	**64,67**	**68,88**	**67,68**	**84,21**	**91,58**	**94,30**	**93,55**	**2,96%**	**-0,79%**
CONSUMO INTERNO	42,50	45,50	47,00	49,50	50,50	52,50	55,00	56,50	4,76%	2,73%
- Animal	36,00	38,50	40,00	42,50	43,00	44,50	46,00	47,50	3,37%	3,26%
- Outros Usos	6,50	7,00	7,00	7,00	7,50	8,00	9,00	9,00	12,50%	0,00%
EXPORTAÇÕES	7,88	7,18	8,62	11,58	12,67	26,04	22,04	22,00	-15,37%	-0,19%
DEMANDA TOTAL	**50,38**	**52,68**	**55,62**	**61,08**	**63,17**	**78,54**	**77,04**	**78,50**	**-1,91%**	**1,89%**
ESTOQUE FINAL	12,58	12,08	9,99	10,28	9,21	14,15	17,75	17,55	25,44%	-1,13%
ESTOQUE/DEMANDA	0,25	0,23	0,18	0,17	0,15	0,18	0,23	0,22	27,89%	-2,96%

Fonte: USDA - (*) Estimativa / (*) Projeção
Elaboração: Sistema FARSUL

A média dos preços de milho registrados no Brasil de janeiro a outubro de 2014 foram R$ 26,70 / sc 60 kg. Esta média é bastante semelhante ao preço que foi observado no mesmo período do ano anterior, apenas com uma queda de 2% em relação a este. A estimativa de estoques em alta nos anos de 2014 e 2015, ficando em torno dos 17,6 milhões de toneladas, podem estar causando uma pressão para baixo nos preços da *commodity*. O histórico dos preços no Brasil pode ser visualizado no Gráfico 38, a seguir.

Gráfico 38 – Indicador do milho no Brasil, em R$/sc 60 kg.

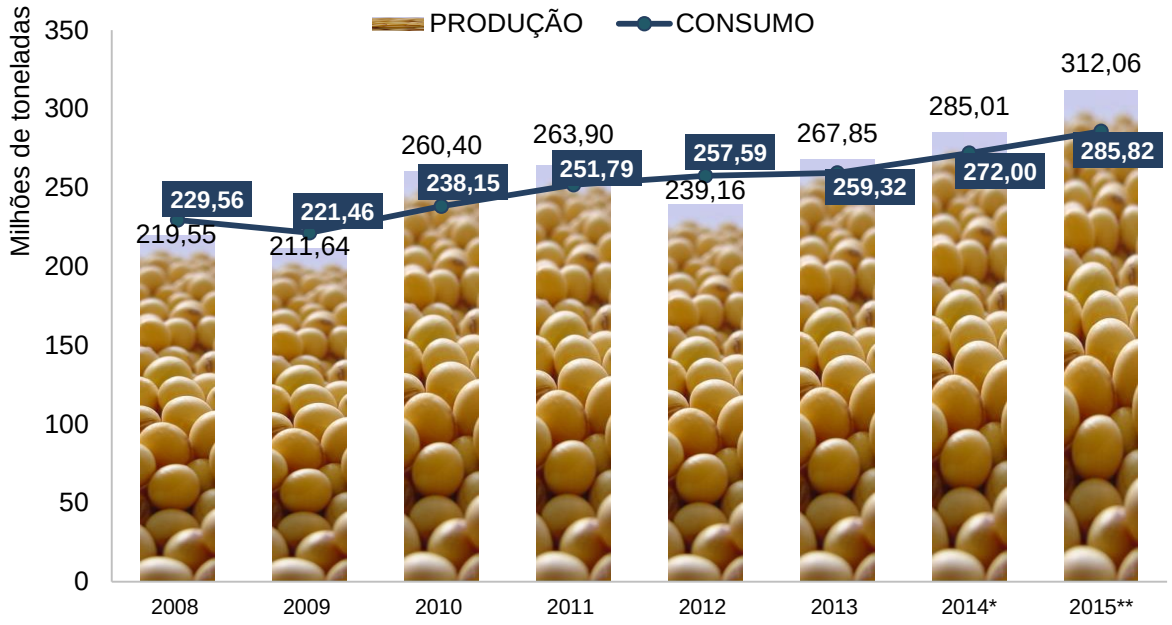


Fonte: CEPEA
Elaboração: Sistema FARSUL

1.6.3 Soja

O consumo mundial de soja apresenta variação anual média de 2% (de 2008 a 2013) enquanto a produção tem variação de 2,7% a.a. no mesmo período. No ano de 2014 a produção apresentou-se 6,4% superior em relação a 2013, estimulado por melhores preços. O consumo, por sua vez, deverá ser 4,9% maior. O Gráfico 39 mostra o desencaixe.

Gráfico 39 – Comparação entre produção e consumo de soja no mundo, em milhões de toneladas.



Fonte: USDA - (*) Estimativa / (*) Projeção
Elaboração: Sistema FARSUL

Em relação a 2015, conforme mostra o anterior, o excedente de produção em relação ao consumo se torna ainda maior em razão do aumento esperado de 9,5% para a produção, enquanto que o consumo segue crescendo a taxas ao redor de 4,7%.

O aumento da quantidade produzida em 2014 e o aumento esperado para 2015 têm como principais influencias a expansão dos três maiores produtores de soja do mundo: Estados Unidos, Brasil e Argentina, com destaque especial para os EUA que apresentaram aumentos significativos nos dois últimos anos. Somente estes três países representam mais de 80% da produção de soja mundial. A tabela a seguir permite visualizar o histórico da produção de soja dos principais produtores.

Tabela 14 – Produção mundial de soja, por país, em milhões de toneladas.

Região	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014*	2015**	Var. 14*/13	Part. 2014*	Var. 15**/14	Part. 2015**
Estados Unidos	72,86	80,75	91,42	90,61	84,19	82,56	91,39	107,73	10,7%	32,1%	17,9%	34,5%
Brasil	61,00	57,80	69,00	75,30	66,50	82,00	86,70	94,00	5,7%	30,4%	8,4%	30,1%
Argentina	46,20	32,00	54,50	49,00	40,10	49,30	54,00	55,00	9,5%	18,9%	1,9%	17,6%
China	13,40	15,54	14,98	15,08	14,49	13,05	12,20	11,80	-6,5%	4,3%	-3,3%	3,8%
Índia	9,47	9,10	9,70	9,80	11,00	11,50	11,00	11,00	-4,3%	3,9%	0,0%	3,5%
Paraguai	5,97	3,65	6,46	7,13	4,04	8,30	8,10	8,20	-2,4%	2,8%	1,2%	2,6%
Canadá	2,70	3,34	3,58	4,45	4,30	5,09	5,20	5,90	2,2%	1,8%	13,5%	1,9%
Outros	7,96	9,46	10,76	12,55	14,54	16,06	16,43	18,43	2,3%	5,8%	12,2%	5,9%
TOTAL	**219,55**	**211,64**	**260,40**	**263,90**	**239,16**	**267,85**	**285,01**	**312,06**	**6,4%**	**100%**	**9,5%**	**100%**

Fonte: USDA - Elaboração: Sistema FARSUL/ Assessoria Econômica
(*) Projeção USDA - Nov/14
(**) Estimativa USDA - Nov/15
nd = Não Disponível

O aumento do consumo mundial em 2014 e a expectativa de continuidade da expansão também em 2015 são marcados pelo crescimento da demanda por soja entre os consumidores que representam 75% do mercado, quais sejam: China, Estados Unidos, Argentina e Brasil. Destaque especial para a China, que é o principal consumidor de soja do mundo e irá ampliar em 5,4% seu consumo em 2014 e projeta-se outra expansão de 7% em 2015. A Tabela 15, a seguir, traz a evolução do consumo de soja por país.

Tabela 15 – Consumo mundial de milho, por país, em milhões de toneladas.

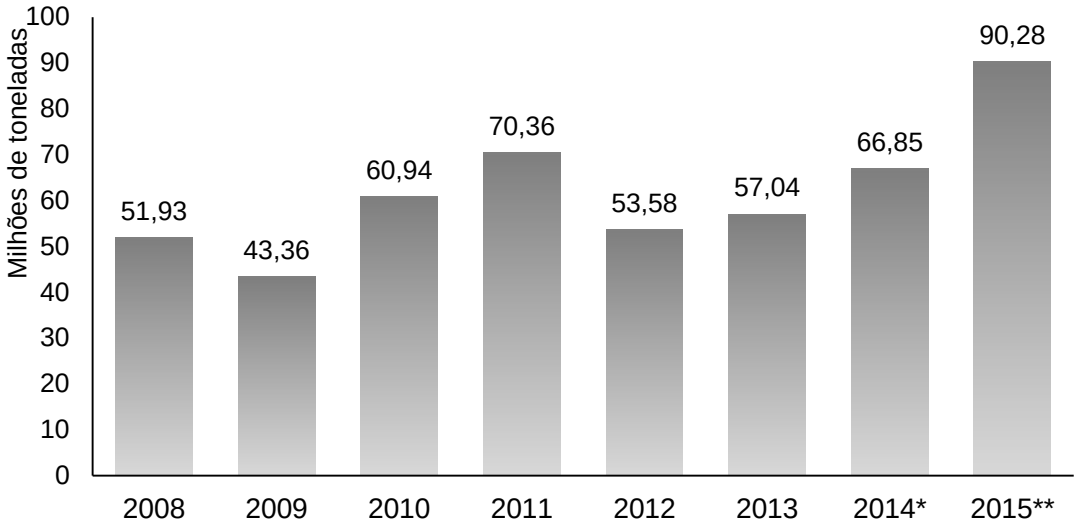
Região	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014*	2015**	Var. 14*/13	Part. 2014*	Var. 15**/14	Part. 2015**
China	49,42	51,26	59,38	65,90	72,07	76,18	80,30	85,90	5,4%	29,52%	7,0%	30,16%
Estados Unidos	51,63	48,11	50,67	48,30	48,72	48,42	49,85	51,57	3,0%	18,33%	3,5%	18,11%
Argentina	36,27	32,96	36,01	39,44	37,75	35,55	38,97	41,15	9,6%	14,33%	5,6%	14,45%
Brasil	34,92	34,67	36,55	39,23	41,03	38,19	39,00	40,75	2,1%	14,34%	4,5%	14,31%
UE-27	16,21	14,18	13,49	13,58	13,23	13,65	13,73	13,83	0,6%	5,05%	0,7%	4,86%
Índia	9,53	8,53	8,77	10,85	11,15	11,20	10,46	10,90	-6,7%	3,84%	4,3%	3,83%
México	3,74	3,64	3,64	3,66	3,71	3,69	3,94	4,24	6,8%	1,45%	7,7%	1,49%
Paraguai	1,54	1,54	1,73	1,80	1,08	3,08	3,64	3,74	18,0%	1,34%	2,8%	1,31%
Outros	32,03	32,68	34,79	38,74	28,85	29,37	32,12	32,74	9,4%	11,81%	1,9%	11,49%
TOTAL	**229,56**	**221,46**	**238,15**	**251,79**	**257,59**	**259,32**	**272,00**	**284,82**	**4,9%**	**100%**	**4,7%**	**100%**

Fonte: USDA - Elaboração: Sistema FARSUL/ Assessoria Econômica
(*) Projeção USDA - Nov/14
(**) Estimativa USDA - Nov/15
nd = Não Disponível

Com a produção apresentando taxas de crescimento cada vez maiores que as taxas do consumo, os estoques finais de soja também apresentam níveis cada vez maiores. Em 2014 os estoques finais mundiais foram 17% superiores, isso porque a oferta foi 3,5% maior, estimulada pelo aumento de 12% da produção, enquanto a demanda teve aumento em percentual um pouco inferior, 3%, sendo estimulada pelo aumento de 9% das exportações mundiais. Os três principais estocadores de soja do mundo contribuíram para este aumento de 17,2% em 2014, são eles: Argentina, Brasil e China. Destaque para a Argentina que aumentou seus estoques de soja cerca de 30%.

Em 2015 estima-se um incremento significante de 35% dos estoques mundiais, sendo que a média da variação dos estoques finais nos últimos anos foi de 4% a.a. Os países que irão contribuir de forma significativa para este cenário serão a Argentina e o Brasil, que aumentarão seus estoques em 38,6% e 26,4%, respectivamente enquanto a China terá redução de estoques de soja, o que não era verificado desde 2012. A palavra chave que norteia o aumento de estoques argentino e brasileiro é liquidez. Enquanto os argentinos enfrentam barreiras às exportações, deixando de aproveitar o ciclo de crescimento da demanda por soja, no Brasil a dificuldade é escoar a produção com o inadequado sistema logístico brasileiro. O Gráfico 40 permite observar a evolução dos estoques finais de soja nos últimos anos.

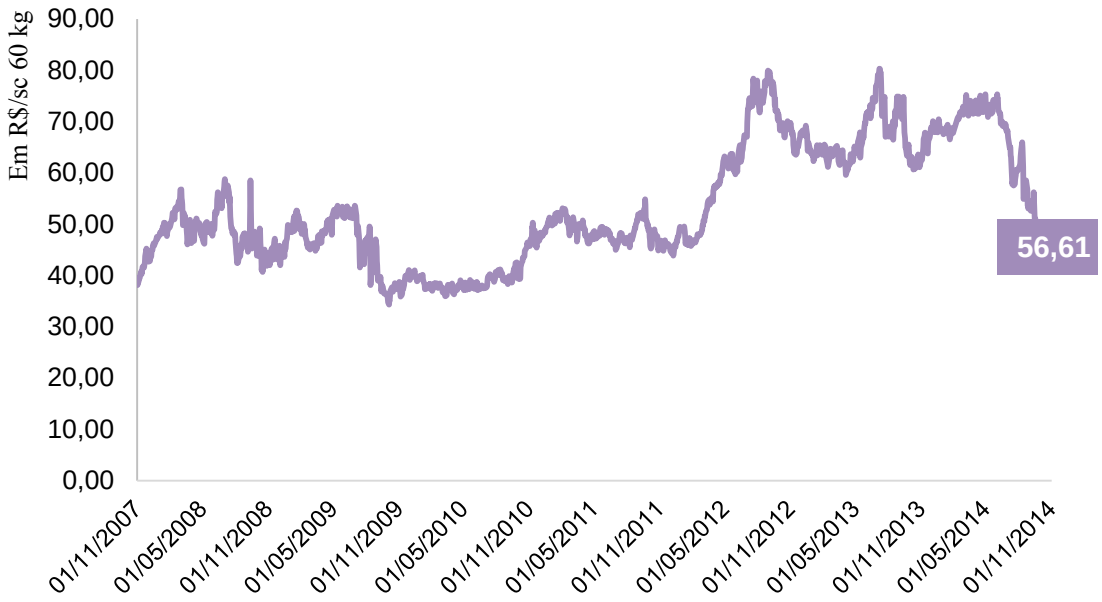
Gráfico 40 – Estoque final mundial de soja, em milhões de toneladas.



Fonte: USDA - (*) Estimativa / (*) Projeção
Elaboração: Sistema FARSUL

O aumento dos estoques mundiais de soja em 2014 devem ter contribuído para os patamares de preços menores registrados neste ano em relação ao ano anterior. A média dos preços registrados de janeiro a outubro de 2014 é cerca de 3% inferior que o verificado em 2013. A expectativa para o próximo ano, no mercado mundial de soja, é que os estoques aumentem mais ainda, enquanto que a demanda também aumente, ainda que não o suficiente para absorver todo este excedente que se projeta para 2015. Este excedente tem pressionado os preços da soja, entretanto, ele precisa ser confirmado ao longo do próximo ano. Do contrário, há espaços para reajustes, já que o mercado precificou o pior cenário possível.

Gráfico 41 – Preço da soja na Bolsa de Chicago, em R$/60 kg.



Fonte: CBOT
Elaboração: Sistema FARSUL

No Brasil o ano de 2014 foi marcado por uma expansão da oferta em quase 8%, sendo estimulada pelo aumento da produção, enquanto o aumento de 7,2% da demanda foi alavancado pelas exportações 12% superiores. Logo, devido a um aumento percentual da oferta superior à demanda, estoques finais serão 2% maiores do que o verificado em 2013, conforme tabela a seguir.

Em 2015 a oferta irá seguir se expandindo em altas taxas registrando aumento de 8,5%, onde continua tendo forte contribuição do aumento da produção brasileira de soja. A demanda de 2015 continua crescendo, mas num percentual menor que o ano anterior. O aumento de 4,5% do consumo interno brasileiro é o que irá propiciar o aumento de 2% da demanda brasileira, a estabilização das exportações em um patamar praticamente igual a 2014 é o que irá trazer um aumento percentual menor da demanda por soja brasileira e gerar estoques finais 42,6% maiores.

Tabela 16 – Fundamentos do mercado brasileiro de soja, em milhões de toneladas.

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014*	2015**	Var. (14*/13)	Var. (15**/14*)
ESTOQUE INICIAL	18,19	18,90	12,64	17,48	23,64	12,92	15,33	16,80	18,7%	9,6%
PRODUÇÃO	61,00	57,80	69,00	75,30	66,50	82,00	86,70	94,00	5,7%	8,4%
IMPORTAÇÃO	0,15	0,04	0,17	0,04	0,13	0,40	0,60	0,60	51,9%	0,0%
OFERTA TOTAL	**79,34**	**76,74**	**81,81**	**92,82**	**90,26**	**95,31**	**102,63**	**111,40**	**7,7%**	**8,5%**
CONSUMO INTERNO	34,92	34,67	36,55	39,23	41,03	38,19	39,00	40,75	2,1%	4,5%
- Processamentos	32,12	31,87	33,70	36,33	38,08	35,24	36,00	37,60	2,2%	4,4%
- Outros Usos	2,80	2,80	2,85	2,90	2,95	2,95	3,00	3,15	1,7%	5,0%
EXPORTAÇÕES	31,54	34,82	40,80	29,95	36,32	41,90	46,83	46,70	11,8%	-0,3%
DEMANDA TOTAL	**66,46**	**69,49**	**77,35**	**69,18**	**77,35**	**80,09**	**85,83**	**87,45**	**7,2%**	**1,9%**
ESTOQUE FINAL	18,90	12,64	17,48	23,64	12,92	15,33	16,80	23,95	9,6%	42,6%
ESTOQUE/DEMANDA	0,28	0,18	0,23	0,34	0,17	0,19	0,20	0,27	2,3%	39,9%

Fonte: USDA - Elaboração: Sistema FARSUL/ Assessoria Econômica
(*) Projeção USDA - Nov/14
(**) Estimativa USDA - Nov/15
nd = Não Disponível

Os preços da soja no Rio Grande do Sul, considerando o indicador de Passo Fundo, registrou em 2014 uma média quase 5% inferior ao verificado em 2013, quando considerado a média de janeiro a outubro. A queda dos preços se deve estar refletindo os aumentos esperados para os estoques finais de soja no mercado interno.

Gráfico 42 – Indicador de preço da soja no RS, em R$/ sc 60 kg.

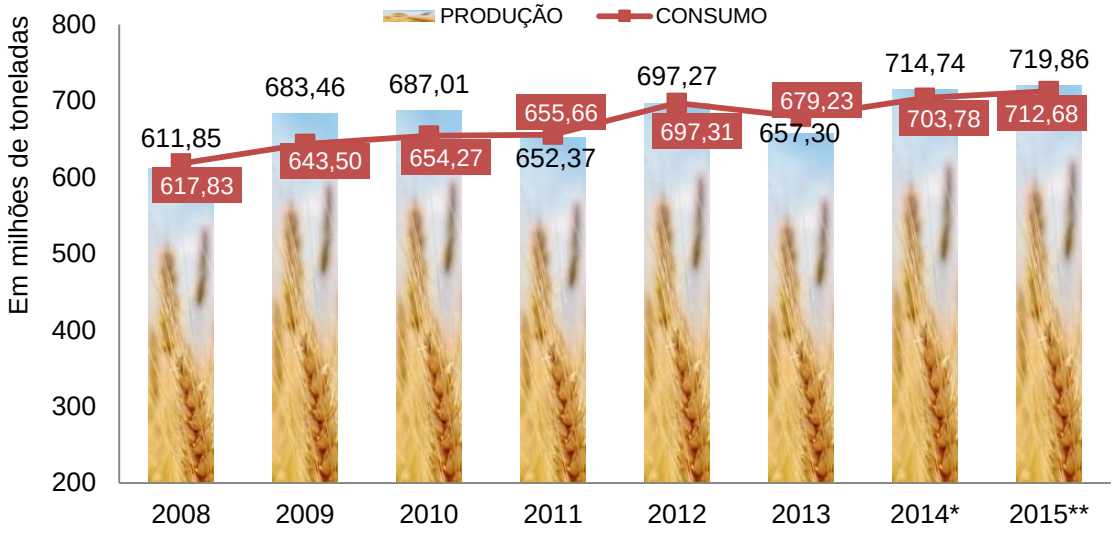
Fonte: CEPEA
Elaboração: Sistema FARSUL

1.6.4 Trigo

No ano de 2013 a queda de quase 33% da produção russa impactou a produção mundial de forma que esta fosse reduzida em 6%, fazendo com que o consumo mundial excedesse a produção. A recuperação da produção russa e o

aumento da produção da união europeia em 7% contribuíram para um aumento da produção mundial de trigo de quase 9% em 2014, revertendo o cenário de escassez de trigo para um cenário de excesso de produto no mercado global. O Gráfico 43 traz a evolução histórica de produção e consumo mundial de trigo.

Gráfico 43 – Comparação entre produção e consumo mundial de trigo, em milhões de toneladas.



Fonte: USDA - (*) Estimativa / (*) Projeção
Elaboração: Sistema FARSUL

Conforme foi ressaltado anteriormente, a recuperação da Rússia em 2014, juntamente com o aumento de 7% da produção da União Europeia, principal produtor de trigo do mundo, foram os fatores que contribuíram para um aumento de 8,8% no total mundial produzido. O Canadá também teve aumento expressivo de sua produção atingindo 38%. A Tabela 17, a seguir, permite analisar a evolução da produção de trigo por país, trazendo uma melhor visualização da participação dos países no total produzido mundialmente.

Tabela 17 – Produção mundial de trigo, por país, em milhões de toneladas.

Região	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014*	2015**	Var. 14*/13	Part. 2014*	Var. 15**/14*	Part. 2015**
UE-27	120,13	151,92	139,72	136,67	138,18	133,85	143,13	155,40	6,9%	20,0%	8,6%	21,6%
China	109,30	112,46	115,12	115,18	117,40	121,02	121,93	126,00	0,7%	17,1%	3,3%	17,5%
Índia	75,81	78,57	80,68	80,80	86,87	94,88	93,51	95,91	-1,4%	13,1%	2,6%	13,3%
Rússia	49,37	63,77	61,77	41,51	56,24	37,72	52,09	59,00	38,1%	7,3%	13,3%	8,2%
Estados Unidos	55,82	68,02	60,37	60,06	54,41	61,67	58,11	55,13	-5,8%	8,1%	-5,1%	7,7%
Canadá	20,05	28,62	26,95	23,30	25,29	27,21	37,50	27,50	37,8%	5,2%	-26,7%	3,8%
Paquistão	23,30	20,96	24,00	23,90	25,00	23,30	24,00	25,00	3,0%	3,4%	4,2%	3,5%
Ucrânia	13,94	25,89	20,87	16,84	22,32	15,76	22,28	24,50	41,3%	3,1%	10,0%	3,4%
Austrália	13,57	21,42	21,83	27,41	29,91	22,46	27,01	24,00	20,3%	3,8%	-11,2%	3,3%
Turquia	15,50	16,80	18,45	17,00	18,80	15,50	18,00	15,00	16,1%	2,5%	-16,7%	2,1%
Irã	15,89	7,96	13,49	15,03	13,50	13,80	14,50	13,00	5,1%	2,0%	-10,3%	1,8%
Cazaquistão	16,47	12,54	17,05	9,64	22,73	9,84	13,94	12,00	41,7%	2,0%	-13,9%	1,7%
Argentina	18,60	11,00	12,00	17,20	15,50	9,30	10,50	12,00	12,9%	1,5%	14,3%	1,7%
Egito	8,28	7,98	8,52	7,20	8,40	8,50	8,25	8,20	-2,9%	1,2%	-0,6%	1,1%
Uzbequistão	6,20	6,00	6,20	6,50	6,30	6,70	6,80	7,15	1,5%	1,0%	5,1%	1,0%
Brasil	nd	nd	5,03	5,90	5,80	4,38	5,30	6,30	21,0%	0,7%	18,9%	0,9%
Outros	45,81	45,84	53,59	49,24	50,62	51,41	57,89	53,77	12,6%	8,1%	-7,1%	7,5%
TOTAL	**611,85**	**683,46**	**687,01**	**652,37**	**697,27**	**657,30**	**714,74**	**719,86**	**8,7%**	**100%**	**0,7%**	**100%**

Fonte: USDA - Elaboração: Sistema FARSUL/ Assessoria Econômica
(*) Projeção USDA - Nov/14
(**) Estimativa USDA - Nov/15
nd = Não Disponível

Como pode ser observado na tabela anterior, em 2015 a estimativa é e aumento da produção em menos de 1%. Mesmo com aumento da quantidade produzida pelos principais produtores de trigo, aqueles que aparecem no topo da tabela como União Europeia, China, Índia e Rússia, os demais países apresentam reduções significativas de suas produções de trigo, o que acaba balanceando o crescimento dos quatro maiores produtores e gerando a expectativa de que a produção total estará praticamente estável em 2015.

O consumo mundial de trigo vem crescendo a taxa média de 2% a.a. (média de 2008 a 2013) e em 2014 apresentou um aumento acima da média, chegando a 3,6%. O país que se destacou neste ano foi a Índia, o terceiro maior consumidor de trigo do mundo que aumentou em 12% seu consumo. A expectativa para 2015 é de aumento do consumo mundial em 1,3%, com destaque para a União Europeia, conforme pode ser analisado na Tabela 18 a seguir.

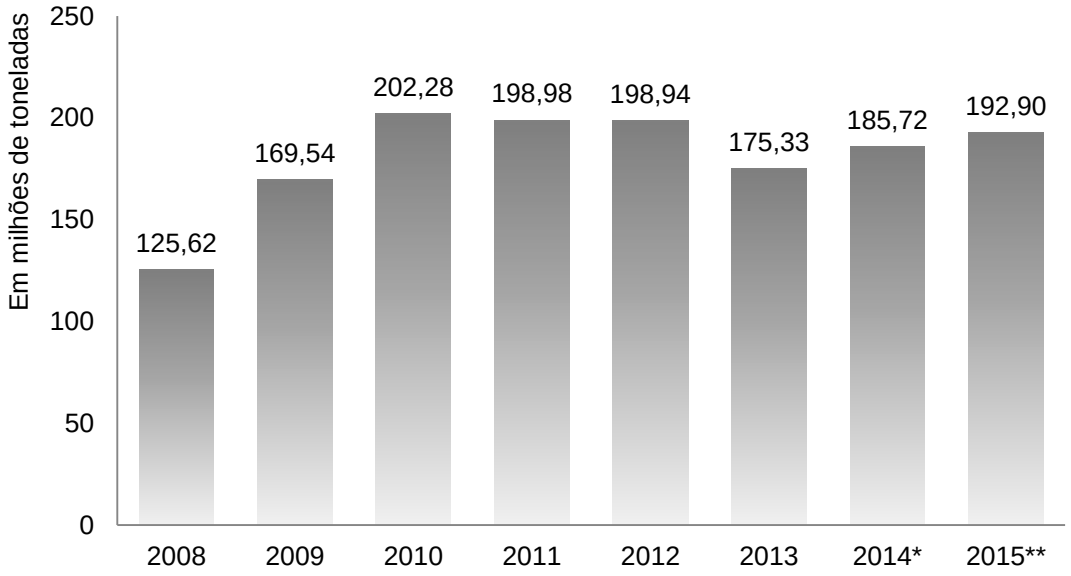
Tabela 18 – Consumo mundial de trigo, por país, em milhões de toneladas.

Região	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014*	2015**	Var. 14*/13	Part. 2014*	Var. 15**/14*	Part. 2015**
UE-27	116,54	127,63	125,62	122,84	127,23	119,50	115,75	126,00	-3,1%	16,4%	8,9%	17,7%
China	106,00	105,50	107,00	110,50	122,50	125,00	121,50	124,00	-2,8%	17,3%	2,1%	17,4%
Índia	76,42	70,92	78,15	81,76	81,40	83,82	94,01	94,49	12,1%	13,4%	0,5%	13,3%
Rússia	37,85	38,90	39,60	38,60	38,00	33,55	34,10	35,00	1,6%	4,8%	2,6%	4,9%
Estados Unidos	28,61	34,29	30,98	30,64	32,11	38,27	34,17	33,10	-10,7%	4,9%	-3,2%	4,6%
Paquistão	22,40	22,80	23,00	23,00	23,10	23,90	24,10	25,10	0,8%	3,4%	4,1%	3,5%
Egito	15,80	17,20	18,10	17,70	18,60	18,70	18,50	17,50	-1,1%	2,6%	-5,4%	2,5%
Irã	15,50	15,80	16,80	16,20	15,50	16,40	18,00	18,20	9,8%	2,6%	1,1%	2,6%
Turquia	16,80	16,90	17,10	17,30	18,10	17,50	17,75	17,40	1,4%	2,5%	-2,0%	2,4%
Ucrânia	12,30	11,90	12,30	11,60	14,95	11,40	11,50	12,00	0,9%	1,6%	4,3%	1,7%
Brasil	10,30	10,70	11,00	10,80	11,20	10,90	11,40	12,30	4,6%	1,6%	7,9%	1,7%
Argélia	8,05	8,30	8,55	8,75	8,95	9,45	9,85	10,05	4,2%	1,4%	2,0%	1,4%
Canadá	6,79	7,85	7,21	7,55	9,85	9,59	9,97	9,83	3,9%	1,4%	-1,4%	1,4%
Marrocos	7,23	7,45	7,80	7,85	8,80	8,30	9,00	8,90	8,4%	1,3%	-1,1%	1,2%
Uzbequistão	7,00	7,10	7,50	7,70	7,80	8,00	8,40	8,70	5,0%	1,2%	3,6%	1,2%
Indonésia	nd	nd	nd	6,04	6,25	6,65	7,07	7,57	6,2%	1,0%	7,1%	1,1%
Outros	118,66	126,34	132,57	134,59	143,15	145,21	149,50	151,08	3,0%	21,2%	1,1%	21,2%
TOTAL	**617,83**	**643,50**	**654,27**	**655,66**	**697,31**	**679,23**	**703,78**	**712,68**	**3,6%**	**100%**	**1,3%**	**100%**

Fonte: USDA - Elaboração: Sistema FARSUL/ Assessoria Econômica
(*) Projeção USDA - Nov/14
(**) Estimativa USDA - Nov/15
nd = Não Disponível

Conforme foi dito anteriormente, em 2014 a produção mundial superou o consumo graças a recuperação da Rússia e aumento produtivo da União Europeia, esse cenário possibilita um aumento dos estoques de 6%. Ainda que a expectativa para 2015 seja de crescimento do consumo maior do que o crescimento da produção, a produção deverá ser maior do que o consumo, trazendo uma nova elevação dos estoques mundiais.

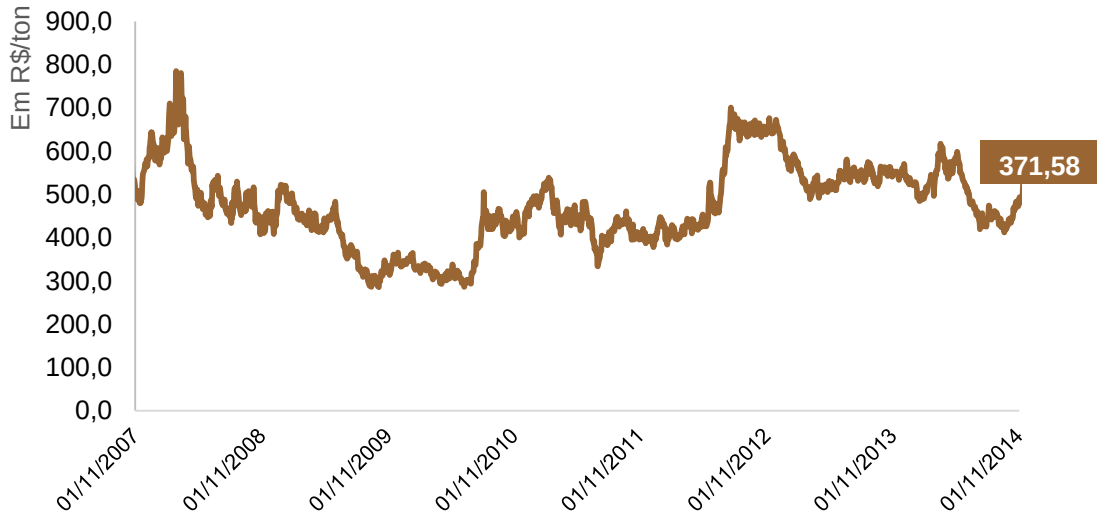
Gráfico 44 – Estoque final mundial de trigo, em milhões de toneladas.



Fonte: USDA - (*) Estimativa / (*) Projeção
Elaboração: Sistema FARSUL

Os preços internacionais apresentaram quedas a partir do mês de maio de 2014. Em média a tonelada de trigo negociada no mercado internacional de janeiro a outubro de 2014 foi de R$ 498,21, valor 8% inferior à média no mesmo período do ano anterior. O gráfico a seguir traz uma série histórica dos preços do trigo na Bolsa de Chicago.

Gráfico 45 – Preço do trigo na Bolsa de Chicago, em R$/ton.



Fonte: CBOT

Assim como a maioria dos países produtores de trigo o Brasil também expandiu sua produção em 2014. No entanto, as importações sem TEC e o fato de que o país praticamente não exportou, tivemos um acumulo de produto no mercado interno o que elevou em quase 80% os estoques.

Tabela 19 – Fundamentos do mercado brasileiro de trigo, em milhões de toneladas.

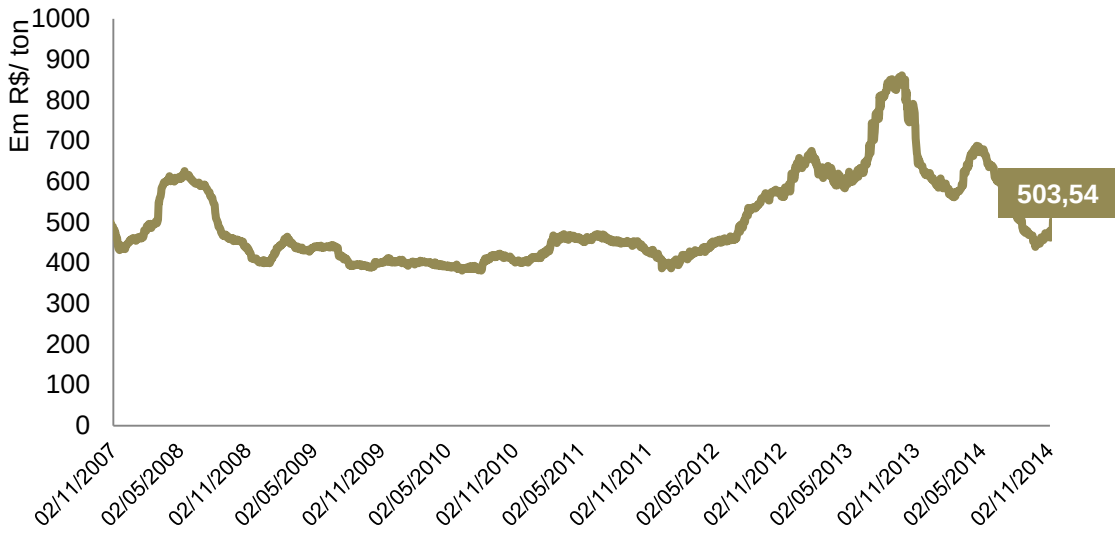
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014*	2015**	Var. (14**/13)	Var. (15**/14*)
ESTOQUE INICIAL	1,85	1,38	2,57	2,59	1,85	1,75	1,00	1,80	-42,7%	79,9%
PRODUÇÃO	3,83	5,88	5,03	5,90	5,80	4,38	5,30	6,30	21,0%	18,9%
IMPORTAÇÃO	7,08	6,77	6,69	6,74	7,05	7,55	7,06	7,00	-6,4%	-0,9%
OFERTA TOTAL	**12,75**	**14,02**	**14,29**	**15,23**	**14,70**	**13,68**	**13,36**	**15,10**	**-2,3%**	**13,0%**
CONSUMO INTERNO	10,30	10,70	11,00	10,80	11,20	10,90	11,40	12,30	4,6%	7,9%
- Animal	0,20	0,20	0,40	0,20	0,50	0,20	0,60	1,00	200,0%	66,7%
- Outros Usos	10,10	10,50	10,60	10,60	10,70	10,70	10,80	11,30	0,9%	4,6%
EXPORTAÇÕES	0,77	0,37	1,20	2,54	1,86	1,75	0,08	1,00	-95,4%	1134,6%
DEMANDA TOTAL	**11,07**	**11,07**	**12,20**	**13,34**	**13,06**	**12,65**	**11,48**	**13,30**	**-9,3%**	**15,8%**
ESTOQUE FINAL	1,38	2,57	2,59	1,85	1,75	1,00	1,80	1,87	79,9%	3,7%
ESTOQUE/DEMANDA	0,12	0,23	0,21	0,14	0,13	0,08	0,16	0,14	98,3%	-10,5%

Fonte: USDA - Elaboração: Sistema FARSUL/ Assessoria Econômica
(*) Projeção USDA - Nov/14
(**) Estimativa USDA - Nov/15
nd = Não Disponível

Os dados até agora apresentados ao mercado pelo USDA ainda não consideram as fortes perdas na produção gaúcha. Tais perdas impossibilitam uma produção de 6,3 milhões de toneladas para 2015, trazendo, portanto, um cenário de queda de estoques e não de alta, como prevê ainda a fonte utilizada.

No Brasil, assim como no mercado mundial, o preço da tonelada de trigo também apresentou queda neste ano de 2014, porém, no mercado interno a redução foi maior: 18% em relação ao ano de 2013. A queda é em parte explicada pelo aumento de quase 80% dos estoques, gerados pela dificuldade de escoamento do produto e em outra parte pela supressão da TEC do trigo para terceiros países.

Gráfico 46 – Indicador de preço do trigo no RS, em R$/ton.



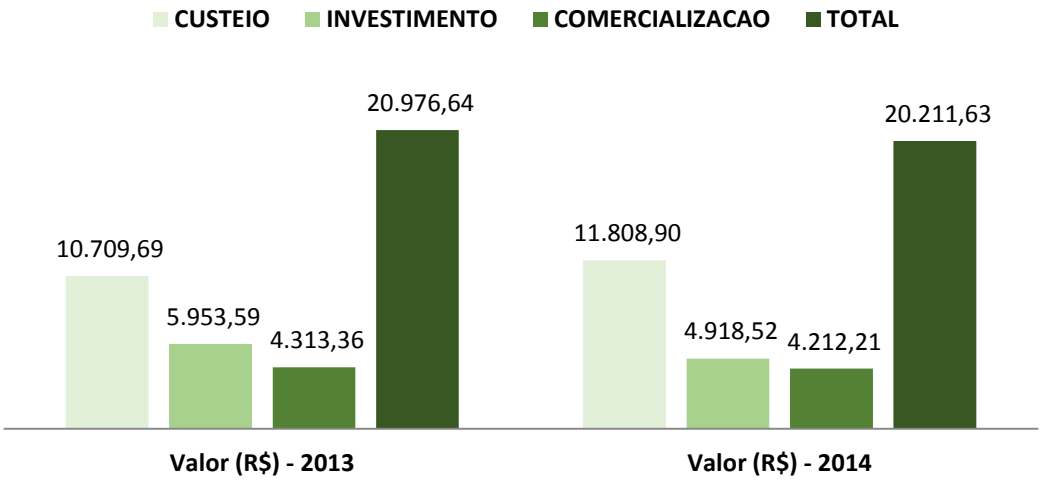
Fonte: CEPEA
Elaboração: Sistema FARSUL

1.7 Análise do Crédito Rural

O valor disponibilizado a título de Crédito Rural no Plano Safra 2014/2015 para todo o Brasil foi de R$ 156 bilhões, um aumento de 14,7% comparado com o que foi liberado no Plano Safra 2013/2014. Uma das novidades foi o aumento do limite para custeio que passou de R$ 1 milhão para R$ 1,1 milhão, aumento de 10% em relação ao Plano Safra anterior.

Olhando-se o caso específico do Rio Grande do Sul nota-se que no ano de 2013 foram tomados quase R$ 21 bilhões, sendo que até outubro de 2014 já foram tomados R$ 20,2 bilhões, ou seja, em 10 meses foram sacados quase o mesmo montante que o ano inteiro de 2013.

Gráfico 47 – Comparativo do Crédito Rural tomado pelos produtores do RS no ano de 2013 e no período de janeiro a outubro de 2014. (Em milhões de R$)



Fonte: BCB

Considerando somente o período de janeiro a outubro 2013 o total que foi tomado atinge R$ 17 bilhões para o Estado, ou seja, o aumento em 2014 já é 19% maior. O número de contratos diminuiu 14% no mesmo período analisado de 2013 para 2014, o que demostra que os agricultores fizeram menos contratações de Crédito Rural no ano de 2014, porém, os valores unitários dos contratos aumentaram.

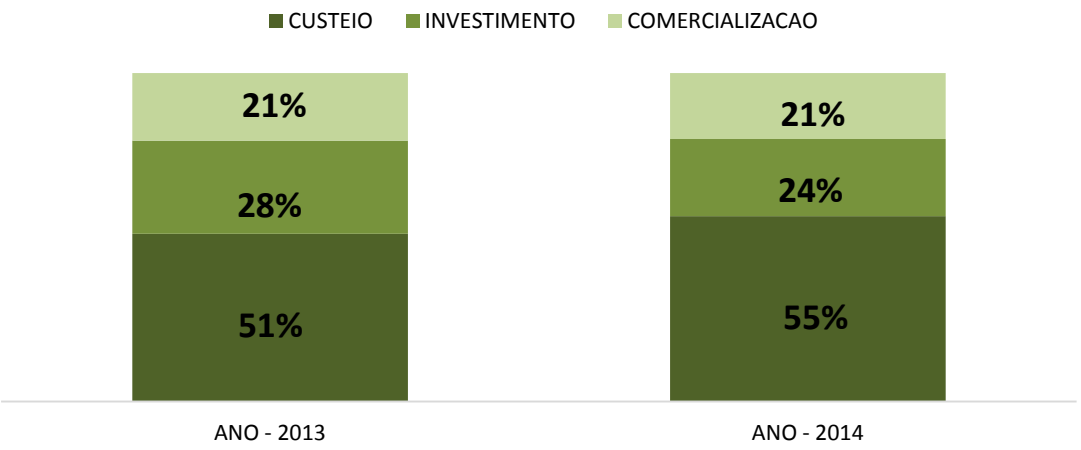
Tabela 20 – Crédito Rural Tomado pelos produtores do RS até outubro de 2014, por mês e por tipo. (Em milhões de R$)

MÊS	FINALIDADE						TOTAL	
	CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO			
	Contrato	Valor (R$)	Contrato	Valor (R$)	Contrato	Valor (R$)	Contrato	Valor (R$)
JANEIRO	4.558	278,37	4.191	246,92	1.806	377,81	10.555	903,09
FEVEREIRO	7.840	383,13	5.598	326,07	783	300,11	14.221	1.009,32
MARÇO	12.326	591,55	5.904	388,30	663	463,40	18.893	1.443,25
ABRIL	17.493	982,87	9.169	537,60	1.046	584,79	27.708	2.105,26
MAIO	20.154	1.262,08	9.448	597,30	674	485,73	30.276	2.345,11
JUNHO	17.396	1.199,37	7.022	636,59	722	611,20	25.140	2.447,17
JULHO	58.115	1.743,19	6.785	451,79	447	371,23	65.347	2.566,22
AGOSTO	83.654	2.266,98	7.237	449,15	458	344,02	91.349	3.060,15
SETEMBRO	59.961	1.627,59	10.204	710,05	424	361,15	70.589	2.698,79
OUTUBRO	30.015	745,77	10.305	574,74	449	312,78	40.769	1.633,28
Total Geral	**311.512**	**11.080,90**	**75.863**	**4.918,52**	**7.472**	**4.212,21**	**394.847**	**20.211,63**

Fonte: BCB

A participação dos investimentos no total do crédito recuou em 4 pontos percentuais no Estado, representando até outubro 24% do total tomado. O custeio, por sua vez, aumentou os mesmos 4 pontos percentuais, representando agora 55% do crédito, mantendo o mesmo nível de participação do crédito sacado para comercialização. Isso indica que o produtor está preocupado em fazer lavouras de alto rendimento, no entanto, com menor investimentos em bens de capital.

Gráfico 48 – Participação do Custeio, Investimento e Comercialização dentro da Carteira de Crédito Rural tomado no RS em 2013 e 2014.



Fonte: BCB

1.7.1 Análise do Custeio

O valor tomado para custeio no período de janeiro a outubro de 2014 apresentou um aumento de 15% se comparado com igual período de 2013, fazendo frente ao aumento dos custos de produção e denotando uma busca por maior rendimento nas lavouras. Confrontando com o ano inteiro passado o aumento já é maior em 3%. Os números de contratos no período de janeiro a outubro de 2014 diminuíram 4% quando comparando com o mesmo período de 2013. Outra razão para a diferença significativa no avanço nos valores de custeio frente aos números de contratos é o aumento do limite para custeio de R$ 1 milhão para R$ 1,1 milhão no Plano Safra 2014/2015, um aumento significativo de 10%.

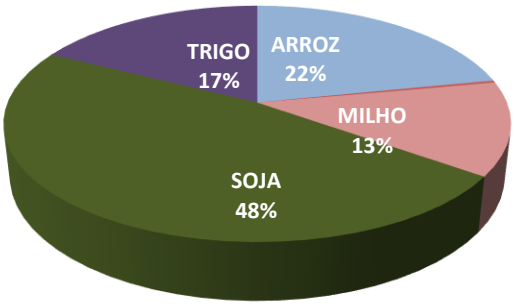
Tabela 21 – Crédito Rural Tomado para Custeio no RS no Período de Janeiro a Outubro de 2013 e 2014

MÊS	CUSTEIO		CUSTEIO		VAR. (12/13)	
	Contratos 2013	Contratos 2014	Valor (R$) 2013	Valor (R$) 2014	Contratos	Valor
JANEIRO	3.376	4.558	142.179.980,62	278.366.626,52	35%	96%
FEVEREIRO	4.305	7.840	231.720.876,78	383.134.721,27	82%	65%
MARÇO	10.212	12.326	496.522.895,93	591.550.472,45	21%	19%
ABRIL	17.890	17.493	780.016.516,31	982.870.805,95	-2%	26%
MAIO	19.461	20.154	971.197.888,68	1.262.082.022,83	4%	30%
JUNHO	21.815	17.396	1.044.630.557,05	1.199.373.746,36	-20%	15%
JULHO	53.167	58.115	1.317.876.854,87	1.743.188.099,59	9%	32%
AGOSTO	90.054	83.654	2.349.858.720,91	2.266.976.349,64	-7%	-4%
SETEMBRO	66.135	59.961	1.358.354.243,99	1.627.592.365,01	-9%	20%
OUTUBRO	37.459	30.015	956.355.863,09	745.768.569,42	-20%	-22%
Total Geral	**323.874**	**311.512**	**9.648.714.398,23**	**11.080.903.779,04**	**-4%**	**15%**

Fonte: BCB

A queda no número de contratos é um fenômeno que tem múltiplas explicações. A primeira delas, mas não a mais importante, é que o aumento do teto da tomada de crédito tende a reduzir o número de contratos. Outra razão é que muitas pessoas entram no negócio agrícola quando ele está muito bom e saem, com a mesma facilidade que entraram, quando as perspectivas não são muito boas. A razão que mais nos preocupa é o aumento do endividamento, resultado de um período não muito bom associado ao forte comprometimento com linhas de investimentos. No Gráfico 49, a seguir, expõe-se a distribuição da tomada de custeio por grão.

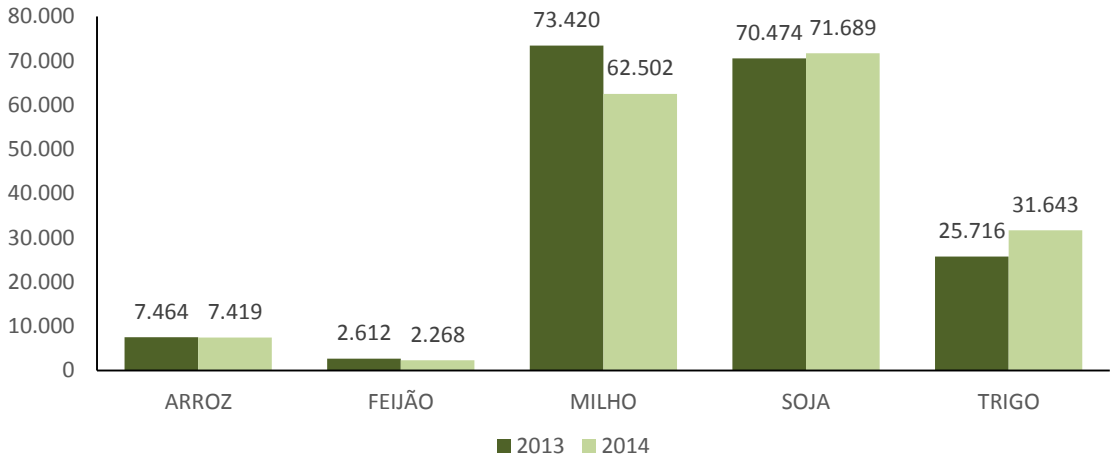
Gráfico 49 – Participação dos Principais Grãos no Custeio da Carteira de Crédito Rural do Estado no Período de Janeiro a Outubro de 2014.



Fonte: BCB

Em comparação ao ano passado a soja e o trigo tiveram avanço em sua participação dentro da carteira, enquanto o milho e o feijão recuaram e o arroz manteve sua participação. A soja avançou 3% e o trigo 2% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto o milho e o feijão apresentaram um recuo de 4% e 0,1%. Os números de contratos tomados no período de janeiro a outubro de 2014 aumentaram em relação ao último ano em dois tipos de grãos: a soja em 2% e o trigo em 23%. Já arroz (-0,6%), feijão (-13%) e milho (-15%) recuaram em relação ao número de contratos tomados no ano passado.

Gráfico 50 – Números de Contratos Tomados para Arroz, Feijão, Milho, Soja e Trigo para o Estado no Período de Janeiro a Outubro de 2013 e 2014.

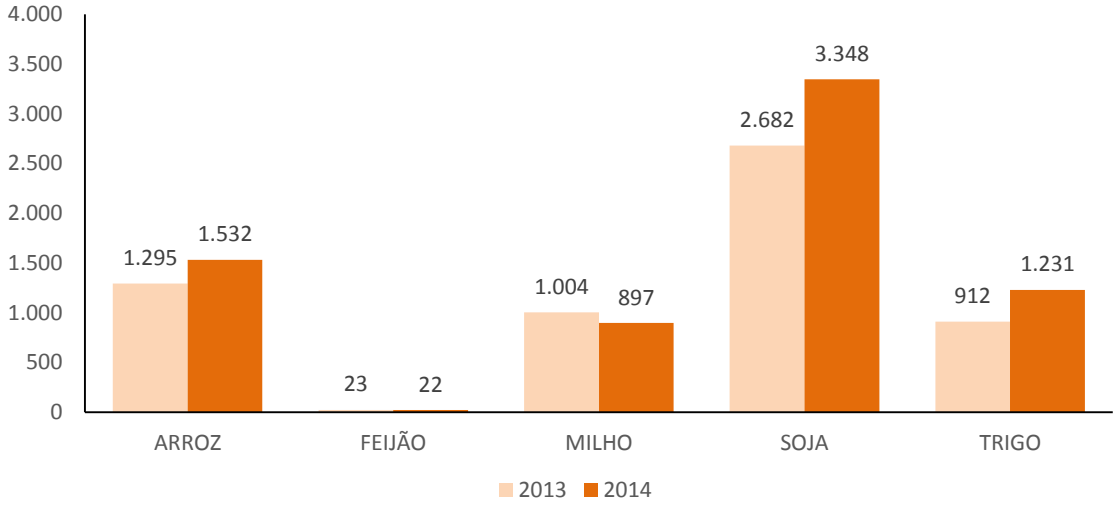


Fonte: BCB

Os valores totais sacados no Estado para custeio no período de janeiro a outubro de 2014 avançaram em três culturas em relação a igual período de 2013. Os avanços comparados com o período anterior foram de 18% para o arroz, 25%

para soja e 35% para o trigo. O feijão e o milho recuaram dentro da carteira de custeio em 3% e 15%, respectivamente.

Gráfico 51 – Total dos Valores Tomados para Arroz, Feijão, Milho, Soja e Trigo para o Estado no Período de Janeiro a Outubro de 2013 e 2014 (em R$ Milhões).



Fonte: BCB

Sabendo-se, portanto, que o número de contratos de arroz caiu 0,6%, mas o valor tomado aumentou 18%. Os contratos de soja aumentaram 3%, no entanto, o valor tomado aumentou 25%, **então sabemos que o grande diferencial dessa próxima safra será justamente o maior custo de produção e aperto ainda maior na rentabilidade**.

1.7.2 Análise do Investimento

O valor total no período de janeiro a outubro de 2014 aumentou 15% na relação com igual período de 2013. No que diz respeito ao número de contratos no período de janeiro a outubro de 2014 diminuiu 41% frente ao mesmo período de 2013. O baixo número de contratos de investimento no ano de 2014 expressa a preocupação cada vez maior dos produtores com o ambiente econômico do país e com a perspectiva de menor rentabilidade das lavouras.

Tabela 22 – Crédito Rural Tomado para Investimento no Período de Janeiro a Outubro de 2013 e 2014.

MÊS	INVESTIMENTO		INVESTIMENTO		VAR. (12/13)	
	Contratos 2013	Contratos 2014	Valor (R$) 2013	Valor (R$) 2014	Contratos	Valor
JANEIRO	34.091	4.191	270.515.238	246.921.127	-88%	-9%
FEVEREIRO	21.073	5.598	334.487.496	326.070.197	-73%	-3%
MARÇO	6.856	5.904	329.334.889	388.298.667	-14%	18%
ABRIL	9.760	9.169	471.355.172	537.603.383	-6%	14%
MAIO	10.455	9.448	534.315.927	597.299.635	-10%	12%
JUNHO	10.764	7.022	669.095.285	636.591.880	-35%	-5%
JULHO	5.431	6.785	201.468.435	451.792.680	25%	124%
AGOSTO	8.216	7.237	406.795.705	449.152.864	-12%	10%
SETEMBRO	9.160	10.204	538.200.557	710.046.692	11%	32%
OUTUBRO	11.785	10.305	530.928.606	574.739.800	-13%	8%
Total Geral	**127.591**	**75.863**	**4.286.497.308**	**4.918.516.923**	**-41%**	**15%**

Fonte: BCB

Esse ano em especial foi observado uma preocupação maior dos agricultores em investir na armazenagem e no transporte dos grãos, o que reflete preocupação cada vez maior com a logística de escoamento das safras dentro do estado e também a piora das estradas que dão acesso às propriedades.

Tabela 23 – Participação das Principais finalidades de Investimento dentro da Carteira do Crédito Rural no Período de Janeiro a Outubro de 2013 e 2014.

INVESTIMENTO	2013	2014	Var.(%)
Máquinas Agrícolas	2.144.915.650,18	2.327.505.707,00	9%
Pecuária	735.058.639,08	776.318.651,65	6%
Armazenagem	257.494.936,17	416.605.178,87	62%
Solos	168.506.837,12	131.369.922,21	-22%
Renegociação	146.874.938,94	12.480.725,70	-92%
Irrigação	138.898.866,91	118.792.916,82	-14%
Capital de Giro	126.635.000,00	197.474.970,00	56%
Residências Rurais	44.280.227,93	1.660.038,08	-96%
Veículos	41.203.534,99	160.992.441,83	291%
Frutas	30.644.080,99	25.836.714,11	-16%
Fundiários	25.211.414,38	24.079.465,86	-4%
Outros	434.402.647,07	725.400.191,20	67%
Total	**4.294.126.773,76**	**4.918.516.923,33**	**15%**

Fonte: BCB

Dentro das principais finalidades as únicas que apresentaram crescimento foram: Máquinas Agrícolas (9%), Pecuária (6%), Armazenagem (62%), Capital de Giro (56%) e Veículos (291%).

A intenção em acompanhar o aumento da safra com armazenagem tem sido uma constante e nesse ano não foi diferente, uma vez que esse investimento cresceu 62%.

Tabela 24 – Crédito Rural Tomado para Investimento no período de janeiro a outubro de 2013 e 2014, por finalidade.

MÊS	INVESTIMENTO		INVESTIMENTO	
	Contratos 2013	Contratos 2014	Valor (R$) 2013	Valor (R$) 2014
Adubação Intensiva do Solo	686	107	6.815.746	12.046.424
Armazém	466	1.195	54.552.100	205.233.132,38
Caminhões	521	735	48.580.861	98.022.833,51
Camionetas	1.145	2.339	34.152.733	82.147.438,02
Colheitadeira	1.441	1.580	353.492.282	447.396.955,66
Depósitos e Instalações	9.115	3.656	119.574.305	110.000.761,07
Irrigação	1.160	693	108.792.309	91.965.341,16
Máquinas e Implementos	34.893	4.209	1.170.853.413	334.888.222,32
Silo	484	266	48.875.824	77.031.476,11
Trator	7.581	9.340	635.116.721	819.115.788,19
Total Geral	**57.492**	**24.120**	**2.580.806.294**	**2.277.848.372,54**

Fonte: BCB

Analisando só as finalidades de investimento destacadas no período de janeiro a outubro de 2014 o número total de contratos caiu 58% e o valor total sacado diminuiu 12% em comparação com o mesmo período de 2013.

Os contratos tiveram avanço em metade das finalidades de investimento analisadas no período de janeiro a outubro de 2014 em relação ao mesmo período de 2013. As finalidades que aumentaram o número de contratos são respectivamente: armazém (156%), caminhões (41%), camionetas (104%), colheitadeiras (10%), trator (23%). As finalidades de investimento que não obtiveram um aumento no seu número de contratos no período analisado foram: adubação intensiva do solo (-84%), depósitos e instalações (-60%), irrigação (40%), máquinas e implementos (-88%), silos (-45%). Considerando a evolução dos contratos destaca-se a armazenagem que foi a finalidade que mais teve aumento (156%) nos números, uma das razões é o incentivo do Plano Safra 2014/2015 para investimentos em reforma de armazéns.

Os valores contratados evoluíram em quase todas as finalidades de investimento no período de janeiro a outubro de 2014 em relação ao mesmo período de 2013. As finalidades que aumentaram os valores tomados neste período foram: adubação intensiva do solo (77%), armazém (276%), caminhões (102%), camionetas (141%), colheitadeiras (27%), silos (58%), tratores (29%). Três finalidades de investimento diminuíram os valores tomados no período; depósitos e instalações (-8%), irrigação (-15%) e máquinas e implementos (-71%).

1.7.3 Análise da Comercialização

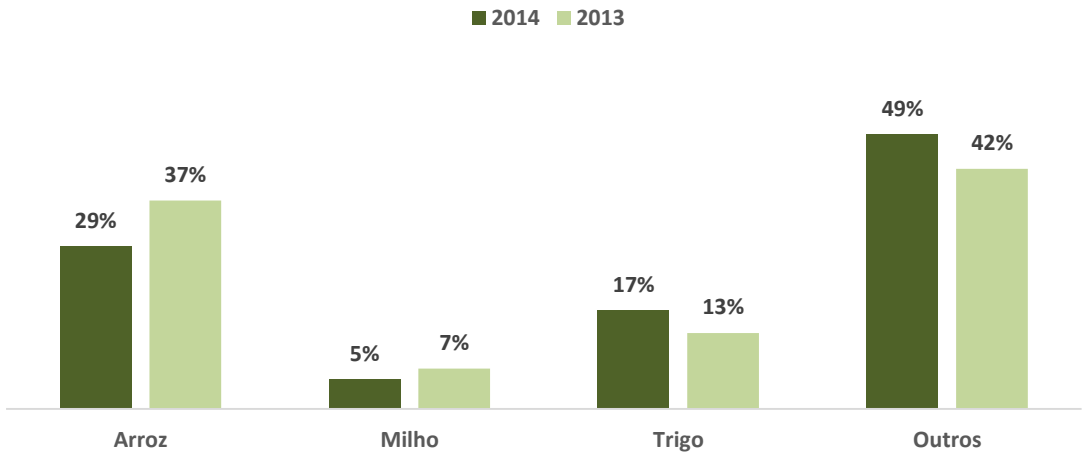
A comercialização aumentou no ano de 2013 para 2014, principalmente por causa do baixo preço de comercialização do trigo. O valor total da comercialização tomada pelos produtores no período de janeiro a outubro de 2014 aumentou em 38% se comparado com igual período de 2013. O número de contratos recuou no período de janeiro a outubro de 2014, sendo 14% menor do que o mesmo período de 2013, conforme a Tabela 25 a seguir.

Tabela 25 – Crédito Rural Tomado para Comercialização no Período de Janeiro a Outubro de 2013 e 2014.

MÊS	COMERCIALIZAÇÃO		COMERCIALIZAÇÃO		VAR. (12/13)	
	Contratos 2013	Contratos 2014	Valor (R$) 2013	Valor (R$) 2014	Contratos	Valor
JANEIRO	260	1.806	197.352.061	377.806.915	595%	91%
FEVEREIRO	292	783	114.412.068	300.110.371	168%	162%
MARÇO	1.029	663	293.971.627	463.400.330	-36%	58%
ABRIL	1.816	1.046	377.876.019	584.785.834	-42%	55%
MAIO	1.081	674	505.438.309	485.729.159	-38%	-4%
JUNHO	1.093	722	549.663.864	611.202.577	-34%	11%
JULHO	1.137	447	278.272.366	371.234.614	-61%	33%
AGOSTO	721	458	192.286.732	344.015.883	-36%	79%
SETEMBRO	444	424	204.474.432	361.151.426	-5%	77%
OUTUBRO	792	449	332.963.419	312.775.284	-43%	-6%
Total Geral	**8.665**	**7.472**	**3.046.710.896**	**4.212.212.394**	**-14%**	**38%**

Fonte: BCB

Gráfico 52 – Comparação da Participação do Arroz, Milho e Trigo na Comercialização da Carteira de Crédito Rural do Estado entre Janeiro e Outubro 2013 e 2014.



Fonte: BCB

Dentro da carteira de comercialização do Crédito Rural nos períodos de janeiro a outubro de 2014 e 2013 os principais produtos são arroz milho e trigo, que tem a maior representatividade em termos de contratos e valores tomados, representam 51% do valor da carteira em 2014, um recuo de 7% se comparado com 2013. Como visto no gráfico anterior dois dos principais produtos que compõem a carteira diminuíram a sua participação. O arroz e milho diminuíram sua participação em 8%, 2% respectivamente. Porém o trigo nacional que vem sofrendo com as políticas do governo de abertura de importação do grão, aumentou sua participação em 4% dentro da carteira de comercialização.

Tabela 26 – Números de Contratos de Comercialização Tomados para Arroz, Milho e Trigo no Período de Janeiro a Outubro de 2013 e 2014.

MÊS	ARROZ		MILHO		TRIGO	
	Contratos 2013	Contratos 2014	Contratos 2013	Contratos 2014	Contratos 2013	Contratos 2014
JANEIRO	75	122	15	16	89	943
FEVEREIRO	51	126	36	39	76	444
MARÇO	152	278	66	74	46	115
ABRIL	466	479	63	65	26	64
MAIO	634	372	70	38	47	54
JUNHO	490	284	70	45	463	173
JULHO	234	194	43	50	6	20
AGOSTO	124	194	42	49	4	25
SETEMBRO	134	193	45	44	6	47
OUTUBRO	414	253	51	37	51	38
TOTAL	2.774	2.495	501	457	814	1.923

Fonte: BCB

Os números de contratos assumidos pelos produtores para comercialização no período de janeiro a outubro de 2014 só o trigo avançou (136%). Diminuíram o número de contratos adquiridos de 2013 para 2014 o arroz (-10%) e o milho (-9%).

Tabela 27 – Valores Tomados para Comercialização de Arroz, Milho e Trigo no Período de Janeiro a Outubro de 2013 e 2014.

MÊS	ARROZ		MILHO		TRIGO	
	Valor (R$) 2013	Valor (R$) 2014	Valor (R$) 2013	Valor (R$) 2014	Valor (R$) 2013	Valor (R$) 2014
JANEIRO	60.973.805,78	75.691.576,80	8.716.013,18	2.404.099,92	103.481.278,86	215.854.596,57
FEVEREIRO	18.234.519,12	73.735.439,03	12.713.628,56	18.342.606,48	48.667.388,92	92.666.085,37
MARÇO	106.962.511,31	122.744.892,84	34.051.128,39	27.795.688,86	34.679.368,80	43.613.518,57
ABRIL	167.411.832,43	164.457.482,28	27.475.176,59	35.376.767,10	32.853.575,48	77.351.605,64
MAIO	187.617.446,66	139.326.430,16	30.595.081,79	20.828.276,22	42.263.875,95	61.031.440,83
JUNHO	211.571.101,59	172.839.863,78	30.595.081,79	30.902.928,05	99.913.451,62	163.841.581,53
JULHO	97.834.259,62	168.339.839,12	17.236.033,90	17.721.081,65	6.132.000,00	12.658.630,39
AGOSTO	51.041.174,01	94.933.066,60	12.362.075,40	29.266.220,37	4.424.560,00	18.546.015,83
SETEMBRO	71.517.343,98	119.019.579,79	30.285.870,07	24.181.488,95	6.285.288,50	16.856.007,68
OUTUBRO	151.138.176,10	81.111.216,03	14.487.100,68	14.018.445,78	31.392.894,20	30.117.582,06
TOTAL	1.124.302.170,60	1.212.199.386,43	218.517.190,35	220.837.603,38	410.093.682,33	732.537.064,47

Fonte: BCB

Os valores sacados pelos produtores para comercialização no período de janeiro a outubro de 2014 todos os três grãos obtiveram aumento dentro da carteira: arroz (8%), milho (1%) e trigo (79%).

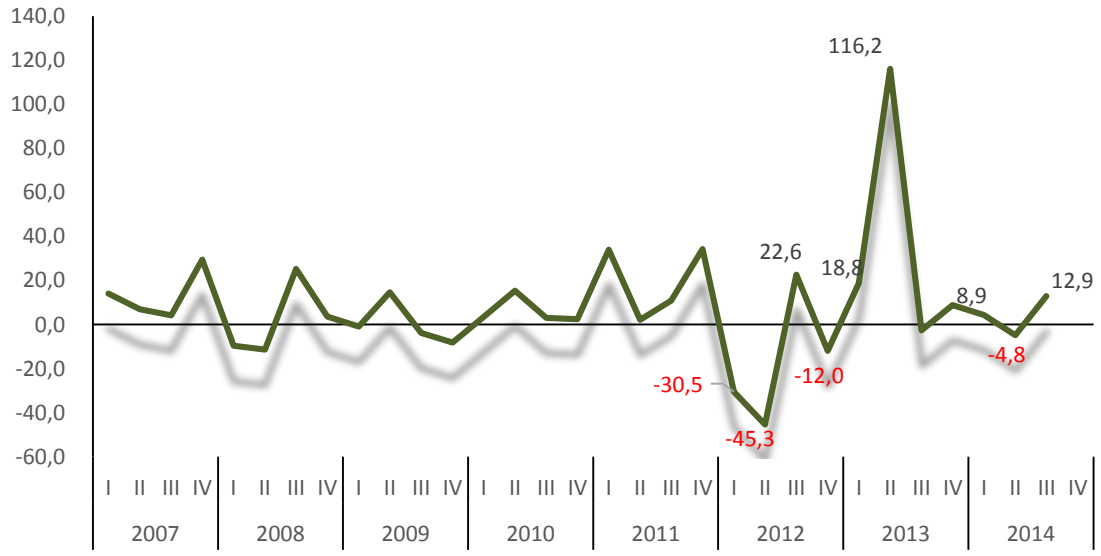
2. CONJUNTURA ECONÔMICA

2.1 Economia do Rio Grande do Sul

2.1.1 PIB Agropecuário

A taxa trimestral do PIB Agropecuário, destacado no gráfico seguinte, não deixa dúvidas da volatilidade enfrentada pelo setor nos últimos trimestres desde 2012. Com queda trimestral que chegou a 45,3% no segundo trimestre de 2012 e com o ápice do crescimento de 116,2% no mesmo trimestre do ano seguinte, as variações negativas da estiagem e positivos de sua recuperação deram o tom do desempenho da economia gaúcha nesses dois anos.

Gráfico 53 – Taxa de Crescimento Trimestral do PIB Agropecuário no RS em %. (Trimestre contra igual período do ano anterior)



Fonte: FEE

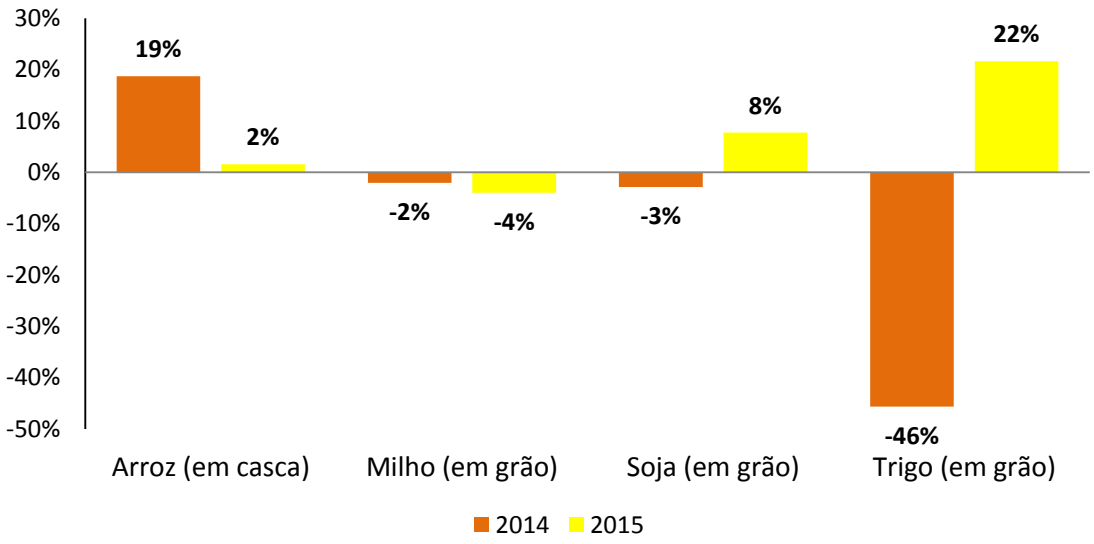
Já em 2014 os efeitos extremos de perdas e de recuperação destas, ou seja, da depressão conjuntural trazida pela estiagem e o crescimento econômico forte que não reflete o desempenho estrutural da economia, apenas efeito conjuntural, deram espaço para a realidade da economia gaúcha. Realidade que, por sinal, está longe de ser boa.

A agropecuária gaúcha começou o ano crescendo, com ganhos expressivos no primeiro trimestre que chegou a 4,4%. Não se pode esquecer

que o primeiro trimestre de 2014 é comparado com o igual período de 2013, quando a safra em vigência era ainda a de 2012, ou seja, a da estiagem. É o segundo trimestre de 2014 que compara-se o desempenho setorial com melhor propriedade, pois é justamente o trimestre que entrou a safra de 2014 contra a entrada de 2013 e o resultado não foi nada bom, queda de 4,8%.

O terceiro trimestre de 2014 a agropecuária teve alta de 12,9%, crescimento esse devido ao aumento no número de abates e exportações recordes de carne bovina.

Gráfico 54 – Variação do VBP Agrícola 2014 e Projeção para 2015. (Em %)



Fonte: AGE-MAPA (2014). FARSUL 2015

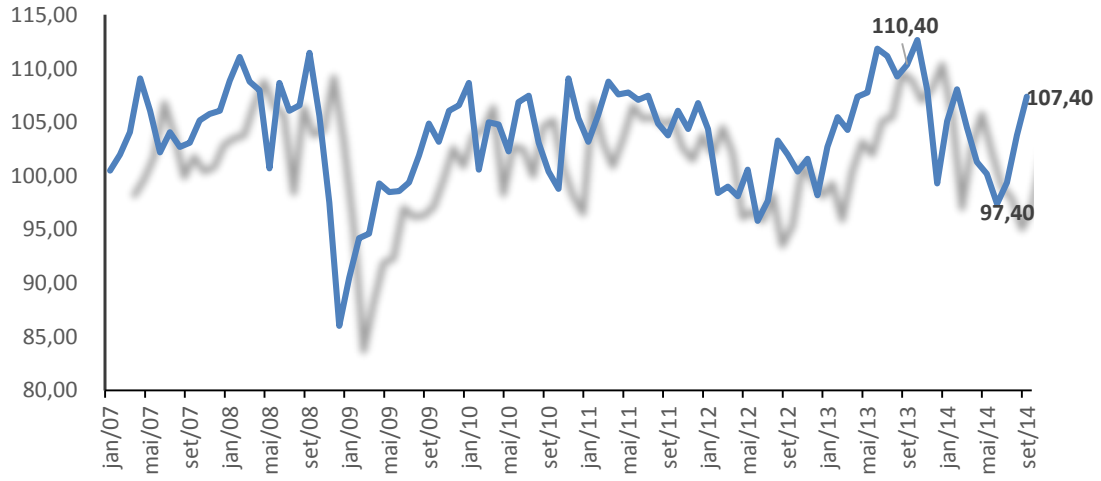
O desempenho do VBP dos principais grãos explica o mau desempenho da agropecuária ao longo do ano. Já para o último trimestre do ano de 2014 esperamos uma queda acentuada no setor devido as perdas acentuadas do trigo, principal grão produção do último trimestre.

Nossa projeção para o PIB Agropecuário em 2014 é de queda de -2,33%. Para 2015 nossa projeção é de aumento de 8,40%.

2.1.2 PIB Industrial

A indústria gaúcha voltou a ter um ano complicado em 2014. Passados os efeitos positivos da recuperação da estiagem na economia ao longo de 2013, sobrou a dificuldade dos industriários em competir em mercados cada vez mais estreitos carregando consigo os problemas estruturais de nossa economia, tais quais a tributação, logística, leis trabalhistas inadequadas ao século XXI, etc.

Gráfico 55 – Índice de base fixa (média de 2012 = 100) com ajuste sazonal da produção física industrial do RS.



Fonte: IBGE

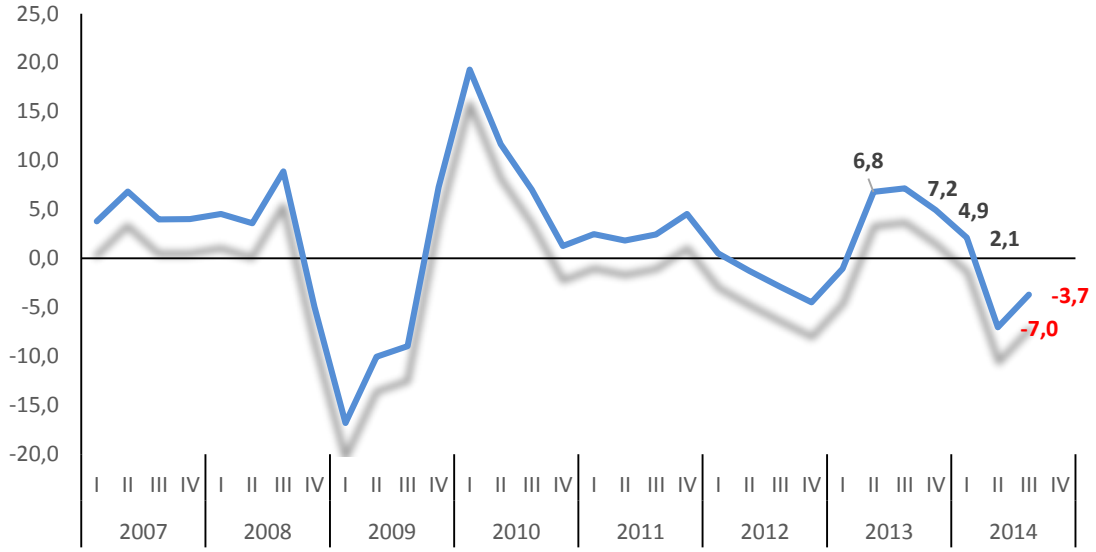
O ano de 2014 iniciou sob a inércia da recuperação da estiagem, no embalo do crescimento de 2013. Tanto janeiro quanto fevereiro de 2014 em relação ao igual mês do ano anterior teve alta na produção industrial de 2%, sendo que em março não houve crescimento, ou seja, a variação foi 0%. O primeiro trimestre, portanto, apresentou produção maior que o primeiro trimestre de 2013 em 2%, crescimento em linha com o que se esperava para o ano. Já o PIB industrial, como pode ser visto no gráfico seguinte, teve alta de 2,1% no primeiro trimestre em relação ao igual período do ano anterior.

Já a partir do segundo trimestre a situação piorou muito, na esteira do descarrilamento da economia brasileira. A produção industrial de abril já despencou 6% em relação ao igual período do ano anterior, caiu 7% em maio e desabou 13% em junho. A produção industrial foi 9% menor que o ano anterior

no segundo trimestre e o PIB trimestral caiu 7,0%, queda maior do que aquela proporcionada pela estiagem em 2012.

O terceiro trimestre seguiu muito duro para a indústria, no campo negativo, mas desacelerando a queda, já que a queda na produção industrial de julho foi de 11%, agosto queda de 5% e em setembro a queda foi de 3%, sempre em relação ao mesmo mês do ano anterior. Já o PIB industrial teve queda de -3,7%. Com dois trimestres em queda temos a indústria tecnicamente em recessão.

Gráfico 56 – Taxa de Crescimento Trimestral do PIB Industrial no RS em %. (Trimestre contra igual período do ano anterior)



Fonte: FEE

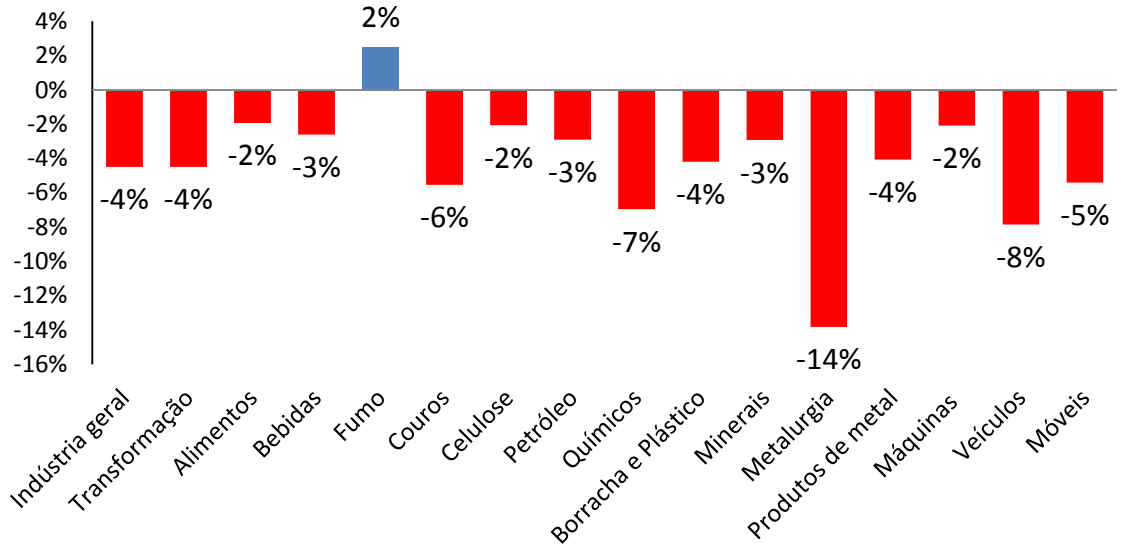
O último trimestre do ano deve fechar com queda menor, invertendo a tendência central, ainda que não o suficiente para compensar as grandes perdas dos trimestres intermediários. A Indústria tende, portanto, fechar seu PIB negativo no ano. Nossa projeção é que a indústria encerre o ano com queda acumulada de 2,52%.

Quando analisados os segmentos industriais vê-se que apenas a indústria do fumo apresentou resultado positivo em relação ao ano anterior, quando comparados os valores acumulados entre janeiro e setembro. O pior desempenho foi da metalurgia, com queda de 14%.

Chama a atenção que os segmentos industriais que estão atrelados à agricultura, sejam a montante ou a jusante, ou ainda, que integram o Agronegócio, apresentaram resultado melhor do que aqueles que não são.

Destacam-se, além da indústria do fumo, também alimentos, bebidas, celulose e máquinas que dentre todos os segmentos industriais apresentaram queda menor que o índice geral da indústria. Os segmentos ligados ao Agronegócio, portanto, impediram que a queda fosse ainda maior.

Gráfico 57 – Variação acumulada entre jan-set de 2014 em relação ao igual período de 2013 da produção industrial. Sem ajuste sazonal.



Fonte: IBGE

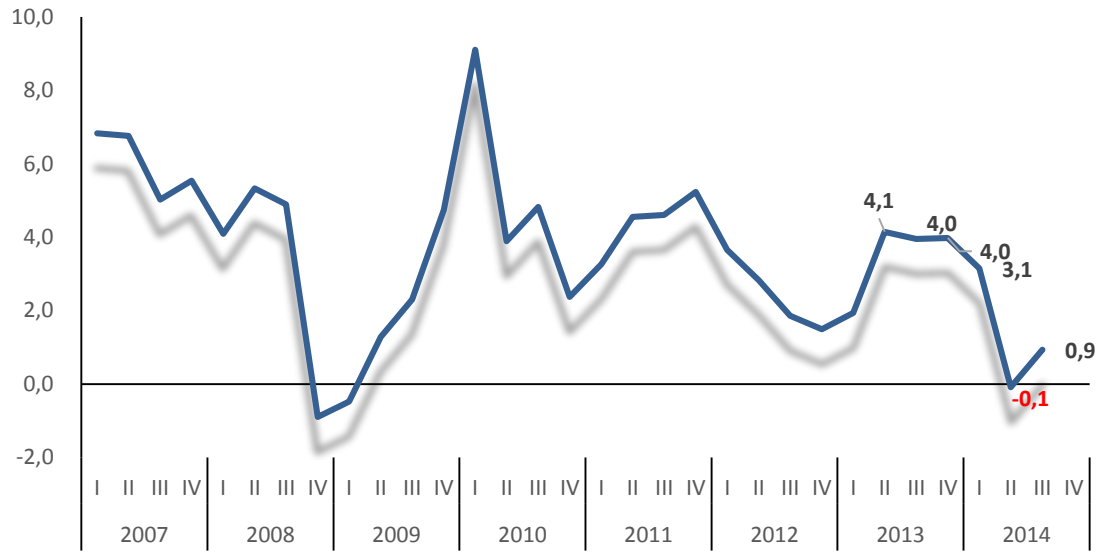
<u>Nossa Projeção para o PIB Industrial é de: -2,52%</u>

2.1.3 PIB dos Serviços

Como visto até aqui o ano de 2014 terá queda no produto agropecuário e industrial, cabendo ao setor de serviços o crescimento necessário para o PIB total não encerre no vermelho.

Entretanto, não será uma tarefa fácil. No primeiro trimestre do ano os serviços aumentaram o PIB em relação ao igual período do ano anterior em 3,1%, trazendo uma perspectiva positiva para o ano. No entanto, já no segundo trimestre do PIB caiu -0,1% e no terceiro trimestre houve crescimento de apenas 0,9%. No quarto e último trimestre esperamos um crescimento de 1% permitindo que o PIB dos Serviços feche o ano com alta de 1,22%.

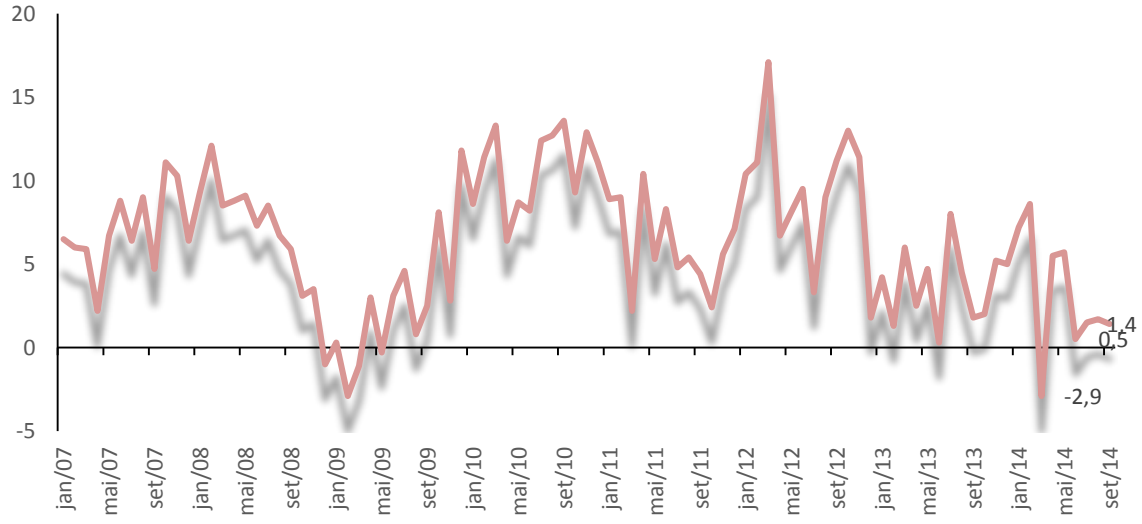
Gráfico 58 – Taxa de Crescimento Trimestral do PIB Serviços no RS em %. (Trimestre contra igual período do ano anterior)



Fonte: FEE. Projeções FARSUL

Ainda que se espere que será o crescimento no setor dos serviços que manterá o PIB do Rio Grande do Sul no terreno positivo, não se pode esperar resultados muito animadores. Observando-se o desempenho do comércio varejista medido pela PMC/IBGE nota-se uma desaceleração importante do crescimento das vendas em 2014, inclusive com este indicador operando no terreno negativo como fora o caso do mês de março.

Gráfico 59 – Variação (%) das vendas do comércio no RS, em relação ao mesmo mês do ano anterior.

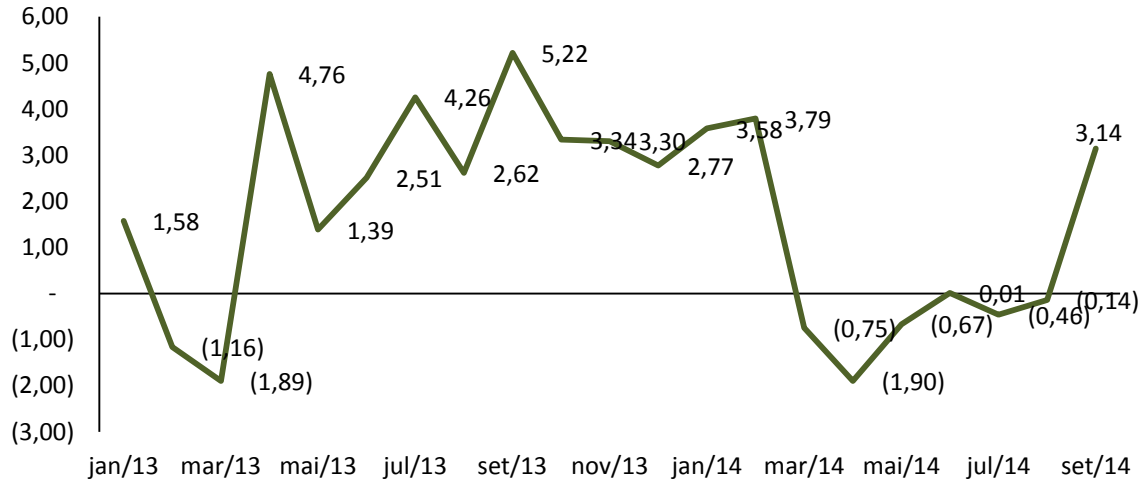


Fonte: IBGE

A média de crescimento das vendas no varejo no primeiro trimestre foi de 4,3%, desacelerando para 3,9% no segundo trimestre e fechando o terceiro trimestres com alta de apenas 1,5%, denotando um claro movimento de desaceleração.

Olhando-se para a receita dos serviços no Rio Grande do Sul deflacionado pelo IGP-DI reforça-se a visão preocupante sobre o setor.

Gráfico 60 – Variação mensal da Receita dos Serviços no RS, em relação ao igual mês do ano anterior, deflacionado pelo IGP-DI



Fonte: IBGE

O primeiro trimestre do ano fechou com alta média de 2,21% na receita dos serviços. No segundo trimestre o indicador foi negativo em 0,85 e voltou a crescer também 0,85% já no terceiro trimestre, puxado pelo crescimento de 3,14% no mês de setembro.

Chama nossa atenção o mau desempenho do setor de serviços nos meses em que se realizou a Copa do Mundo, ou seja, a segunda metade de junho e primeira metade de julho. A expectativa do Governo Federal é que a Copa trouxesse um grande salto em termos de crescimento econômico devido ao movimento no comércio, serviços de alimentação, hospedagem, etc.

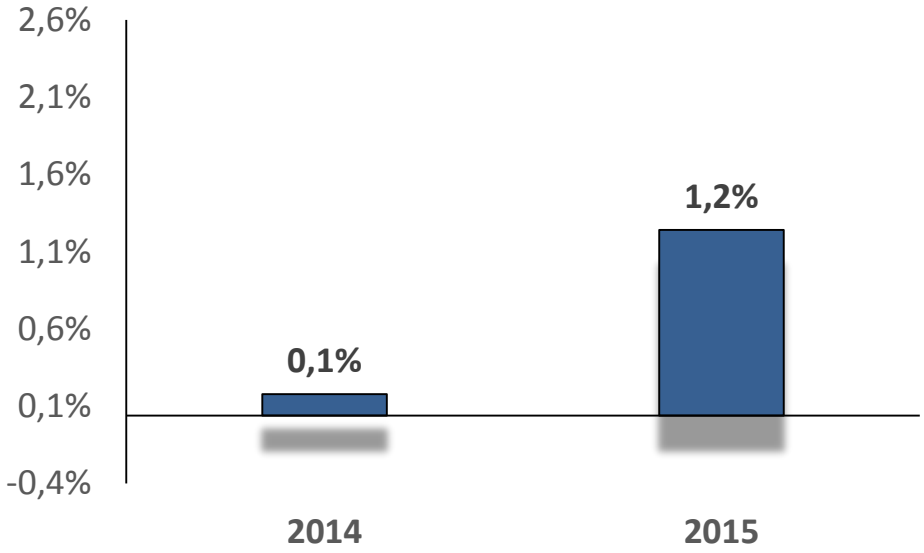
Em diversas ocasiões manifestamos opinião contrária a crença de que um evento dessa natureza pudesse trazer crescimento econômico. Nosso ponto de vista partia do princípio de que embora os bares e hotéis de Porto Alegre tivessem seus faturamentos amplificados o PIB do Rio Grande do Sul não se faz no Bairro Cidade Baixa. As horas úteis de trabalho não trabalhadas durante os jogos do Brasil e dos jogos em Porto Alegre eram muito mais significativas para

a produção agregada do que o movimento nos bares. Não deu outra. Mesmo o PIB de Serviços foi fraco durante a Copa e a Indústria apresentou queda bastante acentuada.

2.1.4 Projeção para o PIB 2014 e Perspectivas para PIB 2015.

O ano de 2014, por todas as razões já expostas, deverá apresentar um crescimento bastante fraco e, inclusive, com risco de fechar no campo negativo. Nosso modelo principal, que avalia o desempenho por trimestre aponta crescimento de 0,1%, entretanto, outro modelo que avalia pelo ano fechado aponta para queda de 0,2%

Gráfico 61 – Projeção da taxa de crescimento do PIB do RS para 2014 e 2015



Fonte: FARSUL

Para 2015 projetamos mais um ano difícil e de crescimento baixo, ainda que melhor do que 2014. Os ajustes necessários na economia brasileira contaminarão o ambiente macroeconômico, mas são ajustes necessários para o bom andamento da economia no médio e longo prazos. Estes ajustes, compostos de alta taxa de juros, enxugamento do crédito, redução importante nos investimentos e dos gastos do governo, darão um tom negativo.

O tom positivo será dado, em primeiro lugar, pela recuperação da Agropecuária que deverá apresentar um crescimento significativo no ano de

2015. No embalo da Agropecuária esperamos que a indústria esboce uma recuperação, ainda que conjuntural. Devido à queda percentualmente ser significativa no setor industrial em 2014 o crescimento torna-se quase que espontâneo em 2015, pelo efeito estatístico da recuperação. Ainda assim, com uma taxa de câmbio mais apreciada setores industriais devem melhorar seu desempenho no comércio doméstico e internacional. Outro fator chave para indústria gaúcha são as eleições argentinas que, conforme for o resultado, o empresário poderá aumentar o ritmo da produção quarto trimestres visando melhorias na economia argentina e no grau de abertura e cumprimento de contratos com o Brasil. Porém, mudanças na Argentina devem refletir na economia no médio prazo, já que as taxas de crescimento para 2015 e 2016 são, respectivamente, -1,7% e -1,5%. Se as pesquisas mostrarem uma vitória do grupo opositor ao atual governo com folga é possível que a confiança do empresário que tem no mercado argentino um destino importante aumente e a melhora na disposição de investir ocorra antes.

2.1.5 ESPECIAL: O que temos que aprender com a história recente da nossa economia

Esta Assessoria Econômica tinha uma perspectiva de crescimento para a economia gaúcha em 2014 de 1,9%, baseado nas razões descritas em nosso relatório divulgado no final do ano passado. Na época tínhamos a opinião menos otimista em relação ao crescimento deste ano e, devido a piora ainda maior do quadro que era possível ser vislumbrado naquele momento, o que era ruim atualmente seria ótimo se fosse atingindo. Dentre as previsões mais otimistas estava a do Governador anunciada de viva voz onde indicava um crescimento entre 4,5% e 5% para este ano conforme entrevista a um jornal[4] de circulação estadual. Na mesma entrevista fez duras críticas as projeções das entidades empresariais que eram vistas por ele como pessimistas.

O otimismo do governo se justificava pela crença de que seu “projeto de indução do crescimento levava nossa economia a crescer três vezes mais do

[4] http://jcrs.uol.com.br/site/perspectivas.php?codn=143062

que o Brasil”[5] conforme dito na Expodireto 2014, oportunidade que inovou como o primeiro governador a adiantar o resultado do ano de 2013 do PIB RS medido pela FEE, entidade absolutamente técnica, isenta e que dispõe de nossa total confiança. Deve continuar blindada de qualquer tentativa de interferência. Alguns dias depois a FEE anunciou número diferente daquele que o governador tinha anunciado, o que gerou grande constrangimento e repercussão[6].

Quem acompanha as nossas previsões – extensivamente as demais federações empresariais – sabe que nossos critérios de análise são absolutamente técnicos, sendo utilizando para tanto os melhores métodos de previsão disponíveis pela Ciência Econômica. Não é por acaso, por exemplo, que passamos esse ano a ser uma das 89 instituições brasileiras e estrangeiras que participam do Relatório Focus do Banco Central, relatório este que informa as previsões do mercado para diversos indicadores da economia brasileira.

Nosso “pessimismo” para este ano baseava-se nos mesmos critérios técnicos que previram um crescimento para 2013 de **6,3%** conforme publicado em nosso Relatório 2013 e Perspectivas para 2014 quando a economia gaúcha cresceu de fato **6,3%** conforme verificado pela FEE. É bom que se diga que o último PIB divulgado no Estado – que é o do ano passado – acertamos em cheio e fizemos projeções otimistas e pessimistas dentro do mesmo governo, pois não fazemos avaliação de governo, mas, sim, de economia.

O fato é que os governos são importantes para o crescimento e desenvolvimento econômico, sobretudo quando reforçam instituições econômicas que são pró-crescimento. Entretanto, o protagonista de uma economia não é o governo e sim a sociedade. Quem gera riquezas é a sociedade enquanto o governo captura parte dessa riqueza e devolve a sociedade em forma de serviços públicos que podem colaborar ou não para o crescimento econômico.

A implementação de aumentos de salário mínimo regional completamente desconectados da realidade das empresas não é “política de desenvolvimento”, muito antes pelo contrário! O resultado dessas políticas é o enfraquecimento da

[5] http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/03/tarso-diz-que-crescimento-do-pib-do-rs-sera-3-vezes-maior-que-do-brasil.html
[6] http://wp.clicrbs.com.br/cenariopolitico/pib-piratini-minimiza-erro-e-exalta-maior-crescimento-do-pais/?topo=52,1,1,,171,e171

competitividade e consequente redução dos níveis de atividade, exatamente o que está ocorrendo nesse momento em nossa economia. Se aumentar salário mínimo regional fosse um bom plano de desenvolvimento, então o PIB desse ano deveria ser alto, uma vez que o aumento passado foi de 12,7%. Mas a realidade é outra e nosso PIB deve ser muito próximo de zero.

O uso desmedido dos recursos do SIAC (Caixa Único) e dos depósitos judiciais não são instrumentos de crescimento econômico e a prova está aí: a economia não cresceu, o que cresceu foi o endividamento e não sabemos como o próximo governador administrará a folha de pagamentos.

Devemos aprender, também, que o otimismo é importante, mas o realismo é ainda mais. Devemos prospectar cenários corretos dentro do conjunto de informações que se dispõe de forma a contribuir com os empresários à medida que se colocam luzes sobre o caminho que suas empresas irão percorrer. Os trabalhadores, ao conhecerem melhor os cenários, podem tomar decisões quanto ao consumo, troca de emprego, mobilidade, etc. Os governos podem tomar diversas decisões adequadas ao cenário que se descortina. Um exemplo disso é a Lei Orçamentária. Em um estado cujo governo enfrenta seríssimas limitações orçamentárias, enviar à Assembleia e à STN um orçamento com uma receita desconectada dos cenários econômicos projetados significa, por exemplo, obrigar o Executivo a passar verbas aos demais Poderes acima do percentual estipulado em lei, obrigado ao Executivo a economia – já impossível – para compensar os repasses feitos a partir de bases equivocadas.

2.1.6 Finanças Públicas Estaduais

O quadro das finanças públicas do Estado é muito grave. O atual governo entregará as contas públicas tendo utilizado todo os recursos disponível no SIAC (Caixa Único) e tendo sacado o limite máximo dos depósitos judiciais. As despesas devem aumentar fortemente, já que os aumentos concedidos ao funcionalismo começaram em novembro de 2014 e se estendem até 2019. O orçamento enviado à Assembleia estima um aumento de receita – que não ocorrerá – de 12%, o que aumenta o repasse para os demais Poderes e exige do Executivo esforço de si e pelos demais Poderes.

Esta Assessoria Econômica junto as Assessorias das demais federações empresariais elaboraram um denso e completo “raio x” das finanças públicas do governo gaúcho por encomenda da Agenda 2020 e todas as nossas opiniões estão contempladas neste estudo[7]. Ressalte-se que nossa pesquisa se inicia no governo de Júlio de Castilhos, ainda no século XIX, o primeiro presidente do Estado do Rio Grande do Sul e primeiro mandatário do Estado no período republicano. Nele é possível entender como se formou a dívida, como se renegociou, porque chegou a esse ponto e quais as perspectivas até 2020 das finanças do Estado.

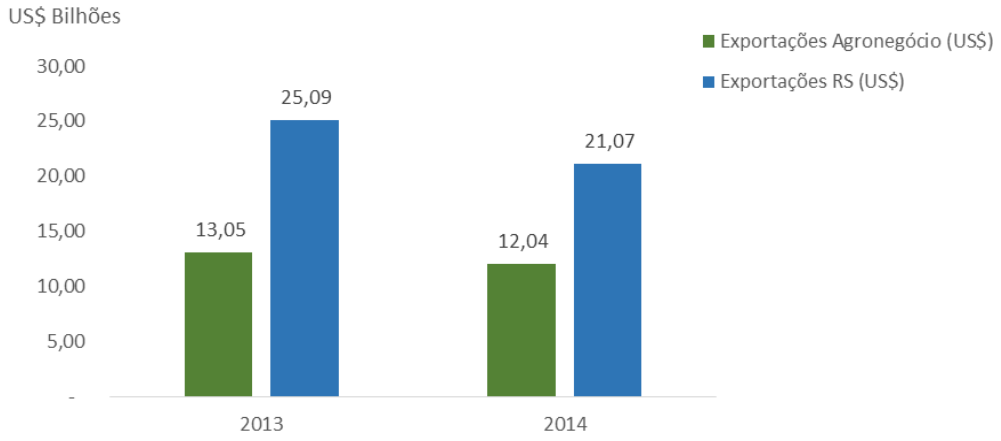
2.1.7 Comércio Internacional do Agronegócio

2.1.7.1 Comparações das exportações do Agronegócio gaúcho entre os anos de 2014 e 2013.

No ano de 2013, as exportações do agronegócio gaúcho chegaram ao montante de US$ 13,045 bilhões. Para o ano de 2014, projetamos que este valor chegará a US$ 12,035 bilhões, uma queda de 7,74% (US$ 1,010 bilhões). Podemos observar que este cenário de queda das exportações é ainda pior nos outros setores, uma vez que o total exportado pelo RS deverá cair 16%, atingindo cerca de US$ 21,072 bilhões, conforme Gráfico 62, a seguir. Neste cenário, onde as exportações serão reduzidas em mais de US$ 4 Bilhões, a participação do agronegócio no total exportado pelo Estado deverá crescer de 52% para 57%.

[7] Disponível em: http://www.polo-rs.com.br/wp-content/uploads/2014/10/GEST%C3%83O-P%C3%9ABLICA-Agenda-2020.pdf

Gráfico 62 – Exportações do Agronegócio do RS com relação ao total exportado no Estado nos anos de 2013 e 2014. Em R$ Bilhões



Fonte: Agrostat e MDIC. FARSUL – Projeção Novembro e Dezembro

2.1.7.2 Exportações do Agronegócio gaúcho no período acumulado de janeiro até outubro (2013 – 2014)

O Rio Grande do Sul até outubro de 2014 exportou cerca de US$ 10,75 bilhões em mercadorias provenientes do agronegócio, uma queda de 8,06% na comparação com o acumulado até outubro de 2013. O grupo Complexo Soja, que representa a maior parte do total exportado (47,60%), teve uma contração no valor e no volume exportados de respectivamente 5,12% e 2,87%, e observou, no período, o seu preço praticado ser reduzido em 2,32%.

Destaca-se o resultado negativo das exportações do grupo Cereais, com queda de 38,31%, sendo o Trigo o principal responsável com uma diminuição de 97% no volume e no valor exportado, além de um recuo de 4,05% no seu preço. Ainda observa-se que houve queda de 3,80% no grupo Milho e crescimento de 3,47% no grupo Arroz.

O grupo Carnes apresentou uma queda de 1,95%, observa-se que esta queda foi puxada pelas carnes de frango e suína, que apresentaram resultados negativos de respectivamente 2,72% e 10,26%. Já a carne bovina, item do grupo carnes que apresentou desempenho positivo, teve um crescimento de 9,56%.

O grupo Lácteos foi o que mais cresceu (3.344%), puxado pelo leite em pó que aumentou de US$ 146 mil durante o período em 2013 para US$ 15 milhões neste ano

2.1.7.3 Principais parceiros comerciais do RS no período acumulado entre Janeiro e Outubro de 2013 e 2014.

Sobre os parceiros comerciais do Agronegócio do RS o primeiro ponto a se observar é a importância da China para o RS, destino de 38,58% das exportações do agronegócio. A China entre janeiro a outubro de 2014 na comparação com igual período de 2013 apresentou queda de 2,23%. Já a União Europeia, que aparece como o segundo maior destino das exportações do agronegócio gaúcho, com 16,05% do total teve queda de 14,32%. O terceiro maior destino, os Estados Unidos, cuja participação é de 4,18% no total exportado teve uma redução de 18,99% nas suas importações do agronegócio gaúcho, enquanto o Mercosul, quarto destino de nossas exportações, com participação de apenas 3,49%, teve um aumento nas compras do agronegócio gaúcho de 7,57%.

Destaca-se, ainda, o saldo da balança comercial dos principais parceiros comerciais do RS. O saldo do comércio com a China foi de US$ 4,11 bilhões até outubro de 2014, uma queda de 2,18% em relação ao mesmo período de 2013. A União Europeia e os Estados Unidos também resultaram em saldos positivos para o agronegócio gaúcho de, respectivamente, US$ 1,63 bilhões e US$ 406 milhões, ainda que estes saldos tenham diminuído em, respectivamente, 14,45% e 13,72% no comparativo com o mesmo período de 2013. O Mercosul é o único dos grandes parceiros comerciais do Estado que apresenta um saldo negativo para o RS, com déficit de US$ 55 milhões, déficit 63,25% menor do que o observado no mesmo período de 2013.

Gráfico 63 – Destino das exportações do agronegócio do RS (%).

Fonte: Agrostat e MDIC.

Sugerimos que acompanhem o relatório mensal sobre as exportações e importações do agronegócio gaúcho onde são analisados as exportações e importações dos principais produtos do agronegócio gaúcho, o desempenho da balança comercial do setor e os principais parceiros internacionais do RS.

2.2 Economia Brasileira

A economia brasileira enfrenta um dos seus piores momentos desde o momento da estabilização, trazida pelo Plano Real. Com incentivos equivocados e uso indevido de instrumentos monetários e fiscais, a economia brasileira sucumbe a sua ineficiência consequente da espera por reformas estruturantes, como a tributária, trabalhista, educacional e da burocracia, além da ausência de políticas horizontais que beneficiem todos os setores igualmente e permita que os mais competitivos cresçam, como infraestrutura, por exemplo, ao invés de escolher quais os setores que triunfarão através de incentivos fiscais e de crédito.

Pior do que estar ruim é não saber o porquê. Não é o caso. A equipe econômica sabe muito bem o porquê. Sabem que seu conjunto de políticas heterodoxas, que nunca funcionaram em lugar nenhum do mundo, para surpresa geral, não funcionaram aqui também. O problema não é saber, mas, sim, admitir. Temos percorrido outro caminho, o mais fácil, que é culpar outrem. Debite-se o problema na conta da crise internacional, afinal de contas, culpar os países ricos pelo nosso próprio fracasso é um traço de nossa cultura latino-americana, desta forma, sempre funciona.

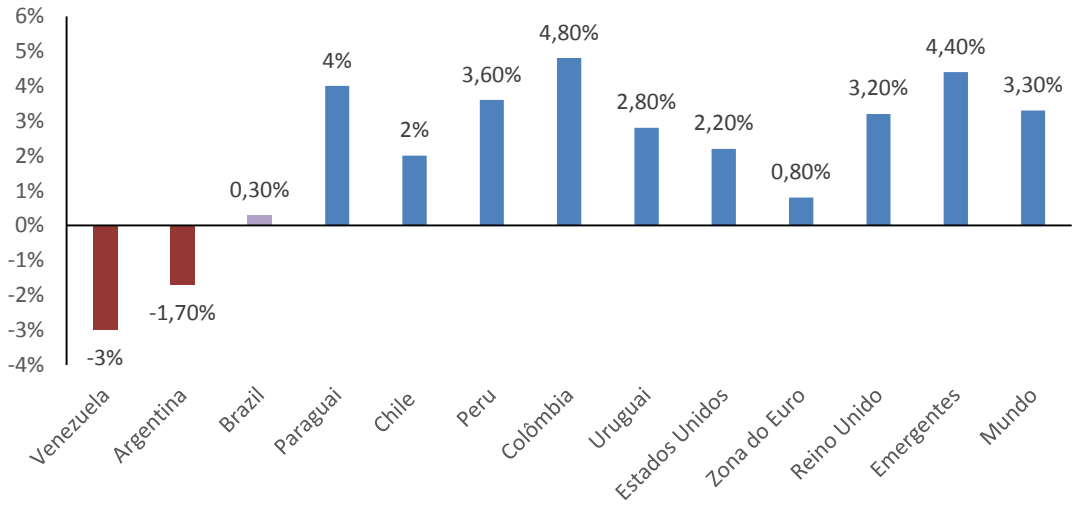
E assim nossa equipe econômica tem feito de maneira sistemática, já que admitir que os discursos e artigos de uma vida inteira estão errados tem um custo muito elevado. Não por acaso a equipe se despede de forma melancólica, sem nenhuma confiança, sem credibilidade e sem sequer ter acertado uma projeção.

O discurso de que o problema está lá fora não é apenas um subterfúgio para esconder um fracasso, mas acharmos que o problema é exógeno terminamos perdendo a noção do caminho que estamos seguindo, o que a nosso juízo parece muito pior. Em nome dessa crise, descontrolamos a inflação,

desequilibramos o orçamento e até mesmo o superávit primário abandonamos, medida essa que vai nos custar muito caro.

No gráfico a seguir apresentamos as taxas de crescimento do PIB esperadas para diversos países. Escolhemos os vizinhos, para que possamos ver se a "crise externa" afeta de forma geográfica, a média dos países emergentes como o Brasil, para identificarmos se o problema afeta uma faixa econômica e os países ricos, inclusive Estados Unidos e a Zona do Euro, onde se estabelece o epicentro da crise.

Gráfico 64 – Taxa de crescimento do PIB esperada para 2014. Brasil em comparação com vizinho, emergentes e ricos.



Fonte: FMI

Note-se que o Brasil irá crescer, de acordo com as previsões do FMI – que por sinal, estão mais otimistas que as nossas – apenas 0,3%. O mundo deverá crescer 3%, ou seja, se crescermos apenas um décimo do crescimento mundial, talvez devemos desconfiar da hipótese de que é a crise mundial que está nos causando baixo crescimento.

Quando olhamos para os nossos vizinhos cujas economias são orientadas para o mercado, vemos que Paraguai, Chile, Peru, Colômbia e Uruguai vão crescer a taxas bem maiores que a do Brasil. Tomados os emergentes em comparação, ou seja, países com características semelhantes as nossas, a diferença é muito grande, já eu estes, em média, crescerão 4,4%. Poderiam crescer mais, não fosse o Brasil puxar o desempenho para baixo.

Adentramos no epicentro da "crise mundial". Tomamos os Estados Unidos e o crescimento será 2,2%. Pegamos a deprimida Zona do Euro e o crescimento

será 0,8%, bem acima do Brasil. Ou ainda, o Brasil crescerá menos que a Zona do Euro. A hipótese de crise mundial de fato não se sustenta.

O Brasil cresce pouco porque as escolhas tomadas levam para essa consequência. A equipe econômica ao apresentar para o mercado um comportamento errático, afugenta investimentos que, sem eles, o crescimento se torna difícil. Quando flerta com medidas econômicas "bolivarianas", quando abandona a austeridade, quando retira o mérito dos mais competitivos, quando usa recursos que poderiam ser aplicados em políticas horizontais e verticaliza o tesouro para incentivar setores de acordo com critérios alheios ao mérito que o mercado sinaliza, o crescimento mingua e a piora nos indicadores aflora.

Vejamos, por fim, as taxas de crescimento da Venezuela e Argentina, países que estão piores que o Brasil. Por coincidência ou não, quando mais aprofundado o modelo de desenvolvimento que o Brasil persegue, piores são os resultados. A impressão que os dados deixam é que se trata de uma trajetória, que quando mais profundo o modelo de desenvolvimento com o Estado no papel de protagonista, pior é o resultado.

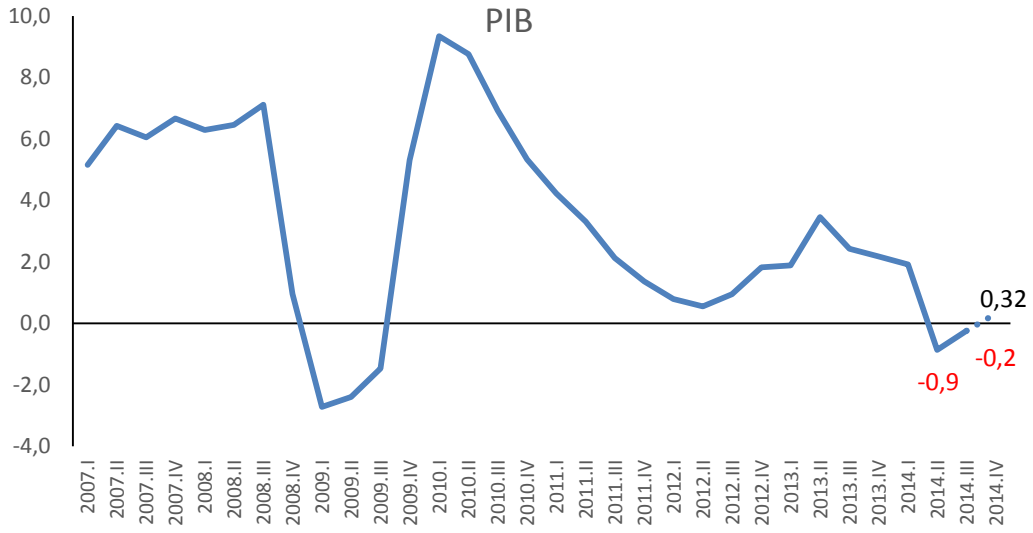
Gráfico 65 – Taxa de crescimento do PIB esperada para 2015. Brasil em comparação com vizinhos, emergentes e ricos.

Fonte: Focus BCB – Brasil. FMI para demais países

2.2.2 PIB 2014 e Perspectivas para 2015

Para 2015 a expectativa é que a “crise mundial” continue prejudicando o Brasil de forma mais intensa do que a própria Zona do Euro e os Estados Unidos, que devem crescer, respectivamente, 1,3% e 3,1%. O Brasil, por outro lado, deverá crescer apenas 0,8% de acordo com a expectativa média do mercado e somente estarão pior a Argentina e a Venezuela, que enfrentarão mais um ano de encolhimento.

Gráfico 66 – Taxa de crescimento (%) do PIB trimestral, em relação ao igual período do ano anterior, do Brasil.



Fonte: IBGE – IV Trimestre 2014 Projeção FARSUL

O PIB Brasil medido pela variação trimestral, quando comparada a variação com igual trimestre do ano anterior, o Brasil teve um primeiro trimestre de crescimento, chegando a 1,9%, mas logo no segundo trimestre cedeu para o campo negativo, fechando em -0,9% o segundo trimestre. No terceiro trimestre a economia teve um novo recuo de -0,2% em relação ao ano anterior, no entanto, com o crescimento de 0,1% em relação ao segundo trimestre pelo menos nos saímos da recessão.

O baixo crescimento trimestral é consequência do mau desempenho setorial e do esgotamento do processo de indução ao consumo das famílias através de redução pontual de impostos e aumento do endividamento. Ressalta-

se, também, o recuo nos investimentos, resultado da baixa confiança dos empresários com o futuro de nossa economia.

Como pode ser visto no gráfico a seguir houve uma piora significativa em todos os setores a partir do segundo trimestre, onde agropecuária e serviços tiveram crescimentos de zero e próximo de zero, respectivamente e a indústria decresceu, obtendo resultados negativos, derrubando PIB total.

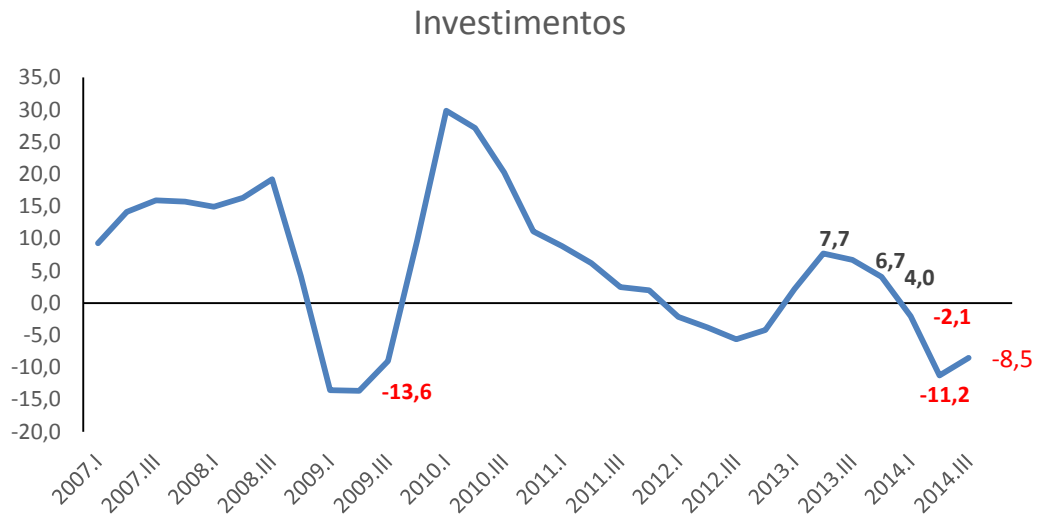
Deve ser observado com atenção o resultado do setor de serviços, que representa quase dois terços do PIB. Este setor teve taxa de crescimento menor do que tivera durante a crise eclodida a partir da bolha imobiliária americana, em 2009.

Gráfico 67 – Desempenho trimestral (%) (contra igual período do ano anterior) dos setores da economia brasileira

Fonte: IBGE

O investimento, fator de muita importância para o crescimento econômico, está em processo de piora há quatro trimestres consecutivos, sendo que o terceiro e quarto trimestres de 2013 foram de desaceleração e os três trimestres de 2014 já divulgados foram negativos.

Gráfico 68 – Taxa trimestral (%) de Investimentos (em relação ao igual período do ano anterior) no Brasil



Fonte: IBGE

O desempenho fraco deste indicador denota a baixa confiança dos empresários nos rumos da nossa economia. A situação tomou um contorno de gravidade expressivo ao ponto da queda ser semelhante a aquela vivenciada com a crise da bolha imobiliária americana, com uma significativa diferença: em 2009 o problema era nos EUA e os reflexos da crise (marolinhas, conforme definição do presidente da República da época) impactaram nossa economia em parte pela economia real, em outra parte pelos efeitos financeiros que logo voltaram a normalidade. Agora o problema está em nossa economia, nos fundamentos brasileiros. Retomar essa confiança é um processo que depende da confiança na equipe econômica, na austeridade na condução das finanças públicas, no cumprimento das sinalizações e, sobretudo, na perseguição de uma agenda voltada para a competitividade do produto brasileiro. Na média dos últimos quatro trimestres os Investimentos representaram 17% do PIB, enquanto o ideal é que os Investimentos superassem 25% do PIB, entretanto, para que isso se torne possível os investimentos precisam saltar 41%, dos atuais R$ 879 Bilhões para R$ 1,241 Trilhão.

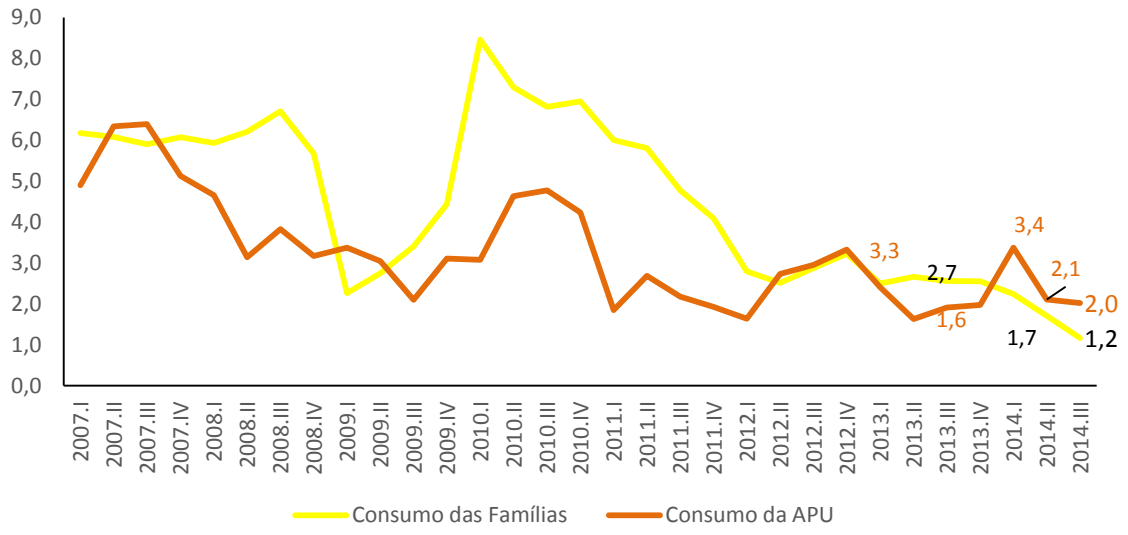
Fazer com que o valor em investimentos dê um salto dessa magnitude confiança é fundamental. Além de confiança é necessário que o Estado brasileiro se abra para a iniciativa privada, permitindo que obras de infraestrutura sejam realizados e explorados por empresas. Além do mais as reformas tributária e trabalhista devem ser prioridade da agenda política.

Já que nossa economia não atrai investimentos, então o governo federal, como medida anticíclica, aumentou o consumo do governo no pós-crise de 2009 e incentivou o consumo das famílias, fazendo com que a economia crescesse a partir desses vetores. Atingindo o pico máximo de crescimento no primeiro trimestre de 2010, o consumo das famílias chegou a crescer 8,5%, mas desde então o crescimento acumulado no ano do consumo das famílias cresce a taxas decrescentes e no segundo trimestre deste ano acumula apenas 1,7%

O consumo do governo, por sua vez, aumentou no pós-crise de 2009 mas ainda que tenha diminuído o ritmo em comparação com o pico do terceiro trimestre de 2010, quando acumulou crescimento de 4,8%, ainda acumula crescimentos significativos, sendo que desde o primeiro trimestre de 2014 acumula crescimento maior que o consumo das famílias, na tentativa de reaquecer o consumo.

Quando o governo opta por esta via de crescimento não deve surpreender que seja tão difícil conter a inflação.

Gráfico 69 – Taxa de crescimento acumulado no ano (%) do consumo das famílias e da Administração Pública no Brasil



Fonte: IBGE

É necessário que ocorram mudanças importantes na condução da política econômica brasileira em 2015 e 2016, pelo menos. Se elas de fato ocorrerão ou não, não sabemos. Depende da nova equipe econômica e sua disposição de enfrentar a amarga agenda de mudanças, que passa por, no mínimo:

- Equilíbrio fiscal (redução dos gastos públicos);
- Redução no nível de investimentos públicos;
- Aumento ainda maior da taxa de juros;
- Controle obsessivo da inflação;
- Retirada de incentivos fiscais para os setores eleitos;
- Maior abertura econômica para empresas estrangeiras que realizam grandes obras;
- Concessão de obras e exploração de resultados para iniciativa privada em projetos de infraestrutura e mobilidade urbana.

A primeira impressão no período pós-eleitoral não foi no sentido das mudanças necessárias, muito pelo contrário. Reeleita a presidente logo tratou de mudar a lei orçamentária de forma a não somente não cumprir o superávit primário - necessário para pagar as dívidas que o Brasil espontaneamente contraiu principalmente com a sociedade brasileira – como também fechar o ano com um déficit de R$ 20 Bilhões. Não tínhamos déficits orçamentários desde a estabilização econômica ocorrida há 20 anos.

Pressupondo que o governo alocará seus maiores esforços a partir da nova equipe econômica e pressupondo que esta seja composta por pessoas que não estavam no governo e sequer possuem afinidade com o modelo de desenvolvimento da presidente e de seus antigos auxiliares, podemos esperar as taxas de crescimento abaixo e uma recuperação mais sólida do crescimento já em 2016.

Nossa projeção para o PIB 2014: 0,26%
Nossa Projeção para o PIB 2015: 0,80%

Do contrário, o desempenho econômico da Venezuela e da Argentina, ilustrados nos gráficos anteriores, nos mostram os próximos capítulos de nossa economia.

2.2.2. Perspectivas para Taxa de Juros

A Taxa Selic deve aumentar ao longo de 2015. A razão para expectativa está na sinalização do período pós-eleitoral, já que imediatamente após o pleito

o Copom aumentou a taxa de juros. Não havia nenhuma razão para fazê-lo caso não houvesse o entendimento da necessidade de subir os juros para conter o processo inflacionário. O aumento da taxa de juros dos EUA deve contribuir para que o aumento no Brasil seja maior.

Com a expectativa de alta no câmbio e com a tendência do crédito se manter alto, devido à baixa taxa de inadimplência, acreditamos que o que foi iniciado no final deste ano é um ciclo de expansão da Selic cujo topo deverá ser de 12,5%.

Projeção Taxa Selic: 12,5%

2.2.3. Perspectivas para Inflação

É incrível que apesar das dezenas de frustradas tentativas de combate a inflação empreendidas pelo Brasil ao longo das décadas de 70, 80 e metade de 90, não tenhamos aprendido o suficiente. Ainda acreditamos em políticas anti-inflacionárias que tratam o fenômeno como casuístico, com culpados seja na ponta ofertante como também na demandante, com um produto da vez, etc. É mais incrível que o Plano Real, um plano simples, ortodoxo, resultado de um conhecimento muito antigo sobre a inflação, mas que resolveu o problema, tampouco seja considerado quando fala-se e age-se para combater a inflação. Causa espanto nesse país como podem aqueles que ao longo de suas vidas pregaram tantas coisas sobre inflação que o tempo exaustivamente mostrou que estavam errados, ainda gozarem de espaços generosos para exporem seus erros grosseiros sobre inflação. Como podem alguns deles, ainda ocuparem cargos tão importantes na equipe econômica? Como podem outros tantos ainda serem uma espécie de “conselheiro” do governo?

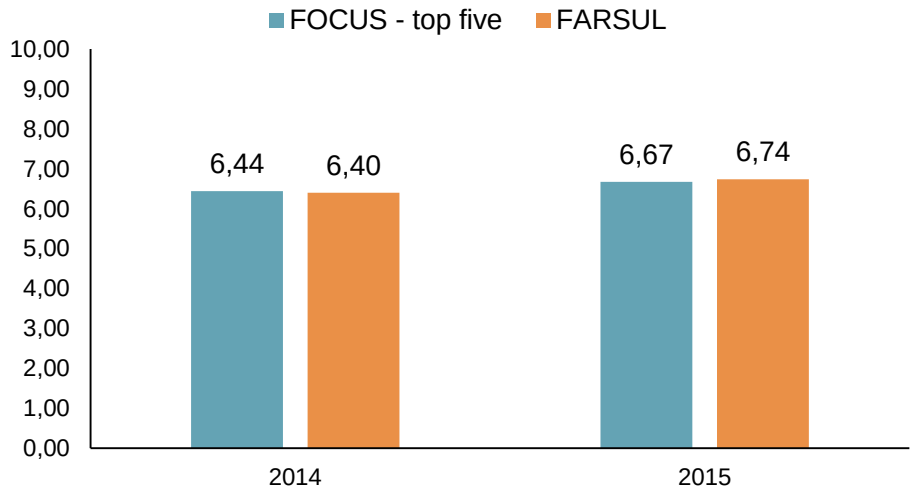
Como se sabe há séculos e o Plano Real mostrou-nos passo-a-passo no Brasil a inflação é um fenômeno monetário e é através dos instrumentos de Política Monetária é que a inflação pode ser resolvida, além de medidas equilibrantes nas políticas fiscal, de crédito, de câmbio e de tesouraria que podem – no caso do Brasil devem - dependendo do caso, acompanhar as diretrizes monetárias. O Brasil de 2014 não cresce, está altamente endividado e com a inflação elevada e nada disso é por acaso ou pela “crise internacional” que a equipe econômica vê e a ela tudo atribui. Vivemos o resultado de um

conjunto de medidas que foram tomadas e as consequências são essas que estão aí. Como dizia Ayn Rand: “Você pode ignorar a realidade, mas não as consequências da realidade.”.

A inflação consiste no aumento generalizado dos preços, que corrói o poder de compra dos trabalhadores, reduz o nível de investimentos, reduzindo o crescimento. Dentre os indicadores que medem a inflação no Brasil, o oficial é o Índice de Preços ao Consumidos Amplo (IPCA), medido pelo IBGE.

O IPCA acumulado do ano de 2014 até o mês de outubro, de acordo com o IBGE, foi de 5,05%. O último Boletim Focus, que é divulgado semanalmente pela Bacen, é estimado em 6,44% no acumulado de 2014. A FARSUL colabora com a formação da expectativa deste dado, e nossos cálculos apontam para um IPCA de 6,40% até o final deste ano. Para 2015, o Banco Central projeta que o índice irá ultrapassar a meta, chegando a 6,67%. A FARSUL também acredita que o ano de 2015 apresente uma inflação acima da meta, atingindo 6,74%, conforme pode ser analisado no gráfico abaixo.

Gráfico 70 – Comparativos das estimativas do Banco Central e da FARSUL para o IPCA em 2014 e 2015

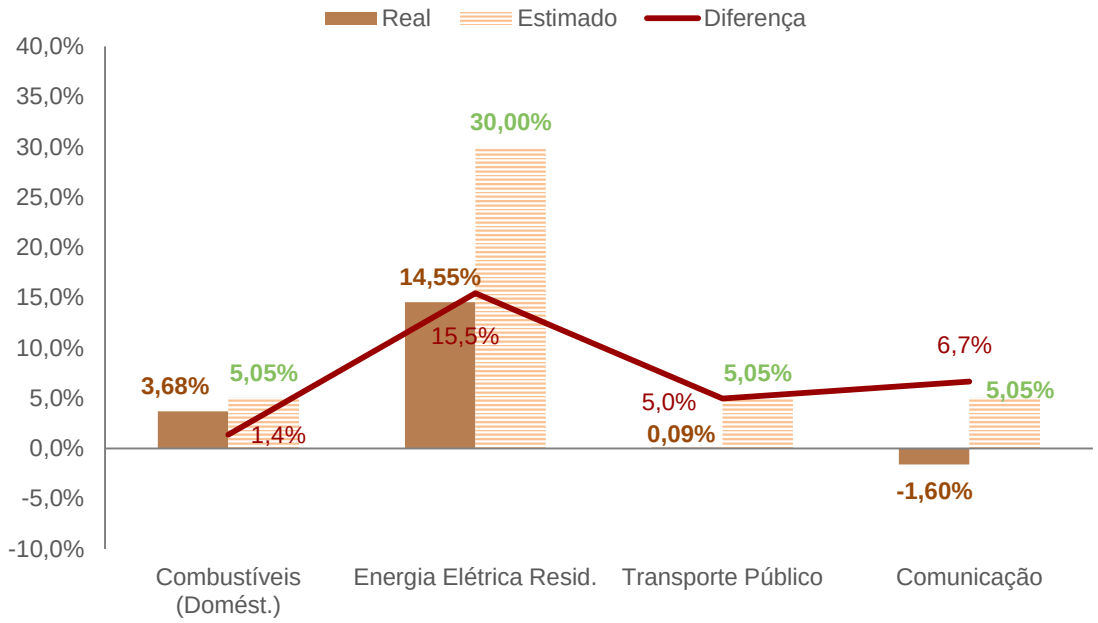


Fonte: Banco Central

A seguir, serão explicados os motivos pelos quais a FARSUL acredita que o IPCA de 2015 será alto, provavelmente ultrapassado a meta estabelecida pelo COPOM. Uma das principais razões que nos levam acreditar num IPCA de 6,74% em 2015 são os preços administrados. Estes preços são determinados pelo governo ou agências reguladoras e chegam a representar cerca de 20% do

cálculo do IPCA. Portanto, um represamento no aumento destes preços acaba evitando o real crescimento que a inflação deveria apresentar dadas as situações de mercado. A variação real dos preços administrados no ano de 2014 foi de 4,23%, quando, na verdade, deveria ter variado 8,29%. Ou seja, os preços administrados cresceram 4,06% menos que deveriam caso não tivessem sido represados, este aumento representa 0,83% do total do IPCA. O que significa que, caso os preços administrados não tivessem sido contidos o IPCA estaria 0,83% superior. O gráfico a seguir permite visualizar qual foi o aumento real dos preços dos produtos que são administrados e quanto que estes deveriam ter aumentado neste ano, dado o IPCA de 5,05%.

Gráfico 71 – Aumento real e estimado dos preços administrados em 2014.



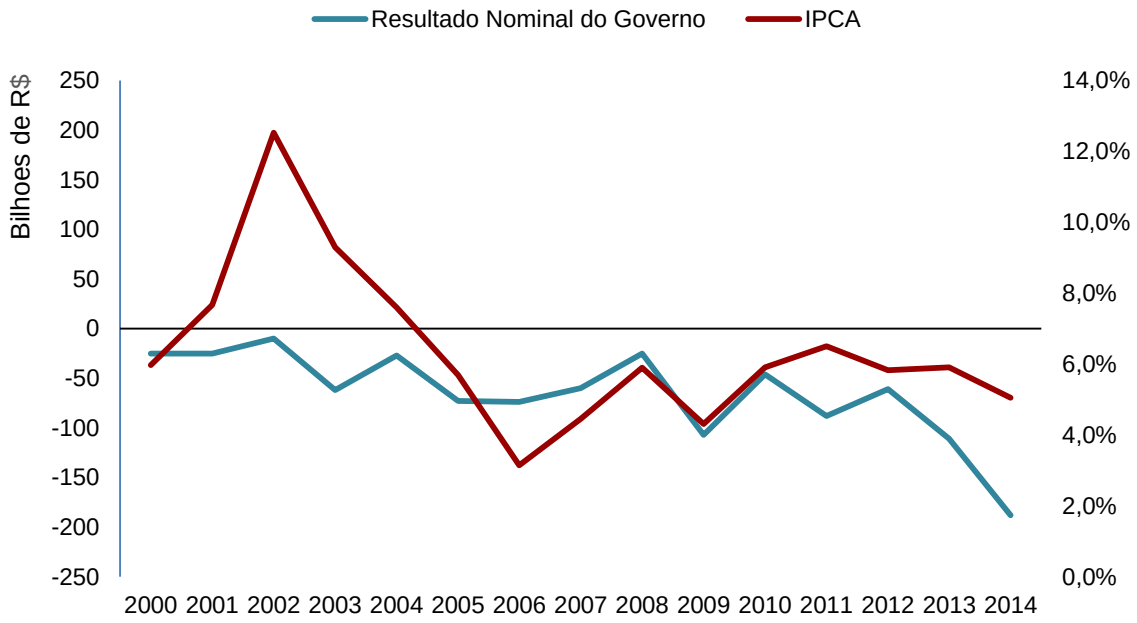
Fonte: IBGE e FARSUL

Dessa forma acreditamos que no ano de 2015 a pressão destes preços por aumento acabe pressionando a inflação para cima da meta, não sendo mais possível para o governo mantê-lo nos patamares atuais. Nota-se que consideramos que todos os setores deveriam ter crescido o mesmo percentual que o IPCA, exceto o setor de energia elétrica que deveria ter crescimento de 30%, visto que é um setor onde os preços vêm sendo represados há mais tempo.

Outro dos motivos que atribuímos a expectativa de aumento de IPCA em 2015 é o resultado nominal das contas do governo. O resultado nominal consiste

na diferença entre as receitas e despesas do governo. Quando as despesas excedem as receitas o resultado nominal é deficitário e para financiar este déficit o governo pode adotar duas medidas: ou aumenta a arrecadação, através do aumento dos impostos ou redução de gastos. O aumento da tributação como meio de reduzir o déficit gera inflação porque torna o custo de produção maior, que é repassado para o preço dos produtos. O aumento da base monetária pode gerar processo inflacionário porque o volume de dinheiro em circulação supera a oferta de bens e serviços, com mais dinheiro em circulação há um aumento dos preços. A situação fiscal do Brasil, como pode ser visto na seção de finanças públicas deste relatório, é de constantes déficits nominais. O aumento do déficit nominal de 2014 frente 2013 foi cerca de 50%, o IPCA cresceu neste ano (até outubro) 15,3%, a correlação destas duas variáveis é de 48%, como pode ser melhor visualizada no gráfico a seguir.

Gráfico 72 – Comparação entre o resultado nominal do governo e o IPCA



Fontes: Banco Central e IBGE

É aceitável que um país se endivide com o objetivo de realizar investimentos buscando gerar crescimento econômico para a nação. Entretanto, é essencial que estes investimentos sejam realizados de maneira transparente para os contribuintes e para o mercado em geral, informando o grau de investimento que será realizado e o retorno que este irá trazer para a economia.

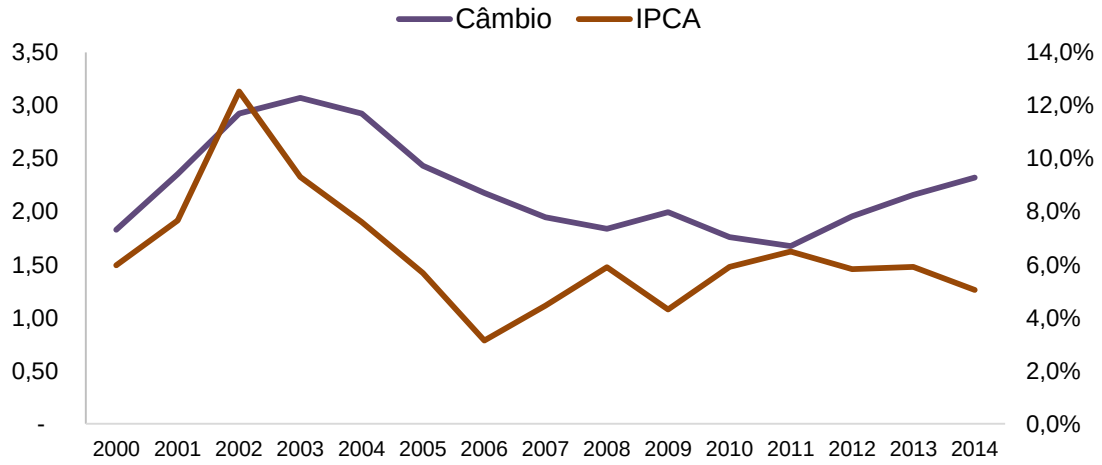
Jamais, em nenhuma hipótese, é aceitável o endividamento para cobrir despesas de custeio. É o caso atual do Brasil.

Outro fator que entendemos como causador do aumento dos preços no Brasil são as condições de infraestrutura que o país apresenta. O fato de competirmos em piores condições em relação aos nossos concorrentes externos torna o custo de produção mais elevado no Brasil. Dependendo da elasticidade e dos preços reservas de produtores e consumidores, uma parte desse custo migra são repassados para os preços, repercutindo no processo inflacionário.

Outro caso comum é a desistência da produção em razão dos elevados custos, gerando uma insuficiência oferta, refletindo mais uma vez em aumento de preços.

A desvalorização cambial também pode ser uma das razões do aumento da inflação acima da meta no ano que vem. O real vem se desvalorizando 12% a.a. frente ao dólar desde 2011, quando o câmbio do ano foi de R$1,67 em média. O aumento do dólar torna os preços dos insumos e produtos finais importados mais caros, o que acaba repercutindo em preços maiores para os consumidores brasileiros. Além do mais, ao depreciar a taxa de câmbio dificulta-se a importação, processo que via de regra contribui para inflação porque diminui a concorrência. Este processo de aumento de preços vai sendo repassado para outros setores da economia e desencadeia num processo inflacionário. A correlação entre o câmbio e o IPCA é de 66%, o que confirma que as variações no preço do dólar estão diretamente relacionadas com as variações do IPCA.

Gráfico 73 – Comparação entre variação do câmbio e do IPCA.



Fonte: IBGE e Thomson Reuters

2.2.4 Perspectivas para Taxa de Câmbio

A taxa de câmbio é fundamental para o Agronegócio. Ela está fortemente relacionada aos custos de produção e a receita, pois muitos dos insumos são importados e/ou “dolarizados” e os preços internacionais das *commodities* se refletem em Reais a partir da conversão da taxa de câmbio.

Nossa expectativa é de alta para a taxa de câmbio ao final de 2014 em relação a 2013 e em 2015 em relação a 2014. Essa expectativa, obviamente, está amparada nos fundamentos, ainda que tenhamos de reconhecer que o Banco Central claramente determina uma banda de variação que foi definida não sabemos como e nem por quem.

Algumas razões que fundamentam nossa expectativa de aumento na taxa de câmbio:

- Enxugamento da economia americana: houve uma expansão da base monetária como medida anticíclica durante a crise e o FED já iniciou um movimento de contração, que deve ser intensificada em 2015;
- A economia americana deve crescer 3,1% neste ano;
- Espera-se aumentos na taxa de juros americana, a partir do segundo semestre;
- Risco de perda do “*investment grade*” da nota de risco do Brasil;
- Risco de Balanço de Pagamentos do Brasil negativo em 2015;

Taxa de Câmbio em 2014: R$ 2,59/US$ e 2015: R$ 2,75/US$

2.2.5 Finanças Públicas Federais

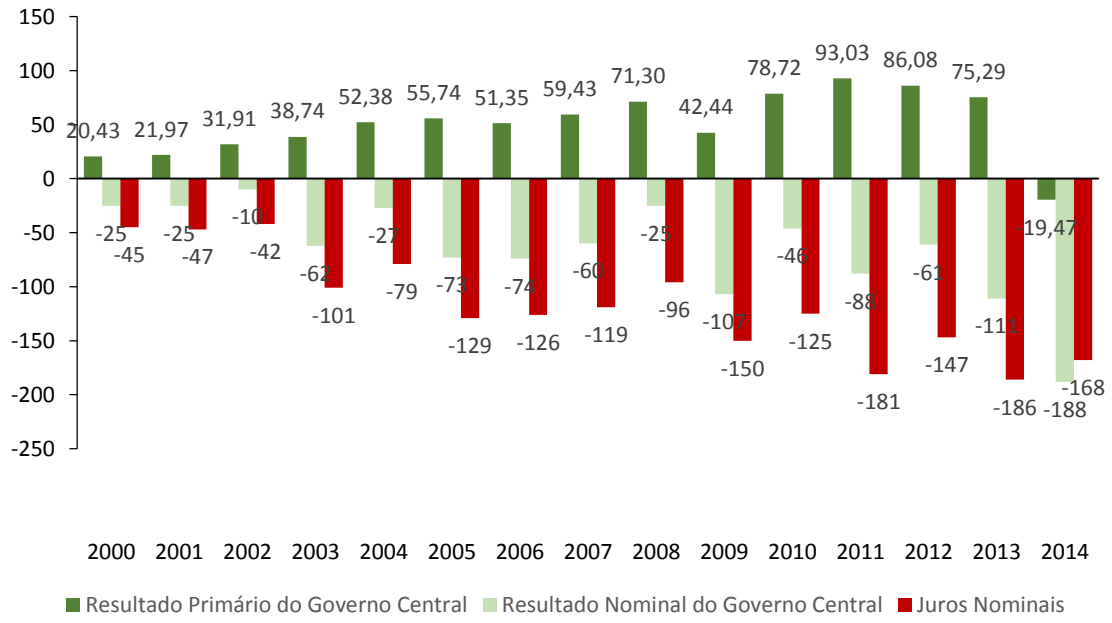
Historicamente o Governo Central do Brasil apresenta déficits no seu resultado fiscal nominal, ou seja, o governo gasta menos do que arrecada mas não o suficiente para pagar integralmente a parcela dos juros da dívida, o que necessitando o lançamento de novos títulos que fazem com que a dívida aumente ainda mais e a economia no próximo ano seja maior pois temos mais juros a serem pagos. Nesse ano o Governo Federal resolveu inovar. O descontrole das finanças públicas foi tão grande que sequer conseguiu gastar

menos do que arrecadou, registrando déficit no seu resultado fiscal primário, que deve chegar a R$ 20 Bilhões.

Isso significa dizer, em outras palavras, que o governo deveria economizar o suficiente para pagar a parcela dos juros integralmente e parte do principal, de forma a pagar menos juros no futuro. Não economizou sequer para pagar os juros. Não economizou para pagar parte dos juros. Não economizou nada e ainda gastou mais do que arrecadou. Esse é o quadro de 2014.

O resultado primário é o balanço entre as receitas e despesas básicas e é capaz de demostrar o esforço fiscal do governo, quando o esforço é feito. Este resultado adicionado aos juros nominais, que são os juros que incidem sobre a dívida líquida, implicam no resultado nominal do governo. A cada ano o esforço para se saldar a dívida interna brasileira aumenta, obrigando o governo a lançar novos títulos para pagar os juros dos títulos já existentes, uma vez que seu esforço fiscal foi insuficiente manter a prestação anual da dívida. Isso significa rolar a dívida aumentando-a cada vez mais para os anos seguintes, exigindo que nos próximos anos o esforço fiscal seja ainda maior e, assim, sucessivamente.

Gráfico 74 – Resultado nominal do Governo Central de 2000 a 2014, em R$ Bilhões



Fonte: BCB

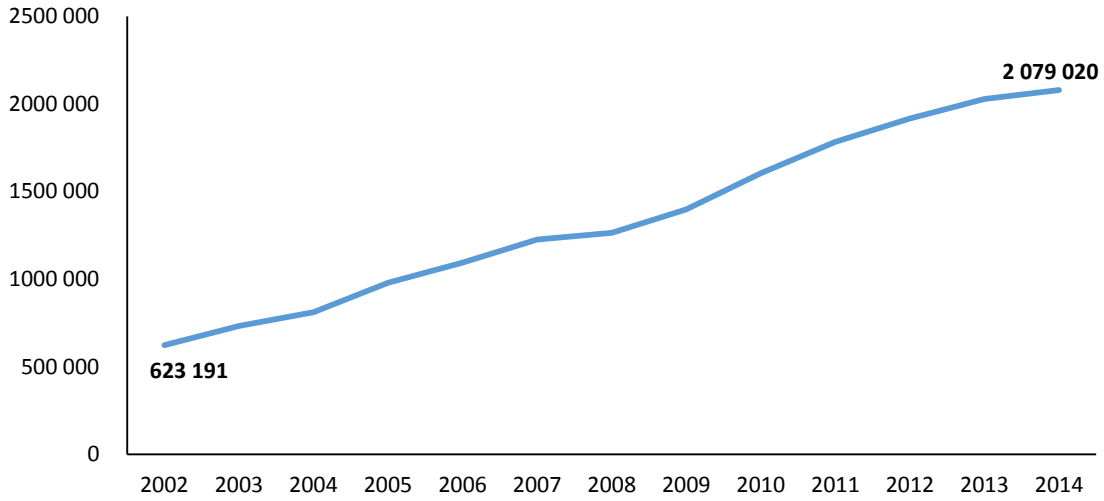
No resultado primário é possível observar uma variação negativa de 126%, passando de R$ 75,29 bilhões, em dezembro de 2013, para R$ -19,47

bilhões, ou seja, déficit no resultado primário, no ano de 2014. Quando analisados os juros nominais, verifica-se uma retração de 9,7%, em relação ao ano anterior, de R$ 186 bilhões para R$ 168 bilhões. Consequentemente, a ampliação do déficit do resultado nominal em 69%, atingindo o valor negativo de R$ 188 bilhões, em 2014.

Este ano terá resultado primário atípico, pois será a primeira vez desde 1997, ano de instauração da Lei de Diretrizes Orçamentarias (LDO), que o governo federal vai fechar o ano com déficit no resultado primário. Em razão do resultado primário insatisfatório, o governo federal vem buscando mudar a meta de superávit primário para LDO no ano de 2014, uma vez que o governo federal não venha a cumprir a meta fiscal deste ano, a presidente poderá ser responsabilizada por descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com implicações civis e criminais.

Com um histórico de déficits orçamentários, a Dívida Pública Mobiliária Interna (o acumulado da dívida interna) vem crescendo de forma descontrolada nos últimos anos. Em setembro a dívida chegou a comprometer 41% do PIB e ultrapassando o valor dos R$ 2 trilhões. Ao analisar a dívida interna e externa, percebe-se que as características da mesma permanecem praticamente inalteradas, com a dívida interna representando quase que totalmente a dívida do Governo Central.

Gráfico 75 – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna de 2002 até setembro de 2014, em R$ Bilhões



Fonte: STN

Desde 2002, ano que se inicia a série, a Dívida Mobiliária Federal Interna apresentou um aumento de 234%, passando de R$ 623,19 Bilhões para R$ 2.079,02 bilhões, um acréscimo de R$ 1.455,82 bilhões em doze anos.

2.2.6 Risco de "apagão" no sistema energético

O risco de apagão em 2015 é importante e as consequências, caso venha a ocorrer, são muito graves ao desempenho econômico no próximo ano. Para tratar desse assunto publicamos Nota Técnica[8] onde mostramos a origem da escassez de energia e as consequências que pode ter no custo de produção das lavouras.

Em resumo, sabemos que a falta de planejamento e o atraso nas obras de infraestrutura são os responsáveis pela escassez, aliado a políticas de incentivo ao consumo inoportunas com a quantidade de energia que vem sendo gerada pelas hidrelétricas. A falta de chuvas ajudou a aumentar o problema, mas definitivamente não podemos culpar as condições climáticas pelos baixos níveis de nossos reservatórios e nem tampouco pelo aumento do consumo.

Caso ocorram racionamentos é fundamental que a informação seja transparente. É importante que seja estipulado um calendário, com dia e hora do corte. A pior decisão do governo é esconder o problema. Sabendo-se dos cortes as empresas podem se organizar, fazer bancos de horas, não desperdiçar matéria-prima e nem produtos. A interrupção do fornecimento sem planejamento das empresas leva a perda de equipamentos e aumenta a inatividade industrial, sendo ainda mais prejudicial para a economia.

[8] Conteúdo completo pode ser visto no link: http://www.farsul.org.br/slides/pdf/producao.pdf

3. Expediente

RELATÓRIO ECONÔMICO 2014 & PERSPECTIVAS 2015

CARLOS RIVACI SPEROTTO

Presidente

Assessoria Econômica

Antônio da Luz

Economista-Chefe

Núcleo de Conjuntura

Danielle Guimarães

Rafael Petrolli Alberton

Ruy Augusto da Silveira Neto

Núcleo de Relações Internacionais

Renan Hein dos Santos

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL

Praça Saint Pastous, 125 - Fone: 51 3214.4400 - Fax: 51 3221.9113

CEP: 90050-390 - Porto Alegre/RS - farsul@farsul.org.br

www.farsul.org.br

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL

Praça Saint Pastous, 125 / 3º andar - Fone: 51 3215.7500 - Fax: 51 3215.7502

CEP: 90050-390 - Porto Alegre/RS - senar@senar.com.br

www.senar-rs.com.br

CASA RURAL - CENTRO DO AGRONEGÓCIO

Av. Borges de Medeiros, 541 / 3º andar - Fone: 51 3221.6460 - Fax: 51 3228.4754

CEP: 90020-023 - Porto Alegre/RS - casarural@casaruralrs.com.br

www.casaruralrs.com.br